

Município de Bragança

Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal 2014



dezembro de 2013

Índice

1. Mensagem do Presidente	5
2. Orçamento Municipal	7
2.1. Apresentação Global do Orçamento 2014.....	7
2.1.1. Orçamento da Receita	9
2.1.2. Orçamento da Despesa	18
3. Dívida do Município.....	24
3.1. Limites de endividamento municipal para 2013.....	26
3.2. Situação face aos limites ao endividamento municipal para 2013 (informação reportada a 30.09.2013)	27
4. Património do Município.....	29
4.1. Ativo Fixo do Município	29
5. Recursos Humanos.....	33
5.1. Mapa de Pessoal.....	33
5.2. Reorganização dos Serviços Municipais	34
5.3. Orçamentação e gestão de despesas com pessoal	35
5.3.1. Reforço/reajustamento funcional de Recursos Humanos	35
5.3.2. Recrutamento excecional de trabalhadores	36
5.3.3. Aposentação	37
5.3.4. Medidas remuneratórias relativas aos trabalhadores	39
5.3.5. Trabalho Extraordinário.....	40
5.4. Segurança, Higiene e Saúde no trabalho	40
5.5. Formação profissional.....	40
6. Grandes opções do Plano para o ano de 2014	42
6.1. Plano Plurianual de Investimentos.....	43
6.2. Plano de Atividades Municipal mais relevantes da gestão autárquica para o ano 2014.....	47
7. Explicitação do Plano Plurianual de Investimentos e do Plano de Atividades Municipal para 2014.....	49
Funções Gerais	49
1.1. Serviços Gerais de Administração Pública	49
1.1.1. Administração Geral.....	49
1.1.1.1. Edifícios.....	50
1.1.1.2. Material de Transporte	50
1.2. Segurança e Ordem Públicas	57
1.2.1. Proteção Civil e luta contra incêndios	57

1.2.1.1. Bombeiros	58
1.2.1.2. Segurança Pública	59
Funções Sociais	60
2.1. Educação	60
2.1.1. Ensino Não Superior	60
2.2 Saúde	70
2.3. Segurança e Ação Social	71
2.3.2. Ação Social	71
2.4 Habitação e Serviços Coletivos	75
2.4.1 Habitação	75
2.4.2. Ordenamento do Território	76
2.4.3. Saneamento	77
2.4.4. Abastecimento de água	79
2.4.6. Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza.....	82
2.5.1. Cultura	87
2.5.2. Desporto, Recreio e Lazer	102
Funções Económicas	107
3.2.1. Iluminação Pública	109
3.2.2. Energia	110
3.2.3. Estabelecimentos Industriais	112
3.3.1. Transportes Rodoviários	116
3.3.3. Transportes Aéreos.....	117
3.4.1. Mercados e Feiras	118
3.4.2. Turismo	120
8. Colaboração com as Juntas de Freguesia	124
9. Colaboração com as Associações	126
10. Participações detidas pelo Município em outras Entidades	127

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1: Composição do Orçamento de Receita.....	10
GRÁFICO 2: Estrutura do Orçamento de Receita por fontes de financiamento	15
GRÁFICO 3: Evolução das Receitas Totais dotações iniciais por fontes de financiamento	16
GRÁFICO 4: Evolução da estrutura da despesa (2010 a 2014)	20
GRÁFICO 5: Despesa Global por departamentos	21
GRÁFICO 6 – Evolução do ativo fixo bruto do Município	30

GRÁFICO 7 – Evolução do ativo fixo bruto do Município (desagregado)	31
GRÁFICO 8 – Índice da Qualidade de Água, distribuída no Concelho de Bragança.....	81
GRÁFICO 9: Volume de exportações (2000, 2004, 2010, 2011)	115

Índice de Quadros

QUADRO 1: Resumo do Orçamento Previsto para o ano de 2014.....	7
QUADRO 2: Mapa Comparativo dos Orçamentos previstos: 2013 vs. 2014	8
QUADRO 3: Principais fontes de Financiamento do Orçamento de Receita	11
QUADRO 4: Listagem de Imóveis a alienar	13
QUADRO 5: Participação do Município de Bragança nos impostos do Estado (em 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014)	14
QUADRO 6: Evolução da Previsão das Receitas Totais por Fontes de Financiamento.....	14
QUADRO 7: Previsão de receitas provenientes de fundos comunitários para 2014	17
QUADRO 8: Repartição Departamental da Despesa Total 2014 – por tipo de despesa	21
QUADRO 9: Previsão das Grandes Opções do Plano para o ano de 2014.....	22
QUADRO 10: Previsão do serviço da Dívida.....	24
QUADRO 11: Projeção estimada da dívida e encargos para o ano de 2013 e 2014	24
QUADRO 12: Limites ao endividamento municipal para 2013.....	26
QUADRO 13: Situação face aos limites ao endividamento municipal para 2013	27
QUADRO 14: Mapa do Ativo Bruto.....	29
QUADRO 15: Cessação da relação jurídica de emprego público	36
QUADRO 16: Procedimentos concursais	37
QUADRO 17: Trabalhadores com pedidos de aposentação voluntária/antecipada	38
QUADRO 18: Trabalhadores com pedidos de aposentação por incapacidade	38
QUADRO 19: Resumo das Grandes Opções do Plano no período 2013-2014.....	42
QUADRO 20: Plano Plurianual de Investimentos para 2014 – Resumo.....	44
QUADRO 21: Plano de Atividades Municipal para 2014 – Resumo	47
QUADRO 22: Previsões de transferências de Capital para as Freguesias.....	125
QUADRO 25: Entidades societárias participadas.....	127
QUADRO 27: Entidades não societárias participadas.....	128
QUADRO 26: Fundações instituídas, em parte, pelo Município de Bragança	128

1. Mensagem do Presidente



Hernâni Dias

Presidente da Câmara Municipal

“Se queremos progredir, não devemos repetir a história, mas fazer uma história nova.”

Mahatma Gandhi

No ano de 2014, conforme os documentos previsionais aqui apresentados, a Câmara Municipal de Bragança vai gerir um orçamento de 33.867.800 euros, valor consideravelmente inferior ao de anos anteriores, devido, sobretudo, à ausência de fundos comunitários (quadro atual a fechar e indefinição das linhas de apoio no programa Portugal 2020), à perda de receita derivada da redução da taxa do IMI e da redução das verbas transferidas pela Administração Central.

Apesar disso, entendemos ser um orçamento realista, equilibrado e ajustado aos tempos que vivemos, de grandes constrangimentos financeiros, que vai ao encontro das principais necessidades dos Bragantinos, estando em consonância com as linhas programáticas que apresentámos ao eleitorado nas eleições autárquicas, e que garantirá uma política de proximidade, voltada para as pessoas.

O Plano de Atividades Municipal e o Plano Plurianual de Investimentos ascendem a um valor de 9.598.400 euros, sendo 14,75% dedicado às funções gerais, 38,83% às funções sociais e 46,42% às funções económicas, evidenciando as duas grandes áreas de aposta do Executivo.

Na área social, destaque para um importante conjunto de medidas que visam a coesão social e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, nomeadamente dos mais carenciados e desfavorecidos, através do apoio à construção de equipamentos sociais, cuja responsabilidade é das Instituições Particulares de Solidariedade Social, à realização de obras em casas degradadas de famílias carenciadas, tanto no meio urbano como no meio rural.

Na área da educação também são asseguradas medidas sociais: gratuidade dos manuais escolares para todos os alunos carenciados, escalão 1, e redução de 50% para os alunos carenciados, escalão 2; apoio nos transportes escolares para alunos e cidadãos, em geral, carenciados. Ainda na área social, especial referência para a redução de 70% no tarifário de água,



saneamento e resíduos para famílias carenciadas e o não aumento do tarifário para a população em geral.

Estas medidas traduzem um esforço financeiro significativo, destinado essencialmente a ajudar as famílias mais carenciadas do concelho.

Em termos de investimento, a Câmara Municipal direciona a sua prioridade para o desenvolvimento sustentado do concelho, apostando na melhoria das condições de vida dos nossos concidadãos.

A rede viária municipal rural continuará a ter uma atenção especial, sendo intervencionada com vista à sua requalificação, bem como nos bairros da cidade, nomeadamente ao nível dos passeios.

O comércio e turismo é uma área que merece atenção, para onde são canalizadas importantes verbas, com vista à promoção do território concelhio, em feiras e certames no exterior, e à dinamização da economia local, com plano de animação da zona histórica e, também, com a elaboração de um plano de regeneração urbana.

A significativa redução do orçamento municipal, não vai ser refletida nas transferências para as Juntas de Freguesia, principais parceiros da Câmara Municipal, uma vez que vão ser mantidos os mesmos montantes de 2013 em receitas de capital, para além do apoio a outros investimentos previstos.

Este é um documento ajustado à realidade municipal, capaz de manter um ritmo sustentado de desenvolvimento do concelho, mau grado o atual quadro de dificuldades orçamentais, mas que não esquece as necessidades das pessoas, sobretudo das que mais precisam, porque cada decisão que tomamos, cada opção que tomamos tem como destinatário último a “pessoa”.

Temos consciência que este documento não reflete tudo o que nele gostaríamos de ver inscrito, mas a nossa missão é continuar a lutar para conseguir atingir, durante o período 2013/2017, os objetivos pretendidos, garantindo o equilíbrio social que permite o desenvolvimento do nosso concelho, contando com a ajuda de todos.

Bragança, 13 de dezembro de 2013

O Presidente da Câmara Municipal

Hernâni Dinis Venâncio Dias

2. Orçamento Municipal

2.1. Apresentação Global do Orçamento 2014

Em cumprimento do disposto na alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL, em sede de elaboração do orçamento devem ser previstos os recursos necessários para cobrir todas as despesas devendo, para isso, as receitas correntes serem pelo menos iguais às despesas correntes respeitando, deste modo, o princípio do Equilíbrio Orçamental.

Face ao anteriormente referido, tal facto encontra-se evidenciado no quadro abaixo, onde, o orçamento municipal, para o ano de 2014, se encontra decomposto pelos dois grandes agrupamentos de classificação económica, isto é, correntes e de capital.

QUADRO 1: Resumo do Orçamento Previsto para o ano de 2014

Descrição	Classificação Orçamental		Total
	Correntes	Capital	
Receitas	26.401.000 €	7.466.800 €	33.867.800 €
Despesas	24.110.800 €	9.757.000 €	33.867.800 €
Saldo	2.290.200 €	-2.290.200 €	

Decorre da leitura do quadro anterior que as receitas correntes no montante de 26.401.000,00 euros quando confrontadas com o valor de 24.110.800,00 euros de despesas correntes originam uma **poupança corrente** no valor de 2.290.200,00 euros, a qual é utilizada para financiando das despesas de capital.

A respetiva composição do orçamento para o ano de 2014 encontra-se evidenciada no quadro seguinte, sendo efetuada igualmente a comparação com o ano de 2013. A sua leitura permite-nos concluir que, face ao ano anterior, o orçamento municipal para o ano de 2014 apresenta uma diminuição de 15,21 em termos percentuais e de 6.076.000,00 euros em termos absolutos.

No orçamento de receita, tal facto tem maior expressividade na previsão das receitas de capital, com um decréscimo de 7.289.700,00 euros, ou seja, de 49,45%. Nas receitas correntes, regista-se um aumento de 4,81%. Salienta-se que a previsão da venda de bens de investimento apresenta um aumento de - aproximadamente - 53%, contribuindo em grande parte para que o valor orçamentado para o ano de 2014 se apresente superior ao do ano anterior.

Considerada a necessidade de adequar as despesas às receitas, o orçamento de despesa apresenta uma diminuição em valor absoluto de igual montante prevendo-se, comparativamente ao ano anterior, um aumento de 8,97% nas despesas correntes (associado em grande medida ao aumento das despesas com o pessoal, com a aquisição de bens e serviços e outras despesas correntes, nomeadamente IVA a pagar ao Estado) e uma diminuição de 45,24% nas despesas de capital.

QUADRO 2: Mapa Comparativo dos Orçamentos previstos: 2013 vs. 2014

ORÇAMENTO DE RECEITA

Descritivo	2013	2014	Var. %
Receitas Correntes			
Impostos Diretos	4.505.100 €	4.997.900 €	10,94%
Impostos Indiretos	92.100 €	90.800 €	-1,41%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.036.700 €	1.195.400 €	15,31%
Rendimentos de Propriedade	1.809.200 €	1.890.100 €	4,47%
Transferências Correntes	12.280.100 €	12.688.900 €	3,33%
Venda de Bens e Serviços Correntes	5.341.100 €	5.416.700 €	1,42%
Outras Receitas Correntes	125.800 €	121.200 €	-3,66%
<i>Total (Receitas Correntes)</i>	25.190.100 €	26.401.000 €	4,81%
Receitas Capital			
Venda de Bens de Investimento	1.663.700 €	2.546.800 €	53,08%
Transferências de Capital	11.462.100 €	4.666.000 €	-59,29%
Ativos Financeiros	0 €	0 €	----
Passivos Financeiros	1.603.100 €	226.700 €	-85,86%
Outras Receitas de Capital	13.900 €	13.600 €	-2,16%
<i>Total (Receitas Capital)</i>	14.742.800 €	7.453.100 €	-49,45%
Outras Receitas			
Reposições não abatidas aos pagamentos	10.900 €	13.700 €	25,69%
<i>Total (Outras Receitas)</i>	10.900 €	13.700 €	25,69%
TOTAL	39.943.800 €	33.867.800 €	-15,21%

ORÇAMENTO DE DESPESA

Descritivo	2013	2014	Var. %
<i>Despesas Correntes</i>			
Despesas com o pessoal	6.502.500 €	7.182.900 €	10,46%
Aquisição de bens e serviços	13.663.800 €	14.595.800 €	6,82%
Juros e outros encargos	227.300 €	172.500 €	-24,11%
Transferências correntes	1.412.300 €	1.358.800 €	-3,79%
Subsídios	0 €	194.200 €	0,00%
Outras despesas correntes	320.200	606.600 €	89,44%
<i>Total (Despesas Correntes)</i>	22.126.100 €	24.110.800 €	8,97%
<i>Despesas Capital</i>			
Aquisição de bens de capital	13.732.500 €	7.438.900 €	-45,83%
Transferências de capital	2.318.800 €	1.459.200 €	-37,07%
Activos financeiros	857.200 €	200 €	-99,98%
Passivos financeiros	909.200 €	858.700 €	-5,55%
<i>Total (Despesas Capital)</i>	17.817.700 €	9.757.000 €	-45,24%
TOTAL	39.943.800 €	33.867.800 €	-15,21%

2.1.1. Orçamento da Receita

A regra da especificação orçamental traduz-se na discriminação das receitas (conforme o classificador económico das receitas e despesas públicas aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, com as alterações que lhe foram introduzidas), procedendo à distinção entre receitas correntes e de capital.

As receitas correntes são aquelas que se repercutem no património não duradouro da autarquia. São provenientes de rendimentos no período orçamental e agrupadas em: Impostos diretos e indiretos; Taxas, multas e outras penalidades; Rendimentos de propriedade; Transferências correntes; Venda de bens e serviços correntes e Outras receitas correntes.

No que concerne às receitas de capital, ou seja, aquelas que são arrecadadas pela autarquia e que alteram o seu património duradouro, agrupam-se por capítulos com as seguintes designações: Venda de bens de investimento, Transferências de capital, Ativos financeiros, Passivos financeiros e Outras receitas de capital.

O Orçamento de receita foi elaborado dando cumprimento às regras previsionais instituídas no ponto 3.3. do POCAL. Os valores orçamentados foram sempre arredondados para a centena imediatamente superior. Assim sendo, a previsão para o ano de 2014 em termos de receita ascende a 33.867.800,00 euros e apresentando a seguinte estrutura:

GRÁFICO 1: Composição do Orçamento de Receita



**Receitas de Capital
Estrutura**

Venda Bens Investimento	34,17%
Transferências Capital	62,60%
Passivos Financeiros	3,04%
Outras Receitas Capital	0,18%

**Receitas Correntes
Estrutura**

Impostos Diretos	18,93%
Impostos Indiretos	0,34%
Taxas, Mult.penalizações	4,53%
Rendimentos propriedade	7,16%
Transferências correntes	48,06%
Venda bens e Serviços	20,52%
Outras Receitas	0,46%

QUADRO 3: Principais fontes de Financiamento do Orçamento de Receita

Descritivo	valor	Principal fonte financiamento	valor	%	total
Receitas Correntes					
Impostos Diretos	4.997.900 €	Imp. Municip. sobre Imóveis	3.519.700 €	70,4%	100,0%
		Imp. Único de Circulação	728.700 €	14,6%	
		Imp. Municip. s/Tran. Onerosas Imóveis	734.600 €	14,7%	
		Impostos Abolidos	14.800 €	0,3%	
Impostos Indiretos	90.800 €	Loteamentos e Obras	67.300 €	74,1%	74,1%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.195.400 €	Mercados e Feiras	40.500 €	3,4%	91,0%
		Loteamentos e Obras	112.200 €	9,4%	
		Saneamento - Conservação	935.200 €	78,2%	
Rendimentos de Propriedade	1.890.100 €	Rendas - Outros	1.837.600 €	97,2%	97,2%
Transferências Correntes	12.688.900 €	Administração Central	12.688.100 €	100,0%	100,0%
Venda de Bens e Serviços Correntes	5.416.700 €	Venda de bens - Água	1.435.600 €	26,5%	94,8%
		Venda de bens - Eletricidade	881.000 €	16,3%	
		Serviços Sociais, Recreat/Cult/Desporto	193.300 €	3,6%	
		Serv. Esp.Autarquias - Resíduos sólidos	1.338.200 €	24,7%	
		Serv. Esp.Autarquias - Transp. Colectivos	157.200 €	2,9%	
		Serv. Esp.Autarquias - Parq. Estacionamento	324.100 €	6,0%	
		Rendas	803.900 €	14,8%	
Outras Receitas Correntes	121.200 €	Diversas	94.100 €	77,6%	77,6%
Total (Receitas Correntes)	26.401.000 €		25.906.100 €		98,1%
Receitas de Capital					
Venda de Bens de Investimento	2.546.800 €	Terrenos	2.545.800 €	100,0%	100,0%
Transferências de Capital	4.666.000 €	Administ. Central - Estado	1.145.600 €	24,6%	100,0%
		Estado - Part/comunitária proj.co-financiados	3.520.300 €	75,4%	
Passivos Financeiros	226.700 €	Empréstimos de curto, médio e longo prazos	226.600 €	100,0%	100,0%
Outras Receitas de Capital	13.600 €				
Outras Receitas	13.700 €				
Total (Receitas Capital)	7.466.800 €		7.438.300 €		99,6%
TOTAL	33.867.800 €		33.344.400 €		98,5%

A leitura do gráfico 1 e do quadro anterior permite analisar o orçamento municipal de receita, evidenciando o peso de cada tipo de receita no orçamento global, isto é, a sua desagregação e as principais fontes de financiamento. Assim, merecem destaque as seguintes considerações:

As **receitas correntes** representam 77,95% do Orçamento Municipal:

- Dos *Impostos diretos*, que representam 18,93% do orçamento corrente, 85,10% são provenientes do Imposto Municipal sobre Imóveis e do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, com 70,4% e 14,7%, respetivamente;
- Os *Impostos indiretos*, resultantes do setor produtivo, representam 0,34% do orçamento corrente. A receita proveniente de Loteamentos e Obras representa 74,1% destes impostos;
- As *taxas, multas e outras penalidades* representam 4,53% do orçamento corrente. Estes rendimentos resultam em 78,2% da taxa de saneamento;
- Os *Rendimentos de Propriedade* representam 7,16% do orçamento corrente. Estes rendimentos resultam em 97,2% da renda de concessão paga pela EDP pela utilização da rede elétrica em baixa tensão;
- As *Transferências Correntes* representam 48,06% do orçamento corrente. São provenientes em, aproximadamente, 100% da Administração Central (maioritariamente do Fundo de Equilíbrio Financeiro, do Fundo Social Municipal e da Participação Variável no IRS). Importa destacar neste ponto a alteração da composição do Fundo de Equilíbrio Financeiro, cuja representatividade era no ano de 2012 de 60% corrente e 40% capital, no ano de 2013 de 80% corrente e 20% capital e que, na proposta de Orçamento de Estado para 2014 se apresenta com uma composição de 90% corrente e 10% capital. Este ajustamento, comparativamente ao ano de 2013, afigura - em valores absolutos - um incremento de 939.343,00 euros nas transferências correntes e igual diminuição nas transferências de capital; Será ainda de referir que no total das Transferências Correntes estão incluídos 643.100,00 euros oriundos dos apoios financeiros da anterior DREN, IEFP e DGAL, no que diz respeito às comparticipações nas despesas suportadas com os auxiliares da ação educativa, estágios profissionais e transportes escolares. O valor orçamentado para a participação corrente em projetos cofinanciados pelo FSE (Fundo Social Europeu) através de estágios profissionais, atinge o montante de 10.500,00 euros;
- A venda de *Bens e Serviços Correntes* representam 20,52% do orçamento corrente. A venda de bens e serviços relacionados com o fornecimento de água e a recolha dos resíduos sólidos são as receitas mais significativas, ou seja, com um peso de 26,5% e

24,7%, respetivamente. A venda de eletricidade contribui com 16,3%, sendo que as receitas derivadas das rendas (estando nestas incluídas as de habitação, edifícios e outras) participam em 14,8% para a formação destas.

Ao nível das **receitas de capital** que representam 22,01% do Orçamento Municipal:

- A rubrica *Venda de Bens de Investimento*, nomeadamente a venda de terrenos apresenta um peso no orçamento de receitas de capital de 34,17% e no valor de 2.546.800,00 euros. Foi considerada uma previsão de receita para 2014 de 48,34% do valor total dos imóveis disponíveis para venda.

QUADRO 4: Listagem de Imóveis a alienar

Descrição dos terrenos	Valor (€)
Zona de Vale de Espinho - Cantarias	170.000,00
Loteamento de S.Tiago	301.249,00
Loteamento da Zona do Campelo	1.467.500,00
Loteamento Forte S.João de Deus (Z2)	1.817.410,00
Loteamento Av. General Humberto Delgado (Z3)	1.510.200,00
Total	5.266.359,00

- O agregado de receitas que constituem a rubrica *Transferências de Capital* é proveniente em quase 100% das transferências da Administração Central sendo que, 75,4% são provenientes da comparticipação comunitária em projetos cofinanciados e 24,6% provenientes do Fundo de Equilíbrio Financeiro. No seu cômputo, contribuem com 62,60% para o orçamento de receitas de capital;
- A rubrica *Passivos Financeiros* representando 3,04% do orçamento de capital refere-se, essencialmente, ao contrato de empréstimo-quadro (EQ) com o Banco Europeu de Investimento (BEI) para o financiamento de operações aprovadas a cofinanciamento pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão (projeto *EcoPolis Centro de Referência em Construção Sustentável*) e contratualizado no ano de 2013 num total de 679.530,00 euros. Desse total ainda só foram utilizados 453.020,00 euros, transitando para o ano de 2014 o valor de 226.510,00 euros.

O quadro seguinte ilustra as transferências para o Município relativas à participação nos impostos do Estado entre o período de 2010 a 2014, evidenciando a respetiva quebra de receitas. Assim, constatamos que comparativamente ao montante a transferir aprovado no

Orçamento de Estado para 2010, as receitas em 2014 encontram-se diminuídas em 2.425.096,00 euros (-15,56%), ou seja, mais de 7% do orçamento municipal. Importa ainda salientar que, no conjunto dos cinco anos (i.e. 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014) a participação do Município nos impostos do Estado representa uma receita total perdida de 8.458.335,00 euros.

QUADRO 5: Participação do Município de Bragança nos impostos do Estado (em 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014)

Ano	Descrição	FFF FINAL				FSM (€)	IRS		Total		Desvio verificado entre o valor transferido no ano e o valor aprovado no OE para 2010		
		Corrente		Capital			Total (€)	PVIRS (€)	%	Previsto (€)	Transferido (€)	Valor (€)	%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%								
2010	Orçamento do Estado para 2010 - Aprovado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril	8.251.270	60%	5.500.847	40%	13.752.117	534.761	1.296.804	5%	15.583.682	-----		
	Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho - Aprova um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental que visam reforçar e acelerar a redução de défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC)	7.910.553	60%	5.273.702	40%	13.184.255	512.679	1.296.804	5%	-----	14.993.738	-589.944	-3,79%
2011	Orçamento de Estado para 2011 - Aprovado pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro	7.479.712	60%	4.986.474	40%	12.466.186	484.756	1.293.109	5%	14.244.051	14.244.051	-1.339.631	-8,60%
2012	Orçamento de Estado para 2012 - Aprovado pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro	7.028.219	60%	4.685.479	40%	11.713.698	455.778	1.362.374	5%	13.531.850	13.531.850	-2.051.832	-13,17%
2013	Orçamento de Estado para 2013 - Aprovado pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro 2012	9.370.958	80%	2.342.740	20%	11.713.698	455.778	1.362.374	5%	13.531.850	13.531.850	-2.051.832	-13,17%
2014	Proposta de Orçamento de Estado para 2014	10.310.301	90%	1.145.589	10%	11.455.890	455.778	1.246.918	5%	13.158.586	13.158.586	-2.425.096	-15,56%
Receita total perdida no conjunto dos 5 anos											-8.458.335		

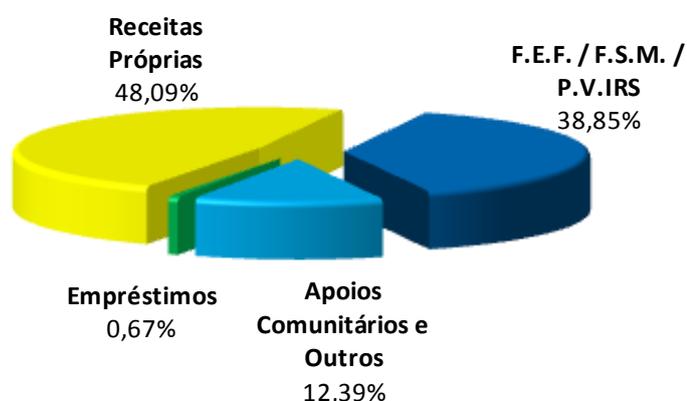
QUADRO 6: Evolução da Previsão das Receitas Totais por Fontes de Financiamento - Dotações iniciais -

Fontes de Financiamento	2013		2014		Variação em %
	Valor	Estrutura (%)	Valor	Estrutura (%)	
F.E.F. / F.S.M. / P.V.IRS	13.532.000 €	33,88%	13.158.800 €	38,85%	-2,76%
Apoios Comunitários e Outros	10.210.200 €	25,56%	4.196.100 €	12,39%	-58,90%
Empréstimos	1.603.100 €	4,01%	226.700 €	0,67%	-85,86%
Receitas Próprias	14.598.500 €	36,55%	16.286.200 €	48,09%	11,56%
Total	39.943.800 €	100,0%	33.867.800 €	100,0%	-15,21%

Complementando a análise anterior com a previsão global da estrutura das fontes de financiamento (correntes e de capital) do orçamento para 2014, salientamos alguns aspetos:

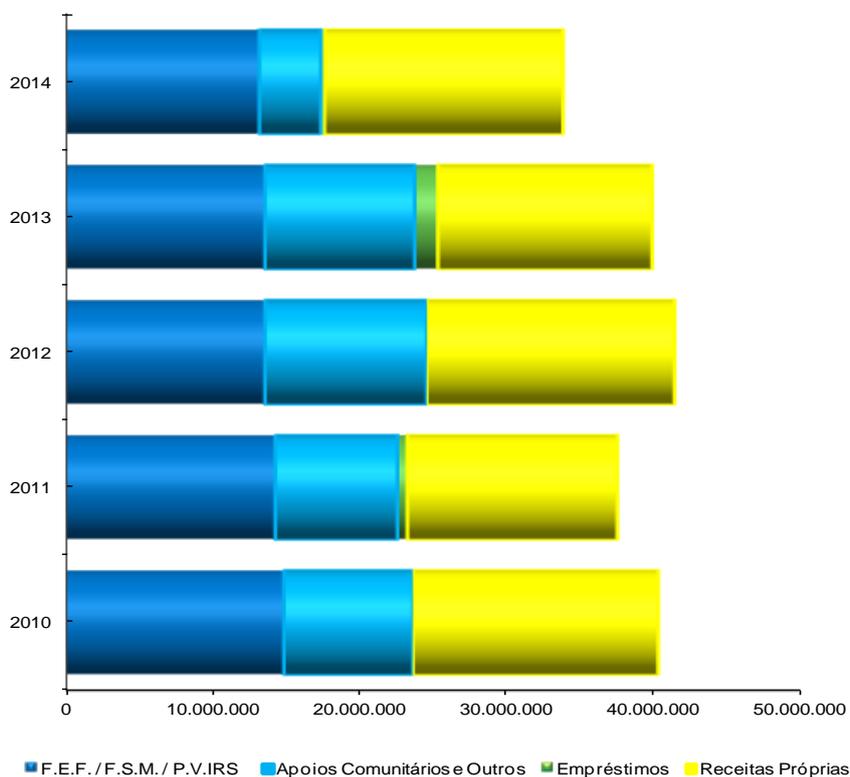
- As transferências provenientes diretamente do Orçamento de Estado através do Fundo de Equilíbrio Financeiro (F.E.F.), do Fundo Social Municipal (F.S.M.) e da Participação Variável no IRS (P.V.IRS) representam 38,85% dos recursos. Salienta-se a variação negativa de 2,76% (*i.e.* 373.200,00€) comparativamente ao ano de 2013;
- As receitas provenientes de apoios comunitários e outros refletem uma diminuição de 58,90% relativamente a 2013 e representam 12,39% na estrutura das fontes de financiamento;
- O recebimento da terceira (e última) tranche do Empréstimo-Quadro de financiamento celebrado com o BEI em 2013 representa 0,67% da estrutura;
- As receitas próprias, financiando em 48,09% o Orçamento de Receita, aumentaram 11,56% comparativamente ao previsto para 2013.

GRÁFICO 2: Estrutura do Orçamento de Receita por fontes de financiamento



Apresenta-se, seguidamente, a evolução das receitas totais previstas por fontes de financiamento num período mais alargado (2010 a 2014).

GRÁFICO 3: Evolução das Receitas Totais dotações iniciais por fontes de financiamento



QUADRO 7: Previsão de receitas provenientes de fundos comunitários para 2014

Projeto	Origem do Financiamento	Valor
Integração das TIC nos Processos de Ensino e Aprendizagem	FEDER	98.674 €
XVII Congresso da EARMA e III Encontro de Cooperação Europa América de Gestores de Ciência	FEDER	57.928 €
Loja Interactiva de Turismo de Bragança	FEDER	305.000 €
Recinto de Promoção e Valorização de Raças Autóctones	FEDER	24.000 €
Recinto da Feira de Bragança – Porta da rota da terra fria de Bragança	FEDER	492.035 €
Construção do Centro de Saúde de Santa Maria - Bragança II	FEDER	219.691 €
Requalificação da Rede Escolar - Centro Escolar da Sé	FEDER	116.090 €
Requalificação da Rede Escolar - EB1 Rebordãos	FEDER	4.307 €
Requalificação da Rede Escolar - EB1 De Quintanilha	FEDER	2.259 €
Requalificação da Rede Escolar - Centro Escolar de Santa Maria	FEDER	105.751 €
EcoDomus - Centro de referência na área do urbanismo sustentável	FEDER	234.741 €
EcoPolis - Centro de Referência em Construção Sustentável	FEDER	205.863 €
Criação da Praça da Nova Mãe d'Água	FEDER	13.590 €
Criação da Ciclovía da Mãe d'Água	FEDER	54.340 €
Reperfilamento da Avenida General Humberto Delgado	FEDER	361.794 €
Circuito de Manutenção de Santa Apolónia	FEDER	111.823 €
Escola de Dança	FEDER	10.355 €
Domus Universitária	FEDER	31.875 €
Casa da Seda	FEDER	2.093 €
Casa da Cidade	FEDER	- 20.642 €
Forno Comunitário	FEDER	9.820 €
Construção da Circular Interior - Troço da Mãe d'Água	FEDER	38.951 €
Melhoria da eficiência energética em habitações do Bairro Social da Mãe d'Água	FEDER	27.174 €
Conservação e Sinalização da Rede Viária Municipal	FEDER	192.140 €
Melhor Mobilidade	FEDER	149.211 €
Ciclo Urbano da Água - Vertente em Baixa - Bragança	FCOESÃO	643.558 €
Melhor Gestão dos Riscos Naturais	FCOESÃO	27.801 €
Total		3.520.221 €

2.1.2. Orçamento da Despesa

Seguindo a mesma orientação utilizada nas receitas, nomeadamente na aplicação dos princípios e regras instituídos no POCAL, o orçamento da despesa é projetado evidenciando a relação existente entre a capacidade de financiamento que esta autarquia dispõe e as dotações afetas a cada uma das funções, objetivos ou finalidades comuns às mesmas atividades (classificação funcional) ou a cada operação económica (classificação económica).

A realização de despesas tem como princípio fundamental e no âmbito das competências e atribuições legalmente conferidas às autarquias, a afetação de recursos ao desenvolvimento de atividades para a satisfação das necessidades da população local.

As despesas, quanto à sua natureza económica, são classificadas em correntes e de capital.

São despesas correntes as que afetam somente o património não duradouro, implicando uma diminuição do ativo líquido. A exemplo disso identificam-se as despesas de funcionamento dos serviços, que se traduzem na contratualização de serviços ou bens de consumo correntes. As despesas de capital são todas aquelas que alteram o património duradouro da Autarquia.

A análise do comportamento do orçamento de despesa, cujo valor previsto ascende a 33.867.800,00 euros, deve ser efetuada numa ótica de comparação com a estimada no ano precedente. Sendo que, globalmente, o orçamento diminui em 15,21%. Apresenta maior destaque a componente de capital, reduzida em 45,24%. As despesas correntes são reforçadas em 8,97%.

Ao analisar cada um dos agrupamentos que constituem o orçamento da despesa ressaltam as seguintes apreciações:

As *despesas correntes* representam 71,19% do Orçamento e destacam-se as seguintes informações:

- As *Despesas com o pessoal registam* um incremento de 10,46% (*i.e.* 680.400,00 euros), face ao valor inicialmente estimado para o ano 2013. Tendo por base as dotações corrigidas e reportadas a 30 de setembro de 2013, que atingem o valor de 7.051.800,00 euros, este aumento situa-se na ordem dos 1,86%. Convém referir que relativamente às dotações iniciais esta divergência está parcialmente justificada pelo pagamento do subsídio de férias não previsto em sede de orçamento inicial no ano de 2013. Refere-se igualmente que as despesas de pessoal em 2014 incorporam os

trabalhadores cedidos ao Município na modalidade de acordo de cedência de interesse público, em cumprimento da dissolução e liquidação do MMB – Mercado Municipal de Bragança, EM e da Terra Fria Carnes, Unipessoal, Lda.;

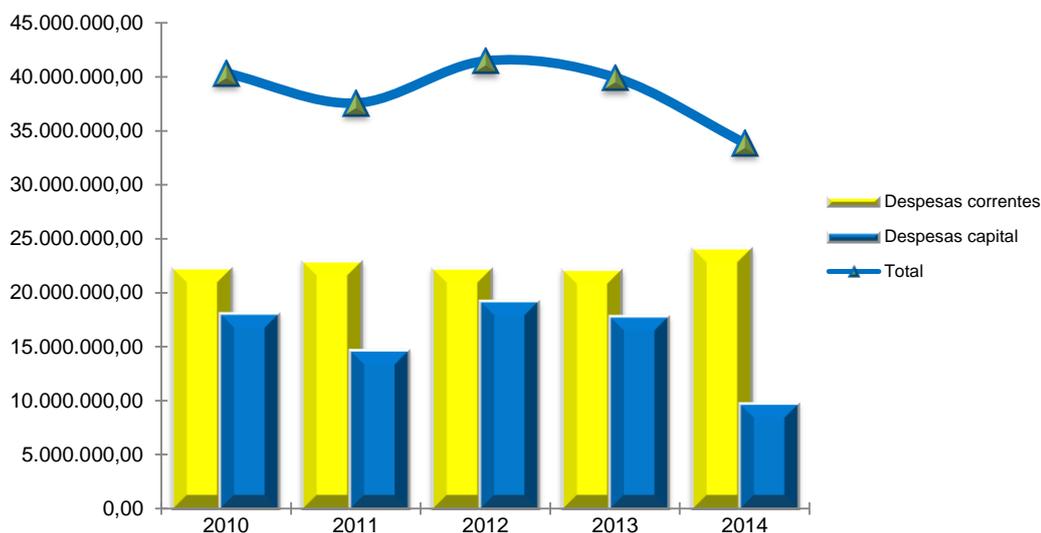
- A rubrica *Aquisição de bens e serviços* regista um aumento de 6,82%. Em termos desagregados, a aquisição de bens decresce de 2,12% e a aquisição de serviços sofre um aumento de 8,22%;
- Os *Juros e outros encargos* registam o montante de 172.500,00 euros, diminuindo 54.800,00 euros face ao valor previsto no ano anterior;
- A rubrica *Transferências correntes* assume o montante de 1.358.800,00 euros, traduzindo uma diminuição de 53.500,00 euros face ao valor previsto no ano de 2013;
- Os *Subsídios* apresentam dotações na ordem dos 194.200,00 euros;
- As *Outras despesas correntes* no valor de 606.600,00 euros traduzem uma diminuição de 286.400,00 euros face ao valor previsto no ano anterior.

Ao nível das *despesas de capital*, representando 28,81% do orçamento e comparativamente ao previsto em 2013:

- A rubrica referente à *Aquisição de bens de capital* diminui 45,83% (*i.e.* 6.293.600,00 euros). Esta tipologia de despesas representa 76,24% no orçamento das despesas de capital e 21,96% do orçamento global;
- As *Transferências de capital* demonstram uma redução de 37,07% (*i.e.* 859.600,00 euros);
- A rubrica *Passivos financeiros* evidencia uma diminuição de 5,55% (*i.e.* 50.500,00 euros);

Em termos comparativos a estrutura da despesa prevista comporta-se do seguinte modo:

GRÁFICO 4: Evolução da estrutura da despesa (2010 a 2014)



A previsão dos fundos da Autarquia é efetuada pelas unidades orgânicas que a integram, gerando orçamentos previsionais resultantes da repartição dos meios disponíveis em função dos objetivos traçados pelo executivo camarário. O principal objetivo visa a máxima rentabilização dos meios e/ou recursos em função dos resultados esperados.

Seguidamente, apresenta-se, sinteticamente, a previsão das despesas desagregadas pelas várias unidades orgânicas, bem como pela sua natureza (correntes ou de capital) indiciadoras do tipo de atividade que cada uma desenvolve.

As despesas associadas ao *Departamento de Serviços e Obras Municipais* absorvem 53,22% do total do Orçamento Municipal. É neste departamento que está concentrada a maior fatia de obras públicas promovidas pela Autarquia, o que justifica a representatividade de cerca de 72,46%, (*i.e.* 7.069.500,00 euros) do total das despesas de capital.

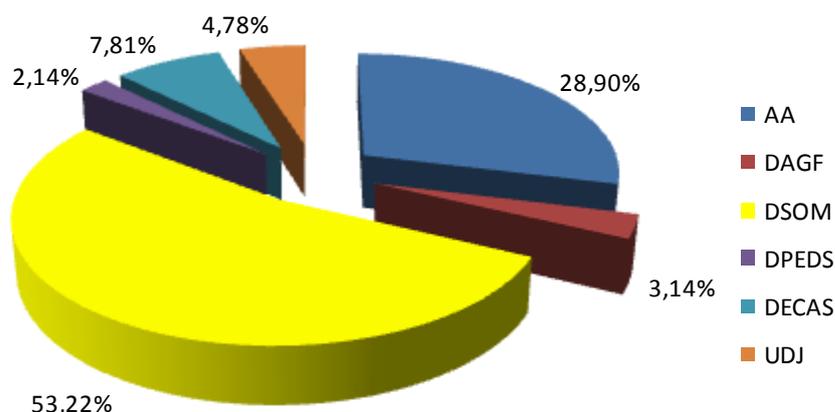
À Administração Autárquica, com um peso de 28,90% da despesa, estão associados, para além de despesas com o pessoal, os valores inerentes às operações financeiras - encargos correntes da dívida contraída junto de instituições de crédito, aquisições de bens e serviços e as transferências correntes e de capital.

QUADRO 8: Repartição Departamental da Despesa Total 2014 – por tipo de despesa

Unidades Orgânicas	Despesas Correntes				Despesas de Capital	TOTAL
	Despesas com pessoal	Aquisição de bens e serviços	Outras Despesas	Total		
<i>Administração Autárquica</i>	1.153.700 €	4.162.100 €	1.812.600 €	7.128.400 €	2.660.000 €	9.788.400 €
Assembleia Municipal	46.200 €	10.300 €	0 €	56.500 €	0 €	56.500 €
Câmara Municipal	1.107.500 €	4.151.800 €	1.640.100 €	6.899.400 €	1.801.100 €	8.700.500 €
Operações Financeiras	0 €	0 €	172.500 €	172.500 €	858.900 €	1.031.400 €
<i>Departamento de Administração Geral e Financeira</i>	1.048.900 €	13.200 €	0 €	1.062.100 €	3.000 €	1.065.100 €
Unidade de Administração Geral	621.500 €	7.000 €	0 €	628.500 €	1.500 €	630.000 €
Divisão de Administração Financeira	427.400 €	6.200 €	0 €	433.600 €	1.500 €	435.100 €
<i>Departamento de Serviços e Obras Municipais</i>	3.511.600 €	7.441.800 €	0 €	10.953.400 €	7.069.500 €	18.022.900 €
Divisão de Planeamento Infraestruturas e Urbanismo	967.600 €	321.300 €	0 €	1.288.900 €	6.109.000 €	7.397.900 €
Divisão de Logística e Mobilidade	1.206.800 €	1.028.200 €	0 €	2.235.000 €	643.000 €	2.878.000 €
Divisão de Ambiente, Águas e Energia	1.337.200 €	6.092.300 €	0 €	7.429.500 €	317.500 €	7.747.000 €
Divisão de Promoção Económica e Desenvolvimento Social	304.600 €	410.500 €	0 €	715.100 €	10.000 €	725.100 €
Divisão de Educação, Cultura e Ação Social	864.900 €	1.488.400 €	283.100 €	2.636.400 €	9.500 €	2.645.900 €
Unidade de Desporto e Juventude	299.200 €	1.079.800 €	236.400 €	1.615.400 €	5.000 €	1.620.400 €
TOTAL	7.182.900 €	14.595.800 €	2.332.100 €	24.110.800 €	9.757.000 €	33.867.800 €

valores: euros

GRÁFICO 5: Despesa Global por departamentos



O quadro 8 evidencia a previsão do esforço financeiro a despender pelas diversas áreas de intervenção (classificação funcional) e que se concentram em três grandes objetivos: as funções gerais, as funções sociais e as funções económicas. No ano de 2014 estas funções

encontram-se repartidas por dois grandes documentos de apoio à gestão: o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Atividades Municipal, vulgarmente designados por PPI e PAM, respetivamente. A análise destes objetivos ou funções deverá ser efetuada de forma conjunta, tendo presente que no PPI se incluem somente despesas da rubrica de investimentos e que no PAM estão retratadas as transferências, correntes e de capital, associadas a diferentes objetivos.

Para melhor análise destes importantes instrumentos previsionais é relevante mencionar que as despesas encontram-se agrupadas segundo a sua classificação funcional, desagregadas em três níveis de detalhe ou hierarquia organizacional: no primeiro nível, surgem os objetivos gerais ou grandes funções; no segundo nível definem-se os meios ou, mais correntemente, subfunções, através das quais se pretendem atingir os objetivos gerais e o terceiro nível fornece a composição mais pormenorizada das subfunções ou a forma de as executar. Esse terceiro nível de detalhe, não incluído no quadro 8, será abordado aquando da explicitação do PPI e do PAM.

QUADRO 9: Previsão das Grandes Opções do Plano para o ano de 2014

Descrição	Dotações Iniciais 20114		
	PPI	PAM	GOP'S
Funções Gerais	1.198.500	157.700	1.356.200
Serviços gerais de administração pública	1.162.500	100	1.162.600
Segurança e ordem públicas	36.000	157.600	193.600
Funções Sociais	2.554.900	1.013.700	3.568.600
Educação	21.500	144.000	165.500
Saúde	500	0	500
Segurança e acção sociais	0	336.000	336.000
Habituação e serviços colectivos	2.299.400	130.200	2.429.600
Serviços culturais, recreativos e religiosos	233.500	403.500	637.000
Funções Económicas	3.845.000	421.700	4.266.700
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	1.500	2.000	3.500
Indústria e energia	312.000	390.000	702.000
Transportes e comunicações	1.969.000	500	1.969.500
Comércio e Turismo	1.562.500	29.200	1.591.700
TOTAL	7.598.400	1.593.100	9.191.500

Valores: euros



No que diz respeito à classificação funcional, o Plano de Atividades Municipal prevê transferências no valor de 1.593.100,00 euros e o Plano Plurianual de Investimentos estima um valor de investimentos de 7.598.400,00 euros. Globalmente estes dois documentos evidenciam um esforço financeiro de 9.191.500,00 euros, cujo valor é afeto em 14,75% às funções gerais, em 38,83% às funções sociais e em 46,42% às funções económicas.

3. Dívida do Município

A informação do quadro 10 evidencia a evolução orçamental das despesas com o serviço da dívida desagregadas em encargos financeiros (juros) e passivos financeiros (amortizações de capital).

QUADRO 10: Previsão do serviço da Dívida

		Previsões	
		2013	2014
(1)	Amortizações	909.100,00	858.600,00
(2)	Juros	182.100,00	143.500,00
(3)	Serviço da dívida = (1+2)	1.091.200,00	1.002.100,00

Valores: euros

Comparativamente aos valores inicialmente orçamentados, em 2013, prevê-se para o ano de 2014, uma redução destes encargos no valor de 89.100,00 euros. O serviço da dívida representa 2,96% do orçamento da despesa global de 33.867.800,00 euros.

A projeção estimada da dívida e encargos decorrentes de empréstimos bancários (atualmente contratados e utilizados) para o final dos anos de 2013 e 2014 apresenta os seguintes valores:

QUADRO 11: Projeção estimada da dívida e encargos para o ano de 2013 e 2014

Descrição	Ano de 2013			Ano de 2014			Var. 2013/2014
	Dívida (01.01.2013)	Amortizações	Dívida (31.12.2013)	Dívida (01.01.2014)	Amortizações	Dívida (31.12.2014)	
Empréstimos contraídos até 31.12.2012	7.010.927	909.139	6.101.789	6.101.789	844.961	5.256.828	-13,85%
Empréstimos contratados durante o ano de 2013	MLP 0	0	453.020	453.020	13.577	439.443	-3,00%
TOTAL	7.010.927	909.139	6.554.809	6.554.809	858.538	5.696.270	-13,10%

Valores: euros

No final do ano de 2013 prevê-se a amortização de capital no montante de 909.138,73 euros correspondente aos empréstimos contraídos e utilizados até 31.12.2012. Para o ano de 2014 o valor previsional para as amortizações de empréstimos de médio e longo prazos, segundo dados confirmados pelas instituições de crédito, ascende ao valor de 858.538,20 euros.

As dívidas que pelo seu valor têm um maior contributo para o endividamento municipal são, comparativamente ao mesmo período do ano de 2013, as seguintes:

	Dívida reportada a 30.09.2013	Dívida reportada a 30.09.2012	Variação	
			Valor	%
Empréstimos a médio e longo prazos	6.767.444,41	7.281.291,12	-513.846,71	-7,06%
Fornecedores imobilizado	2.185.279,25	2.863.811,51	-678.532,26	-23,69%
Fornecedores imobilizado c/c	1.240.887,54	1.772.023,18	-531.135,64	-29,97%
Fornecedores imobilizado com cauções	944.391,71	1.091.788,33	-147.396,62	-13,50%
Fornecedores conta-corrente	2.184.737,24	1.678.283,31	506.453,93	30,18%
Fornecedores c/c	2.156.758,68	1.650.304,75	506.453,93	30,69%
Fornecedores c/c com cauções	27.978,56	27.978,56	0,00	0,00%
Total com Fornecedores com cauções	11.137.460,90	11.823.385,94	-685.925,04	-5,80%
Total sem Fornecedores com cauções	10.165.090,63	10.703.619,05	-538.528,42	-5,03%

Valores: euros

Salienta-se que, relativamente às dívidas – credores de cauções, as quais constituem importâncias retidas de e para terceiros, são fundos alheios à autarquia, encontrando-se depositadas em contas específicas de disponibilidades e passíveis de utilização – para restituição das cauções - em qualquer momento.

O montante das dívidas com empréstimos a médio e longo prazos, fornecedores de imobilizado e de conta-corrente ascendiam, em 30.09.2012, a 11.823.385,94 euros. Regista-se um decréscimo das mesmas em 30.09.2013 no valor de 685.925,04 euros, ou seja, de -5,80%.

Se ao cômputo global das dívidas excluirmos o montante associado as cauções, este decréscimo apresenta um valor de 5,03%.

No que concerne ao valor da dívida registada em fornecedores conta-corrente no valor de 2.156.758,68 euros, importa esclarecer que 75,58% concerne à faturação emitida pela empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. (Fornecimento de água SAA Azibo - PE Izeda e saneamento - recolha e tratamento de efluentes ETAR Bragança/Izeda) que, em nosso entender, é indevida e que abusivamente nos tem sido debitada. Esta matéria foi contestada judicialmente por este Município.

3.1. Limites de endividamento municipal para 2013

O Orçamento de Estado para o ano de 2013 (art.º 98.º) estabelece que, nos termos do n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, o limite de endividamento líquido de cada município para 2013, tendo em vista assegurar uma variação global nula do endividamento líquido municipal no seu conjunto, corresponde ao menor dos seguintes valores: a) Limite de endividamento líquido de 2012; b) Limite resultante do disposto no n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro. Atendendo ao estabelecido e considerando que os limites da alínea b) são superiores, “... 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior”, o limite endividamento líquido proposto para o ano de 2013 será o que já se encontra estabelecido no ano de 2012.

Segundo comunicação proferida da Direção Geral das Autarquias Locais os limites de endividamento líquido e de médio e longo prazos (MPL) para o ano de 2013 são os seguintes:

QUADRO 12: Limites ao endividamento municipal para 2013

Endividamento Líquido	Endividamento de médio e longo prazos (EMLP)
limite EL 2013	limite 2013
3.246.280,00	17.664.953,00

Se, por um lado, no quadro da Lei das Finanças Locais o grau de autonomia dos municípios, em matéria de endividamento, era já reduzido, com as mais recentes medidas de contenção orçamental impostas pelos diversos Orçamentos de Estado ficam agravadas as restrições ao endividamento municipal, tal como aparece evidenciado no quadro 12.

3.2. Situação face aos limites ao endividamento municipal para 2013 (informação reportada a 30.09.2013)

QUADRO 13: Situação face aos limites ao endividamento municipal para 2013

	Designação	Montante (euros)	Observações
Município	Endividamento bancário de curto prazo	0,00	Empréstimos de curto prazo
	Capital em dívida de médio e longo prazos	6.767.444,41	Empréstimos de médio e longo prazos
	Endividamento líquido	1.757.115,26	O endividamento líquido corresponde à diferença entre passivos e activos financeiros. Para efeitos deste apuramento não se consideram as contas 2745, 2749
Setor empresarial local	Contribuição do sector empresarial local para o endividamento bancário de médio e longo prazos	976.608,44	Valores proporcionais à participação detida pelo Município nos termos do disposto no art.36º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pela Lei n.º 67-a/2007, de 31 de Dezembro (OE 2008)
	Contribuição do sector empresarial local para o endividamento líquido	803.760,22	Valores proporcionais à participação detida pelo Município nos termos do disposto no art.36º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pela Lei n.º 67-a/2007, de 31 de Dezembro (OE 2008)
Município e Setor empresarial local	Capital em dívida excepcionado dos limites de endividamento	1.725.138,49	Capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazos excepcionados dos limites de endividamento municipal nos termos das alíneas a) e b) do n.º 2 do art.º61.º da LFL
	Capital em dívida de médio e longo prazos a considerar	6.018.914,36	Capital em dívida de médio e longo prazos, excluindo montantes legalmente excepcionados
	Endividamento líquido a considerar	835.736,99	Endividamento líquido, excluindo montantes legalmente excepcionados

Os limites foram calculados utilizando a metodologia disponibilizada pela Direção Geral das Autarquias Locais e reportam-se, exclusivamente, ao endividamento do Município de Bragança, incluindo os encargos que oneram as empresas do setor empresarial local com participações detidas a 100% no capital pelo Município.

O posicionamento do Município quanto à dívida de médio e longo prazos (empréstimos) face aos limites calculados apresentados é de 65,93%, considerando para efeitos de cálculo um capital em dívida de M/L prazos de 6.018.914,36 euros. Relativamente ao limite imposto para o endividamento líquido, encontra-se utilizado em 25,74%.

Conforme decorre da leitura dos quadros anteriores destacamos que o Município de Bragança cumpre os limites impostos pelo Orçamento de Estado.

A proposta do Orçamento de estado para o ano de 2014, refere no seu artigo 96.º quanto à Dívida total municipal em 2014 que “Sem prejuízo do disposto no artigo 84.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o limite da dívida total dos municípios é o previsto no artigo 52.º da mesma

lei, tendo como referência os montantes da dívida total em 31 de dezembro de 2013”, ou seja, substitui os limites apurados com base no endividamento líquido.

Assim, refere a citada Lei que Estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, que a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º (entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total) não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Refere ainda que a dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

4. Património do Município

4.1. Ativo Fixo do Município

O ativo fixo bruto do Município de Bragança totalizava, à data de 30 de setembro de 2013, a importância de 255.144.685 euros, correspondendo:

QUADRO 14: Mapa do Ativo Bruto

Município de Bragança
Mapa do Activo Bruto

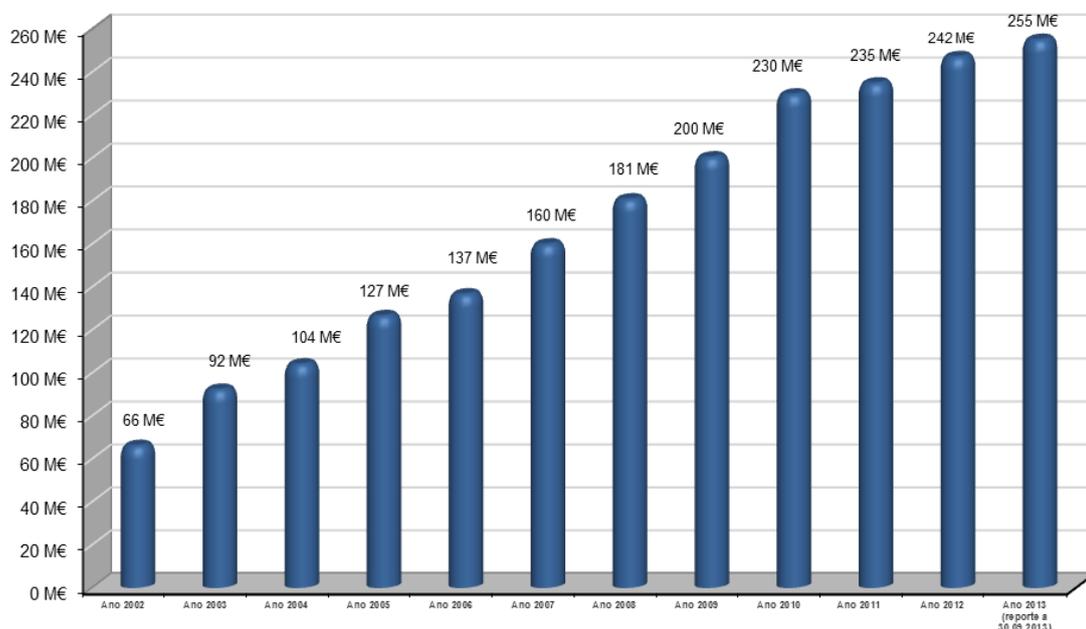
Rúbricas	Em 31.12.2011		Em 31.12.2012		Em 30.09.2013	
	Valor (€)	Var. %	Valor (€)	Var. %	Valor (€)	Var. %
De Bens de Domínio Público	142.265.711	100%	145.391.888	100%	146.599.367	100%
Terrenos e recursos naturais	5.090.733	3,6%	5.137.159	3,5%	5.137.159	3,5%
Edifícios	468.262	0,3%	468.262	0,3%	468.262	0,3%
Outras construções e infra-estruturas	119.794.792	84,2%	129.391.468	88,3%	129.423.898	88,3%
Bens de património histórico, artístico e cultural	1.292.883	0,9%	1.335.222	0,9%	1.335.222	0,9%
Outros bens de domínio público	142.108	0,1%	142.108	0,1%	142.108	0,1%
Imobilizações em curso	15.476.932	10,9%	8.917.669	6,1%	10.092.718	6,9%
De Imobilizações Incorpóreas	1.889.654	100%	2.016.313	100%	2.028.313	100%
Despesas de instalação	1.726.805	91,4%	1.829.232	90,2%	1.829.232	90,2%
Despesas de investigação e desenvolvimento	162.849	8,6%	187.081	9,2%	199.081	9,8%
Imobilizações em curso	0	0,0%	59.400	2,9%	59.400	2,9%
De Imobilizações Corpóreas	86.970.955	100%	95.763.180	100%	102.597.507	100%
Terrenos e recursos naturais	17.389.935	20,0%	17.591.428	17,1%	17.725.194	17,3%
Edifícios e outras construções	53.817.894	61,9%	56.308.400	54,9%	56.308.400	54,9%
Equipamento básico	4.112.487	4,7%	4.438.310	4,3%	4.526.790	4,4%
Equipamento de transporte	4.110.929	4,7%	4.250.252	4,1%	4.250.252	4,1%
Ferramentas e utensílios	1.061.296	1,2%	1.082.247	1,1%	1.085.668	1,1%
Equipamento administrativo	2.019.715	2,3%	2.145.257	2,1%	2.289.286	2,2%
Outras imobilizações corpóreas	111.268	0,1%	113.159	0,1%	115.195	0,1%
Imobilizações em curso	4.347.431	5,0%	9.834.128	9,6%	16.296.722	15,9%
De Investimentos Financeiros	3.719.498	100%	3.919.498	100%	3.919.498	100%
Partes de capital	2.990.975	80,4%	3.190.975	81,4%	3.190.975	81,4%
Investimentos em imóveis	726.522	19,5%	726.522	18,5%	726.522	18,5%
Outras aplicações financeiras	2.000	0,1%	2.000	0,1%	2.000	0,1%
Total Geral	234.845.817		247.090.879		255.144.685	

A evolução do ativo fixo bruto traduz um aumento de 286%, comparativamente ao ano de implementação do POCAL (2002) e consequentemente à primeira seriação dos bens que integraram o Balanço inicial.

Bens de Domínio Privado

A rubrica “Imobilizações em curso” apresenta um ligeiro acréscimo em virtude de, no corrente ano, terem sido registadas diversas empreitadas, tais como a Ecopolis - Reconversão Urbanística da Zona do Forte São João de Deus – Remodelação dos edifícios da Sede do Município, instalação do Centro de Fotografia Georges Dussaud, construção do Recinto de Promoção e Valorização de Raças Autóctones e Construção do Novo Espaço para a Feira.

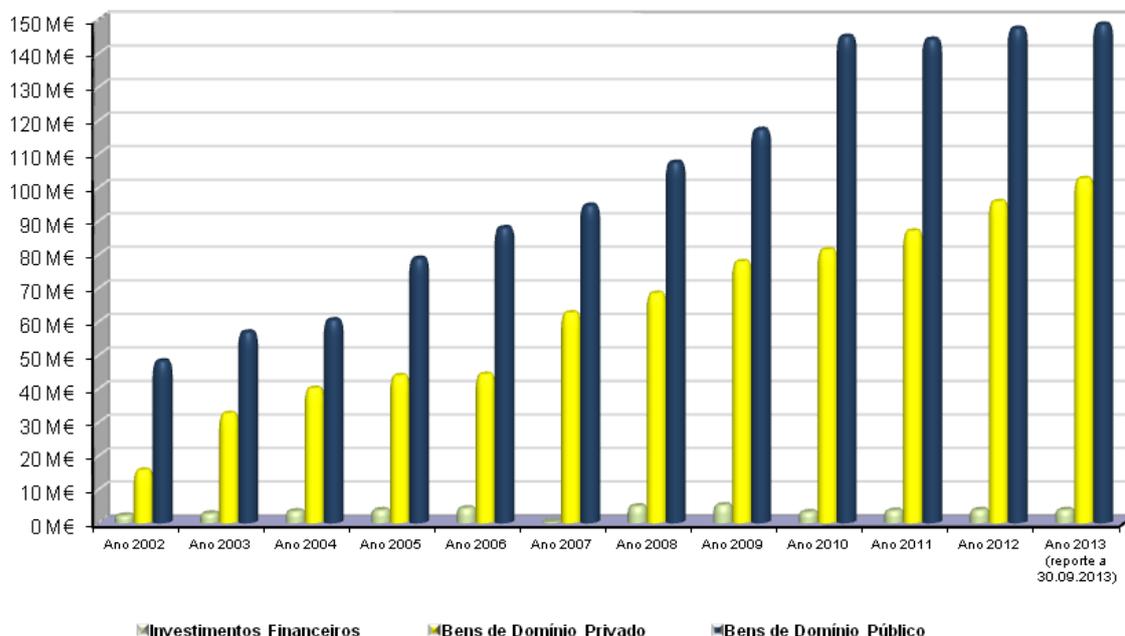
GRÁFICO 6 – Evolução do ativo fixo bruto do Município



A sua desagregação, à data de 30.09.2013, evidencia uma variação positiva para:

- Bens de domínio privado de 7,14%, comparativamente a 31.12.2012;
- Bens de domínio público de 0,83%, comparativamente a 31.12.2012.

GRÁFICO 7 – Evolução do ativo fixo bruto do Município (desagregado)



Assim, relativamente às entidades a seguir indicadas há a referir:

MMB - Mercado Municipal de Bragança, E.E.M. e Terra Fria Carnes Unipessoal, Lda.

Relativamente às empresas municipais, MMB - Mercado Municipal de Bragança, E.E.M. e Terra Fria Carnes, Unipessoal Lda., foi aprovada a dissolução, liquidação e internalização das atividades em sessões ordinárias da Assembleia Municipal realizadas em 17 de dezembro de 2012 e em 22 de fevereiro de 2013, respetivamente.

Foi deliberado transferir para o Município o passivo à banca e aos fornecedores, e o ativo das empresas, assim como a internalização de todas as atividades e a integração dos trabalhadores no mapa de pessoal Municipal após a extinção das mesmas.

Durante o ano de 2014 continuarão a desenvolver-se os procedimentos legalmente exigidos à liquidação das referidas empresas.

- **Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark**

Em reunião da Assembleia Municipal, de 22 de fevereiro de 2013, foi deliberado aprovar o aumento de fundo social com o reforço de 600 unidades de participação (UP), no valor nominal de 300.000,00€ (trezentos mil euros), passando o Município de Bragança a subscrever 1600 UP (800.000,00€, oitocentos mil euros).

No âmbito dos bens de Domínio Privado:

Nesta rubrica verificou-se, também, uma variação positiva de 7,14%, essencialmente resultante da compra de terrenos destinados para a concretização de projetos de investimento por parte do Município, entre os quais a ampliação da Zona Industrial das Cantarias – 2.^a fase.

No âmbito dos bens de Domínio Público:

Neste grupo verificou-se também uma variação positiva de 0,83%, aumentos que respeitam nomeadamente para o equipamento básico, administrativo, outras construções e infraestruturas.

5. Recursos Humanos

5.1. Mapa de Pessoal

O Mapa de Pessoal do Município de Bragança, elaborado no âmbito do artigo 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, contempla, para o ano de 2014, as seguintes modalidades da relação jurídica de emprego público.

MODALIDADES DA RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO:

- **330** Postos de trabalho previstos e ocupados com relação jurídica de emprego público por Tempo Indeterminado;
- **10** Postos de trabalho previstos e ocupados em regime de Comissão de Serviço;
- **2** Postos de trabalho previstos e não ocupados em regime de Comissão de Serviço;
- **2** Postos de trabalho em regime de Requisição;
- **1** Posto de trabalho previsto e ocupado com relação jurídica de emprego público por Tempo Determinável (Termo Incerto);
- **1** Posto de trabalho previsto e ocupado com relação jurídica de emprego por Tempo Determinado (Termo Certo);
- **15** Postos de trabalho previstos e ocupados ao abrigo do acordo de cedência de interesse público;
- **24** Postos de trabalho a preencher com relação jurídica de emprego público por Tempo Indeterminado;
- **2** Postos de trabalho a preencher com relação jurídica de emprego público por Tempo Determinado – termo certo.

TOTAL DE TRABALHADORES: 359

Da análise ao Mapa de Pessoal para o ano de 2014, resulta que ao nível das diferentes modalidades da relação jurídica de emprego público prevêm-se 396 trabalhadores (comparativamente, o Mapa de Pessoal para o ano de 2013 contemplava 364 trabalhadores), o aumento traduz a inclusão dos trabalhadores na modalidade de acordo de cedência de interesse público (lugares já ocupados desde março e agosto de 2013) e, ao mesmo tempo, igual número de lugares a preencher com relação jurídica por tempo indeterminado, bem como a previsão de novos postos de trabalho para fazer face às saídas de trabalhadores que venham a ocorrer, quer pelo mecanismo da aposentação voluntária, quer pela aposentação por doença ou outra.

Outro dado que releva é o predomínio da relação jurídica de emprego de Contrato de Trabalho em Funções Públicas (CTFP) por tempo indeterminado (330 postos de trabalho previstos e ocupados), por contraposição às outras modalidades da relação jurídica de emprego público com um cariz de maior precariedade.

Por último, é ainda relevante mencionar que no decurso do ano de 2014, irá decorrer ao abrigo do estipulado no artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais e revoga as Leis n.ºs 53-F/2006, de 29 de dezembro, e 55/2011, de 15 de novembro), o processo de liquidação das empresas que gerem o Mercado Municipal, a MMB-Mercado Municipal de Bragança, E.M., e o Matadouro Municipal, Terra Fria Carnes, Unipessoal, Lda, o que vai implicar a internalização das atividades das empresas municipais nos serviços do Município de Bragança.

Com a definição das atividades a internalizar os atuais quadros, que são titulares de contrato de trabalho sem termo, foram cedidos ao Município de Bragança, através da celebração de um Acordo de Cedência de Interesse Público, na exata medida em que estes se encontrem afetos e sejam necessários ao cumprimento das atividades objeto da internalização.

Acresce ainda sublinhar que, de acordo com o previsto no n.º 7 do artigo 70.º da citada Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, os trabalhadores com relação jurídica de emprego por tempo indeterminado, que se encontrem na situação de cedência de interesse público, não são contabilizados para efeitos dos limites de contratação prevista na proposta de Lei do Orçamento do Estado.

5.2. Reorganização dos Serviços Municipais

Concluiu-se o processo de recrutamento de 10 dirigentes, com a tomada de posse a 25 de setembro de 2013, decorrente da aprovação da nova moldura organizacional do Município de acordo com o consagrado no Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro e Lei n.º 49/2013, de 29 de agosto, que consistiu no modelo de uma Estrutura Hierarquizada constituída por uma Estrutura Nuclear, composta da seguinte forma:

- 2 Unidades orgânicas nucleares, designadamente:
 - Departamento de Administração Geral e Financeira;

- Departamento de Serviços e Obras Municipais.
 - 8 Unidades orgânicas flexíveis providas (6 Divisões municipais e 2 unidades orgânicas de 3.º grau) e ainda 1 Subunidade orgânica (Tesouraria).

5.3. Orçamentação e gestão de despesas com pessoal

O Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, estabelece que os orçamentos dos Municípios preveem verbas destinadas a suportar as despesas com pessoal, i.é., os encargos com as remunerações dos trabalhadores que se devam manter em exercício de funções no órgão ou serviço.

O referido diploma, clarificou ainda que compete à Câmara Municipal, decidir sobre o montante máximo de cada um dos seguintes encargos: com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, nos mapas de pessoal aprovados; com as alterações do posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções e com a atribuição de prémios de desempenho dos trabalhadores do órgão ou serviço.

Nesta conformidade qualquer recrutamento a efetuar no ano de 2014, ficará condicionado à caracterização dos postos de trabalho necessários quer para a execução das atividades de natureza permanente dos serviços e que se opera com recurso à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, quer para a execução de atividades de natureza temporária e que se opera com recurso à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo determinado ou determinável, constantes no respetivo Mapa de Pessoal, documento que acompanha a proposta de Orçamento, a submeter à aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

5.3.1. Reforço/reajustamento funcional de Recursos Humanos

No âmbito do recrutamento de trabalhadores nas autarquias locais, a Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro – Orçamento do Estado para 2013, limitou a abertura dos procedimentos concursais com vista à constituição de relações jurídicas de emprego por tempo indeterminado, determinado ou determinável, para as carreiras gerais e carreiras subsistentes não revistas, à demonstração do cumprimento da medida de redução mínima de 2% de trabalhadores.

Nesta medida, no ano de 2013, foram concluídos os procedimentos concursais que se encetaram em 2012 para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado: 1 Técnico Superior, na área de Geografia e Planeamento Regional.

No âmbito da reorganização dos serviços deste Município, foram concluídos os procedimentos concursais para 10 dirigentes, com tomada de posse a 25 de setembro de 2013, já referido.

QUADRO 15: Cessação da relação jurídica de emprego público

CARREIRA	CATEGORIA	SITUAÇÃO	VERIFICADAS
Assistente Operacional	Assistente Operacional - Trabalhista	Aposentação	1
Assistente Operacional	Assistente Operacional - Auxiliar dos Serviços Gerais	Aposentação	2
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Agente Único	Aposentação	1
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Auxiliar Administrativo	Aposentação	1
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Cantoneira de limpeza	Aposentação	1
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Jardineira	Aposentação	1
Assistente Técnico	Coordenadora Técnica	Aposentação	1
Técnico Superior	Técnico Superior – Geógrafo	Cessação do CTFP a termo incerto	1
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Coveiro	Denúncia do CTFP, por Tempo Indeterminado	1
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Porta Miras	Exoneração	1
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Operador de Reprografia	Falecimento	1
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Asfáltador	Falecimento	1
TOTAL			13

Os dados do Quadro 15 assinalam que no ano de 2013 ocorreu a desvinculação definitiva ao serviço de 13 trabalhadores, nas carreiras/categorias de Assistente Operacional, Coordenador Técnico e Técnico Superior.

5.3.2. Recrutamento excecional de trabalhadores

O Mapa de Pessoal para o ano de 2013 contemplou a criação de 1 Posto de trabalho da carreira/categoria de Técnico Superior - Área de Geografia e Planeamento Regional para o Divisão de Planeamento, Infraestruturas e Urbanismo, considerando que o Município de Bragança à data de 30 de setembro de 2012, cumpriu com o objetivo de redução de trabalhadores (tendo ocorrido pelo mecanismo da aposentação voluntária e aposentação por doença dos seus trabalhadores).

Para o ano de 2013, o Mapa de Pessoal contemplou ainda a criação de 1 Posto de trabalho da carreira/categoria de Assistente Operacional – Área de Operador de Máquinas e Veículos Especiais para o Departamento de Obras e Urbanismo – Divisão de Equipamento (posto de trabalho já previsto no Mapa de Pessoal para a o ano de 2012) e a criação de 1 Posto de trabalho da carreira/categoria de Técnico Superior - Área de Comunicação Social (saída do trabalhador por cessação do CTFP, por tempo indeterminado para o mapa de pessoal de outra entidade, através de concurso público), cujos recrutamentos com o recurso à constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, estarão condicionados à aplicação do disposto em sede da Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014.

QUADRO 16: Procedimentos concursais

CARREIRA	CATEGORIA	AREA DE FORMAÇÃO ACADÉMICA/OU PROFISSIONAL	MODALIDADES	POSTOS TRABALHO
Técnico Superior	Técnico Superior	Área de Geografia e Planeamento Regional	Por Tempo Indeterminado	1
Assistente Operacional	Assistente Operacional	Área de Operador de Máquinas e Veículos Especiais	Por Tempo Indeterminado	1
Técnico Superior	Técnico Superior	Área de Comunicação Social	Por Tempo Indeterminado	1
TOTAL				3

Os indicadores do Quadro 16 traduzem que a ocupação dos postos de trabalho faz-se com a constituição de uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado.

5.3.3. Aposentação

Os dados do Quadro 17 refletem que se encontram a aguardar 10 processos, por aposentação voluntária/antecipada, nas carreiras de Fiscal Municipal, Assistente Operacional e Técnico Superior.

A aposentação pode ainda ocorrer por incapacidade absoluta e permanente para qualquer profissão ou trabalho.

QUADRO 17: Trabalhadores com pedidos de aposentação voluntária/antecipada

CARREIRA	CATEGORIA	TOTAL
Técnico Superior	Técnico Superior – Engenheiro Civil	1
Técnico Superior	Técnico Superior – Biblioteca, Arquivo e Documentação	1
Fiscal Municipal	Fiscal Municipal	1
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Jardineiro	1
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Motorista	1
Assistente Operacional	Encarregado Operário	2
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Pintor	1
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Auxiliar dos Serviços Gerais	1
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Eletricista	1
TOTAL		10

Os dados do Quadro 17 refletem que se encontram a aguardar 10 processos, por aposentação voluntária/antecipada, nas carreiras de Fiscal Municipal, Assistente Operacional e Técnico Superior.

A aposentação pode ainda ocorrer por incapacidade absoluta e permanente para qualquer profissão ou trabalho.

QUADRO 18: Trabalhadores com pedidos de aposentação por incapacidade

CARREIRA	CATEGORIA	AGUARDAR
Técnico Superior	Técnico Superior – Arquiteto	1
Assistente Técnico	Assistente Técnico - Administrativo	1
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Eletricista	1
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Cabouqueiro	1
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Cantoneiro de Limpeza	1
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Coveiro	1
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Motorista	1
TOTAL		7

Os dados do Quadro 18 traduzem que se encontram a aguardar 7 processos, de aposentação por incapacidade, na carreira de Técnico Superior, Assistente Técnico e Assistente Operacional.

Da análise dos Quadros 18 e 19 resulta que se encontram a aguardar 10 processos por aposentação voluntária/antecipada e 7 processos de aposentação por incapacidade, no total 17 processos de aposentação, o que significa que a previsão da redução do número de trabalhadores no mínimo de 2% consagrada na Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, será atingida, sem que outras medidas sejam adotadas.

5.3.4. Medidas remuneratórias relativas aos trabalhadores

Prevê-se para o ano de 2014 a manutenção da redução das remunerações totais ilíquidas mensais, neste ano para valores superiores a € 600, das pessoas a que se refere o n.º 9 do artigo 33.º da Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2014.

Para valores de remunerações superiores a € 600 e inferiores a € 2 000, aplica-se uma taxa progressiva que varia entre os 2,5% e os 12%, sobre o valor total da remuneração, e 12 % sobre o valor total das remunerações superiores a € 2 000.

Durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), o subsídio de Natal continuará a ser pago mensalmente, por duodécimos.

A Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro – Orçamento do Estado para 2013, consagrou no artigo 35.º a proibição de valorizações remuneratórias dos titulares dos cargos e dos trabalhadores que exercem funções públicas, i.é., as alterações do posicionamento remuneratório, progressões, promoções, nomeações ou graduações em categoria ou posto superiores aos detidos e a atribuição de prémios de desempenho.

Encontrando-se o País numa situação de “emergência nacional”, socorrendo-se de um Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), prevê-se, para o ano de 2014, a manutenção das medidas supra referenciadas.

A proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2014 prevê a continuidade da redução de trabalhadores nas autarquias locais, no mínimo em 2%, face ao existente em 31 de dezembro de 2013.

A concretização deste objetivo de redução de trabalhadores, já prevista na Lei do Orçamento de Estado para 2013, com continuidade para o ano de 2014, encontra-se em linha de cumprimento e foi materializada por este município, com saídas de trabalhadores em número superior ao suficiente para atingir aquela meta.

Prevê ainda a proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2014 que os encargos mensais com a CGA, I.P., passem a ser de 23,75 % da remuneração sujeita a desconto de quota dos trabalhadores abrangidos pelo regime de proteção social, taxa fixada em 20% para o ano de 2013, a qual estava fixada em 15% no ano de 2012, o que representa, para o Município de Bragança, um esforço adicional, no orçamento de 2014.

5.3.5. Trabalho Extraordinário

Com a Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro – Orçamento de Estado para 2013, ocorreram alterações ao regime do trabalho extraordinário, todos os acréscimos ao valor da retribuição horária referentes a pagamento de trabalho extraordinário em dia normal de trabalho e o trabalho extraordinário prestado em dia de descanso semanal, obrigatório ou complementar, e em dia feriado, foram reduzidos.

Para o ano de 2014, prevê-se a manutenção desta redução.

5.4. Segurança, Higiene e Saúde no trabalho

No ano de 2014 dar-se-á continuidade à contratualização dos serviços de Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho, tendo por objetivo a tomada das medidas necessárias à prevenção de riscos profissionais e na promoção da saúde, higiene e segurança dos trabalhadores do Município de Bragança.

5.5. Formação profissional

No âmbito do Processo Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) – área de gestão de Recursos Humanos dar-se-á continuidade ao processo de Formação, que assenta no levantamento de necessidades de formação dos trabalhadores por parte de cada unidade orgânica, para

aprovação superior, bem como todas as necessidades pontuais que surjam, decorrentes da publicação de nova legislação.

Após aprovação superior das ações de formação, resulta a elaboração de um Plano de Formação (no qual é efetuado o balanço da execução das ações, no campo de “acompanhamento da execução”), decorrendo posteriormente a avaliação e eficácia da formação pelo superior hierárquico e trabalhador.

A formação profissional surge, assim, como um meio privilegiado para a aquisição de conhecimentos e ou reforço das competências por parte dos trabalhadores do Município de Bragança e para o ajustamento às novas exigências do exercício das suas funções, aumentando, deste modo, as suas qualificações técnicas ou profissionais, tendo em vista uma melhor prestação do serviço a prestar ao cidadão.

Face à situação de “emergência nacional” por que passa o País, refletindo-se na diminuição das transferências financeiras da Administração Central para os Municípios, a nossa aposta, para o ano de 2014, é a da continuidade do investimento permanente desta autarquia na formação inicial e/ou contínua dos seus recursos humanos, no sentido de dotar trabalhadores e dirigentes das competências técnicas e pessoais que permitam um desempenho profissional adaptável, eficiente e atualizado.

6. Grandes opções do Plano para o ano de 2014

As Grandes Opções do Plano (GOP'S) conjuntamente com o Orçamento constituem os documentos previsionais obrigatórios a elaborar pelas Autarquias Locais. Estes documentos refletem as prioridades definidas com base nos recursos disponíveis, pretendendo-se ajustar as realizações, sob a forma de objetivos específicos às necessidades socioeconómicas da população concelhia.

Nas Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Bragança estão definidas as linhas de desenvolvimento estratégico, incluindo designadamente o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Atividades Municipal que contempla as atividades mais relevantes da administração autárquica.

O quadro seguinte apresenta, em suma, a evolução das Grandes Opções do Plano no período 2013-2014.

QUADRO 19: Resumo das Grandes Opções do Plano no período 2013-2014

Descrição	Grandes Opções do Plano (GOP'S)								
	Plano Plurianual de Investimentos (PPI)			Plano Plurianual de Actividades Municipal (PAM)			Dotações Iniciais (GOP'S)		
	Dotações Iniciais		Var. %	Dotações Iniciais		Var. %	2013	2014	Var. %
	2013	2014		2013	2014				
Funções Gerais	6.580.000	1.198.500	-81,79%	16.100	157.700	879,50%	6.596.100	1.356.200	-79,44%
Serviços gerais de administração pública	6.578.000	1.162.500	-82,33%	100	100	0,00%	6.578.100	1.162.600	-82,33%
Segurança e ordem públicas	2.000	36.000	1700,00%	16.000	157.600	885,00%	18.000	193.600	975,56%
Funções Sociais	2.779.500	2.554.900	-8,08%	1.581.800	1.013.700	-35,91%	4.361.300	3.568.600	-18,18%
Educação	106.000	21.500	-79,72%	139.000	144.000	3,60%	245.000	165.500	-32,45%
Saúde	500	500	0,00%	0	0	0,00%	500	500	0,00%
Segurança e acção sociais	0	0	0,00%	837.500	336.000	-59,88%	837.500	336.000	-59,88%
Habituação e serviços colectivos	2.445.000	2.299.400	-5,96%	191.800	130.200	-32,12%	2.636.800	2.429.600	-7,86%
Serviços culturais, recreativos e religiosos	228.000	233.500	2,41%	413.500	403.500	-2,42%	641.500	637.000	-0,70%
Funções Económicas	4.548.000	3.845.000	-15,46%	788.100	421.700	-46,49%	5.336.100	4.266.700	-20,04%
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	1.000	1.500	50,00%	6.000	2.000	-66,67%	7.000	3.500	-50,00%
Indústria e energia	685.000	312.000	-54,45%	427.000	390.000	-8,67%	1.112.000	702.000	-36,87%
Transportes e comunicações	1.445.500	1.969.000	36,22%	500	500	0,00%	1.446.000	1.969.500	36,20%
Comércio e Turismo	2.416.500	1.562.500	-35,34%	354.600	29.200	-91,77%	2.771.100	1.591.700	-42,56%
TOTAL	13.907.500	7.598.400	-45,36%	2.386.000	1.593.100	-33,23%	16.293.500	9.191.500	-43,59%

Valores: euros

O valor global das Grandes Opções do Plano para o ano de 2014 atinge o valor de 9.191.500,00 euros, dos quais 7.598.400,00 euros referem-se ao Plano Plurianual de Investimentos e 1.593.100,00 euros ao conjunto das ações consideradas como relevantes e que cuja despesa efetuada, como base em normativos estabelecidos no POCAL, não é considerada de investimento.

Relativamente à tipologia económica das despesas que integram as GOP's, 8.265.000,00 euros são despesas de capital e 926.500,00 são despesas correntes.

6.1. Plano Plurianual de Investimentos

O Plano Plurianual de Investimentos para 2014, doravante designado por PPI, é um documento previsional consubstanciado nas Grandes Opções do Plano. Elaborado para um horizonte móvel de 4 anos, na sua estrutura e conteúdo, descreve todos os projetos ou ações que se pretendem realizar no âmbito dos objetivos estabelecidos para o Município, identificando a classificação económica devidamente desagregada, a forma de realização de cada projeto ou ação, a fonte de financiamento de cada projeto ou ação a executar com financiamento externo à própria autarquia, as datas de início e fim dos projetos e ações e, ainda, se se trata de financiamento definido ou não definido. Assim, transforma-se no instrumento de compromisso político que permite, quer aos destinatários finais da atividade autárquica, quer aos órgãos executivo e deliberativo, avaliar o cumprimento desses mesmos compromissos.

Na sua elaboração incluíram-se os compromissos assumidos (estimativa), com fornecedores e empreiteiros, em anos anteriores, e não finalizados até ao término do ano de 2013. Constam, também, projetos que, na sua maioria, beneficiam de apoios financeiros já aprovados.

O quadro 15 estabelece a composição do PPI para 2014, refletindo a despesa associada à realização de cada um dos projetos ou ações. As diversas áreas de intervenção concentram-se em três grandes rubricas: as funções gerais, as funções sociais e as funções económicas. Nestas, estão previstas intervenções com financiamento definido que ascende a 7.598.400,00 euros.

Para as funções gerais estão previstos 1.198.500,00 euros, correspondentes a 15,77% do investimento, distribuídos pelos subprogramas *edifícios, material de transporte, maquinaria e equipamento e segurança pública*.

As funções sociais estão dotadas com 2.554.900,00 euros, correspondendo a 33,62% do investimento total. Nestas, estão incluídas áreas de intervenção na *educação pré-escolar, ensino básico, serviços individuais de saúde, habitação, planeamento urbanístico, urbanização, saneamento, abastecimento de água, resíduos sólidos, higiene pública, cemitérios, meio ambiente, cultura e desporto, recreio e lazer*.

O objetivo de funções económicas está dotado com 3.845.000,00 euros, o que corresponde a 50,60% do PPI para 2014. Estão contempladas importantes intervenções ao nível das áreas de *iluminação pública, energia, estabelecimentos industriais, rede viária e sinalização, estacionamento e turismo.*

QUADRO 20: Plano Plurianual de Investimentos para 2014 – Resumo

Código Obj./Prog.	Designação das rubricas	Valor do Investimento	% dentro do Obj./prog	% em relação ao total PPI
1	Funções gerais	1.198.500	100,00%	15,77%
1.1.	Serviços gerais de administração pública	1.162.500	97,00%	15,30%
1.1.1	Administração geral	1.162.500	97,00%	15,30%
1.1.1.1	Edifícios	505.000	42,14%	6,65%
1.1.1.2	Material de transporte	231.000	19,27%	3,04%
1.1.1.3	Maquinaria e equipamento	426.500	35,59%	5,61%
1.2.	Segurança e ordem pública	36.000	3,00%	0,47%
1.2.1	Proteção civil e luta contra incêndios	36.000	3,00%	0,47%
1.2.1.2	Segurança pública	36.000	3,00%	0,47%
2	Funções sociais	2.554.900	100,00%	33,62%
2.1.	Educação	21.500	0,84%	0,28%
2.1.1	Ensino não superior	21.500	0,84%	0,28%
2.1.1.1	Ensino Pré-escolar	3.000	0,12%	0,04%
2.1.1.2	Ensino Básico	18.500	0,72%	0,24%
2.2.	Saúde	500	0,02%	0,01%
2.2.1	Serviços Individuais de Saúde	500	0,02%	0,01%
2.4.	Habituação e serviços colectivos	2.299.400	90,00%	30,26%
2.4.1	Habituação	651.900	25,52%	8,58%
2.4.2	Ordenamento do Território	735.000	28,77%	9,67%
2.4.2.1	Planeamento Urbanístico	161.000	6,30%	2,12%
2.4.2.2	Urbanização	574.000	22,47%	7,55%
2.4.3	Saneamento	601.000	23,52%	7,91%
2.4.4	Abastecimento de água	233.000	9,12%	3,07%
2.4.6	Proteção do meio amb. e conserv. da natureza	78.500	3,07%	1,03%
2.4.6.2	Cemitérios	45.000	1,76%	0,59%
2.4.6.3	Meio Ambiente	33.500	1,31%	0,44%
2.5.	Serviços culturais, recreativos e religiosos	233.500	9,14%	3,07%
2.5.1	Cultura	12.500	0,49%	0,16%
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	221.000	8,65%	2,91%
3	Funções económicas	3.845.000	100,00%	50,60%
3.1.	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	1.500	0,04%	0,02%
3.2.	Indústria e energia	312.000	8,11%	4,11%
3.2.1	Iluminação pública	97.000	2,52%	1,28%
3.2.2	Energia	64.000	1,66%	0,84%
3.2.3	Estabelecimentos Industriais	151.000	3,93%	1,99%
3.3.	Transportes e Comunicações	1.969.000	51,21%	25,91%
3.3.1	Transportes rodoviários	1.922.500	50,00%	25,30%
3.3.1.1	Rede viária e sinalização	1.909.500	49,66%	25,13%
3.3.1.2	Estacionamento	13.000	0,34%	0,17%
3.3.2	Transportes aéreos	46.500	1,21%	0,61%
3.4.	Comércio e turismo	1.562.500	40,64%	20,56%
3.4.1	Mercados e feiras	760.000	19,77%	10,00%
3.4.2	Turismo	802.500	20,87%	10,56%
TOTAL		7.598.400	100,00%	100,00%

Valores: euros

Do conjunto dos programas de investimento, representativos das áreas de atuação do Município, destacam-se pela expressão que assumem os seguintes projetos:

- **Serviços gerais de administração pública**, que absorve cerca de 1.162.600,00 euros (15,30%) assumem maior relevância os projetos ao nível dos edifícios, nomeadamente:
 - Ecopolis, reconversão urbanística do Forte S. João de Deus – 300.000,00 euros;
 - Modernização da gestão, redes e serviços municipais no âmbito das TIC – 100.000,00 euros.

- **Habitação e serviços coletivos**, que absorve cerca de 2.299.400,00 euros (30,26%), assumem maior relevância ao nível da habitação:
 - Aquisição de terrenos, imóveis diversos e edifícios – 150.000,00 euros.
 - Domus Universitária – Recuperação de imóveis na zona histórica para residência de estudantes – 400.000,00 euros;

Ao nível do ordenamento do território:

- Repavimentação de bairros e passeios na cidade – 300.000,00 euros;
- Vários projetos e estudos de Planeamento – 161.000,00 euros;
- Arranjos nos arruamentos da cidade – 150.000,00 euros;
- Arranjo urbanístico da rua Emídio Navarro no acesso ao Paço Episcopal – 60.000,00 euros;
- Construção da circular interior – troço de ligação Avenida Abade de Baçal – 45.000,00 euros;

Ao nível do saneamento:

- Construção de ETAR'S em França, Rabal, Rebordãos, S. Pedro e outras Localidades – 400.000,00 euros.
 - Execução de redes e infraestruturas de saneamento básico em Lagomar, Terroso, Gondesende, Frieira, Vila Boa, Parâmio, Freixeda, Quintas de Montesinho e outras – 180.000,00 euros;
-
- **Serviços culturais, recreativos e religiosos**, dotada com cerca de 233.500,00 euros a que corresponde 3,07% da despesa do PPI para 2014, destacam-se os projetos ao nível do desporto, recreio de lazer, a conclusão da bancada do estádio municipal e arranjos exteriores com inscrições de 150.000,00 euros, bem como o projeto e construção de pavilhão e campo de futebol do trinta com 51.000,00 euros;

 - **Transportes e comunicações**, onde se orçamentam 1.969.000,00 euros, com maior expressão na rede viária e sinalização – 1.909.500,00 euros, o que corresponde a 25,13% das despesas orçadas, destacando-se os seguintes projetos:

- **Conservação da rede viária municipal** – 245.000,00 euros;

- **Beneficiação e pavimentação das vias municipais:** EM 542 de Coelhooso ao rio Sabor, EM 537 se Sta. Comba de Rossas a Pinela e de Sta. Comba de Rossas a Rebordainhos – 315.000,00 euros;

- **Beneficiação e pavimentação das vias municipais:** EM 501 de Aveleda a França, CM 1061 Mós/valverde/Paredes, EM 524 Grijó de Parada a Carocedo e CM 1046 da EM 524 a Freixedelo – 850.000,00 euros;

- **Beneficiação, alargamento e pavimentação das vias municipais:** EM 521 de S. Pedro dos Serracenos a Alfaião, CM 1204 da EN 308 a Laviados – 278.000, euros;

- **Comércio e Turismo**, orçados 1.562.500,00 euros, o que corresponde a 20,56% das despesas orçadas, destacando-se:
 - Adaptação de edifício a posto de turismo e espaço memória da presença Sefardita – 800.000,00 euros;

 - Construção do novo espaço para a Feira – 560.000,00 euros;

 - Construção do recinto de promoção e valorização de raças autóctones – 200.000,00 euros.

6.2. Plano de Atividades Municipal mais relevantes da gestão autárquica para o ano 2014

A par da preparação do PPI e constituindo também este a definição das linhas de desenvolvimento estratégico desta autarquia, encontra-se o Plano de Atividades Municipal (PAM) para 2014. Este evidencia, em termos de grandes opções do plano as transferências financeiras que se farão para outras entidades.

O fluxo financeiro líquido para o conjunto das atividades que não sendo consideradas de investimento são padronizadas como sendo as mais relevantes, constituem uma previsão de financiamento definido no valor de 1.593.100,00 euros.

QUADRO 21: Plano de Atividades Municipal para 2014 – Resumo

Código Obj./Prog.	Designação das rubricas	Valor do Investimento	% dentro do Obj./prog	% em relação ao total PPI
1	Funções gerais	157.700	100,00%	9,90%
1.1.	Serviços gerais de administração pública	100	0,06%	0,01%
1.1.1	Administração geral	100	0,06%	0,01%
1.1.1.3	Maquinaria e equipamento	100	0,06%	0,01%
1.2.	Segurança e ordem pública	157.600	99,94%	9,89%
1.2.1	Proteção civil e luta contra incêndios	157.600	99,94%	9,89%
1.2.1.1	Bombeiros	157.600	99,94%	9,89%
2	Funções sociais	1.013.700	100,00%	63,63%
2.1.	Educação	144.000	14,21%	9,04%
2.1.1	Ensino não superior	2.000	0,20%	0,13%
2.1.1.2	Ensino Básico	1.000	0,10%	0,06%
2.1.1.3	Educação de adultos	1.000	0,10%	0,06%
2.1.2	Serviços auxiliares de Ensino	142.000	14,01%	8,91%
2.3.	Segurança e Ação Sociais	336.000	33,15%	21,09%
2.3.2	Ação social	336.000	33,15%	21,09%
2.4.	Habituação e serviços coletivos	130.200	12,84%	8,17%
2.4.1	Habituação	1.000	0,10%	0,06%
2.4.2	Ordenamento do Território	74.700	7,37%	4,69%
2.4.2.1	Planeamento Urbanístico	11.200	1,10%	0,70%
2.4.2.2	Urbanização	63.500	6,26%	3,99%
2.4.4	Abastecimento de água	5.500	0,54%	0,35%
2.4.5	Resíduos sólidos	500	0,05%	0,03%
2.4.6	Proteção do meio amb. e conserv. da natureza	48.500	4,78%	3,04%
2.4.6.1	Higiene pública	23.000	2,27%	1,44%
2.4.6.2	Cemitérios	25.000	2,47%	1,57%
2.4.6.3	Meio Ambiente	500	0,05%	0,03%
2.5.	Serviços culturais, recreativos e religiosos	403.500	39,80%	25,33%
2.5.1	Cultura	150.500	14,85%	9,45%
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	253.000	24,96%	15,88%
3	Funções económicas	421.700	100,00%	26,47%
3.1.	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	2.000	0,47%	0,13%
3.2.	Indústria e energia	390.000	92,48%	24,48%
3.2.3	Estabelecimentos Industriais	390.000	92,48%	24,48%
3.3.	Transportes e Comunicações	500	0,12%	0,03%
3.3.1	Transportes rodoviários	500	0,12%	0,03%
3.3.1.1	Rede viária e sinalização	500	0,12%	0,03%
3.4.	Comércio e turismo	29.200	6,92%	1,83%
3.4.1	Mercados e feiras	24.700	5,86%	1,55%
3.4.2	Turismo	4.500	1,07%	0,28%
TOTAL		1.593.100	100,00%	100,00%

Visando sempre uma crescente disciplina orçamental, as dotações (de capital ou correntes) inerentes à formação de compromissos, anteriormente assumidos no âmbito das parcerias já contratadas, entre o Município e a administração (central e local), as instituições sem fins lucrativos e as famílias preconiza-se com o apoio dado:

- *Segurança e ordem públicas:* Apoio aos bombeiros Voluntários de Bragança e Izeda nas despesas de funcionamento no âmbito da proteção civil municipal;
- *Educação:* despesas de funcionamento da Associação Centro de Ciência Viva;
- *Ação social:* Apoio à construção e conservação de equipamento de instituições e outras do interesse do concelho, reabilitação das habitações de famílias carenciadas, construção de centros de convívio, centros de dia e lares da terceira idade, bem como no apoio destinado à construção de centros sociais e paroquiais;
- *Habitação e Serviços Coletivos:* assumem-se os principais encargos com a construção de sedes de junta de freguesia, apoio à requalificação dos largos das aldeias, comparticipação nas despesas de funcionamento do canil intermunicipal de Vimioso, apoio na realização de obras de beneficiação em vários cemitérios e transferência para a Município, S.A. (supressão dos resultados negativos de 2008, 2009 e 2010);
- No subprograma *serviços culturais, recreativos e religiosos:* ao desenvolvimento das atividades promovidas pelas Associações culturais, recreativas e desportivas e à construção e ou beneficiação dos seus equipamentos coletivos;
- No sector dos *estabelecimentos industriais:* Construção do Parque de Ciência e Tecnologia - Brigantia EcoPark, transferências correntes para a Terra Fria Carnes, Unipessoal, Lda.;
- Assinala-se, ainda, o apoio atribuído à realização de feiras e certames no Comércio e Turismo as transferências correntes para o MMB, Mercado Municipal de Bragança, E.M.

7. Explicitação do Plano Plurianual de Investimentos e do Plano de Atividades Municipal para 2014

Funções Gerais

1.1. Serviços Gerais de Administração Pública

1.1.1. Administração Geral



1.1.1.1. Edifícios

Para o ano de 2014 estão previstos trabalhos correntes de conservação dos edifícios municipais que necessitem de intervenção, sejam desportivos, escolares, culturais, fogos sociais, entre outros.

1.1.1.2. Material de Transporte

Com o objetivo de reforço da frota do Município e de proporcionar melhores condições de funcionamento dos serviços de modo a permitir uma produção mais eficaz, torna-se necessário proceder à aquisição um trator equipado com destroçador e uma Mini Pá Carregadora, para a equipa de Manutenção da Rede Viária Municipal.



a) Serviço de Transportes de Turismo

O Município possui, atualmente, um autocarro de turismo de 51 lugares, com o qual efetua, diariamente, diversos serviços de transporte coletivo de crianças, regulares (transportes para almoços e para AEC's) e ocasionais (no âmbito de atividades das escolas, peças de teatro, visitas de estudo, etc.), assumidos pelo Município. Este veículo presta, também, apoio às atividades desenvolvidas por diversas coletividades do concelho (Associações, Clubes desportivos, Centros Sociais e Paroquiais, Juntas de Freguesia, entre outros), que não possuem meios financeiros para a aquisição de serviços de transporte e que, maioritariamente, se desenvolvem ao fim de semana e transportam também crianças. No entanto, este veículo

perfaz 16 anos em janeiro de 2014, cuja idade se traduz no impedimento na execução de transportes coletivos de crianças de acordo com a Lei n.º 13/2006, de 17 de Abril.

Assim, torna-se necessária a aquisição de um novo autocarro de turismo, de 55 lugares, devidamente equipado para o transporte coletivo de crianças, de acordo com a legislação em vigor.

1.1.1.3. Maquinaria e Equipamento

No âmbito da atividade desenvolvida pelo Município de Bragança prevê-se a aquisição de pequenos equipamentos de substituição. para a atividade operacional dos diversos serviços municipais, destacando-se a aquisição do sistema de bilhética para os transportes urbanos.

O sistema existente é descontinuado e bastante ultrapassado (foi um dos primeiros sistemas de bilhética “sem contacto” disponíveis no mercado), e que, nos últimos anos, tem apresentado vários problemas ao nível do hardware, principalmente, na máquina central que gere toda a base de dados, para além de se ter tornado extremamente lento. O atual sistema só possui um módulo de carregamento de cartões, o que condiciona o funcionamento do balcão único do município, uma vez o atendimento dos utentes do STUB fica restringido a um posto. Também não permite a ligação de mais módulos de pagamento externos, de forma a permitir o carregamento de cartões noutros locais da cidade (tabacarias, juntas de freguesia, payshops, etc.). O atual sistema também não possui qualquer módulo portátil de fiscalização, o que condiciona o trabalho do revisor de transportes públicos.

Pretende-se, assim, adquirir um sistema de bilhética que modernize e torne mais eficiente o atendimento dos utilizadores do STUB, estando previstos módulos de carregamento de cartões em todos os postos do balcão único. De igual modo, estão previstos dois equipamentos portáteis para a fiscalização. O sistema deve incluir também um módulo de gestão de chapas de serviço e escalamento do pessoal tripulante (motoristas), permitindo assim integrar toda a informação.

1.1.1.4. Modernização Administrativa

Nos anos mais recentes, o Município de Bragança tem vindo a realizar um esforço significativo para a modernização dos seus serviços, promovendo a otimização de processos de gestão, centrados na melhoria da eficácia e eficiência, com foco focalizado na satisfação das necessidades dos cidadãos.

Em 2012 e 2013 foram realizados investimentos significativos na evolução dos sistemas de informação autárquicos, usando, para o efeito, fundos próprios e programas de financiamento disponíveis.

Este investimento centrou-se ao nível dos serviços autárquicos, das escolas sob a gestão desta autarquia, mas foi sobretudo na resposta aos munícipes que a evolução mais se acentuou.

Neste âmbito evidenciam-se dois projetos: a implementação de serviços online, projeto que disponibiliza a consulta online de processos e a possibilidade de submissão online de formulários; e a implementação de um Balcão Único de Atendimento ao munícipe.

Este último serviço obedeceu a uma rigorosa preparação e calendarização. Selecionado um grupo 7 de trabalhadores foi ministrada uma ação de formação por entidade formadora certificada, Instituto de Gestão e Administração Pública (IGAP) sobre “Atendimento e Excelência no Serviço Público”.

Ao longo dos meses de dezembro de 2012, janeiro, fevereiro e março do corrente ano foi ministrada formação interna em contexto real de trabalho, nos Serviços Municipais de, Águas e Saneamento, Urbanismo, Taxas, Transportes (Urbanos e Escolares) e Expediente Geral, de forma que os trabalhadores indigitados para efetuarem o atendimento, se sentissem preparados com todas as competências indispensáveis a um atendimento personalizado e de excelência. Em média cada trabalhador permaneceu em cada serviço o período, por si considerado como necessário, nunca inferior a uma semana.

O Balcão Único de Atendimento abriu ao público no dia 30 de abril de 2013.



BALCÃO
ÚNICO

Este novo serviço criado no âmbito da reorganização dos serviços municipais que decorreu no corrente ano é o resultado mais visível, para o munícipe, da implementação do projeto de modernização administrativa em curso nesta Autarquia, e visa proporcionar aos utentes um atendimento de maior qualidade, rapidez e eficácia, com horário, contínuo, das 09h00 às 16h00, privilegiando o atendimento durante o período de almoço. Para maior facilidade dos munícipes este atendimento partilha o espaço com a Tesouraria Municipal centralizando todo o atendimento relacionado com os serviços de Obras Particulares, Águas e Saneamento, Transportes Urbanos e Escolares, Expediente, Ação Social, Taxas e Licenças e Tesouraria.

Este espaço é caracterizado por uma maior e melhor acessibilidade, funciona no rés-do-chão do edifício dos Paços do Concelho, através de uma gestão eficiente do atendimento, onde o cidadão tem apenas de retirar a senha correspondente ao assunto ou assuntos que pretende tratar e aguardar a sua vez comodamente.



No período de 30.04.2013 a 31.05.2013 foi efetuado o atendimento presencial a todos os munícipes que requereram informação ou pedidos na área de competência deste serviço, tendo sido registados 5506 atendimentos, de acordo com a seguinte distribuição: Tesouraria



2345, Urbanismo 689, Águas e Saneamento 1320, Transportes 625 e Ação Social e Diversos 527. Neste período a média diária registou 239 atendimentos presenciais.

Este projeto, assim como todos os de modernização administrativa, continuam a ser melhorados, adequando-os de forma a privilegiar o relacionamento com os munícipes e empresas e adicionar transparência aos processos.

Também merece relevar a evolução do Sistema de Gestão da Qualidade, que atribuiu em 2012 a certificação aos serviços de atendimento e serviço de informática, certificação já renovada no corrente ano e que continuará a ser um objetivo de acentuada melhoria nas práticas administrativas.



1.2. Segurança e Ordem Públicas

1.2.1. Proteção Civil e luta contra incêndios

No âmbito da luta contra incêndios, o Município de Bragança tem realizado um investimento significativo, em colaboração com as Juntas de Freguesia, disponibilizando a frota de máquinas e recursos humanos para realização de trabalhos diversos, de grande importância para as populações e para a sustentabilidade ambiental, nomeadamente: - enchimento e limpeza de caminhos agrícolas; - abertura e limpeza de caminhos florestais e aceiros; - construção de pontos de água (charcas) para rega e apoio ao combate a incêndios; - limpeza de estradas e caminhos rurais com recurso a destroçadores e aplicação de herbicida.



Em articulação com as restantes entidades que integram a comissão municipal de defesa da floresta, encontra-se em revisão o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra incêndios para o período de 2013-2017, que nesta data aguarda decisão do Instituto da Conservação da Natureza e da Floresta

O Município de Bragança dispõe, ainda, dos seguintes Planos:

- Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Bragança que visa a definição das orientações e formas de atuação em caso de situações de acidente grave ou catástrofe que se admitem para o concelho. Este Plano foi aprovado pela comissão nacional de proteção civil em 26 de abril de 2012, publicado em Diário da República com a resolução nº23/2012 de 20 de junho de 2012, tendo uma duração de 2 anos a partir da data de publicação.
- Manual Operacional de Bragança: é um documento operacional, do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Bragança, com o intuito de dar uma resposta mais rápida a situações de emergência.
- Plano de Contingência Para Abastecimento de Água a Bragança: visa a prossecução dos seguintes objetivos: - Determinação da estrutura funcional, interna e externa, a ativar numa situação potencialmente grave de carência de água; - Definição das linhas orientadoras para os procedimentos e ações a desenvolver em caso de ameaça de rotura dos sistemas de abastecimento; - Definição de procedimentos excecionais a executar de modo faseado e objetivo, de forma a recuperar as origens de água e a minimizar os efeitos da seca e a limitar os danos potencialmente ocasionados no homem, no ambiente e nos bens; - Identificação dos meios e recursos a mobilizar, nomeadamente para a garantia do abastecimento a partir das origens alternativas;- Definição dos mecanismos de informação ao público e aos serviços ou autoridades territorialmente competentes.
- Plano Prévio de Intervenção para Neve e Gelo: é um instrumento operacional de âmbito Municipal, que está em fase final de elaboração e visa assegurar uma resposta rápida, eficaz e concertada em situações adversas de gelo e neve.

1.2.1.1. Bombeiros

O Município de Bragança, ciente da importância que as Associações de Bombeiros Voluntários de Bragança e Izeda desempenham em prol da atividade voluntária e de ajuda humanitária, dará continuidade, à semelhança do que foi feito durante os anos anteriores, ao apoio com as verbas que permitirão fazer face às despesas de funcionamento, pagamento de parte do custo com pessoal permanente e seguros de pessoal e viaturas.

Dispondo ambas as Associações de infraestruturas ajustadas ao desenvolvimento da atividade com qualidade, eficiência e em tempo útil, não se prevê a necessidade de intervenção nos respetivos edifícios.

1.2.1.2. Segurança Pública

Para a Câmara Municipal, a segurança pública, face às responsabilidades que ao Município estão atribuídas, está na primeira das prioridades, associada às muitas decisões de investimento nas várias áreas de atuação da Câmara Municipal, bem como da permanente disponibilização de recursos financeiros, humanos e de equipamentos.

A Proteção Civil Municipal continuará a atuar com os recursos humanos e materiais necessários no sentido de garantir, sempre, a maior segurança possível a pessoas e bens.



Funções Sociais

2.1. Educação

2.1.1. Ensino Não Superior

2.1.1.1. Ensino Pré-Escolar

Nesta área, dar-se-á continuidade à política de melhoria das condições de funcionamento dos equipamentos de educação pré-escolar implementada nos últimos anos, assegurando, a nível da componente social, a disponibilização dos recursos humanos para as componentes de apoio ao serviço de refeições e de prolongamento de horário, bem como o fornecimento de material de apoio às atividades, procurando satisfazer as necessidades da comunidade escolar.

Proceder-se-á à atualização/substituição de algum mobiliário e material didático existente nas salas de jardim-de-infância existentes no concelho que se encontra ultrapassado face às novas exigências ou deteriorado pelo uso.

Em parceria com a Unidade de Cuidados na Comunidade Domus de Bragança do Centro de Saúde de Bragança e contando com a colaboração dos agrupamentos de escolas dar-se-á continuidade ao projeto de Saúde Oral, “Sorrir Branquinho”, que visa a prevenção da cárie dentária nas crianças em idade pré-escolar.

Com este projeto pretende-se reduzir a incidência e prevalência das doenças orais nas crianças do ensino pré-escolar, melhorar conhecimentos e comportamentos sobre higiene oral e promover a equidade na prestação de cuidados de saúde oral às crianças e jovens com Necessidades de Saúde Especiais.

2.1.1.2. Ensino Básico

Durante o ano de 2014 continuar-se-á o processo de manutenção dos edifícios escolares e de atualização/renovação do equipamento das escolas que, face às características desta área, ao desgaste constante dos materiais e à evolução da tecnologia na Educação, exige um esforço permanente de atualização para que os alunos tenham, no imediato, as melhores condições de aprendizagem. Procederemos, também, à aquisição de material lúdico-pedagógico para o 1.º ciclo procurando a renovação e a atualização deste material de apoio à atividade letiva.

A “Escola a tempo inteiro” trouxe para a autarquia mais responsabilidades e mais custos, nomeadamente a nível do serviço de refeições.

Continuaremos a desenvolver ações através da concessão de apoios (transportes, alimentação e manuais escolares) aos alunos carenciados do concelho. Os alunos deslocados das suas residências na área rural, devido à concentração de escolas, terão assegurado o transporte e a alimentação.

Com a reformulação do quadro normativo do desenvolvimento das Atividades de Enriquecimento Curricular, o Município de Bragança, tal como muitos outros municípios, não é entidade promotora destas atividades no ano letivo de 2013/2014. No entanto, o município estabeleceu protocolos com os agrupamentos de escolas para cedência de kits de atividade física e desportiva para o desenvolvimento desta atividade e disponibilizou-se para colaborar na promoção da 4.ª edição da festa de encerramento das AEC, permitindo a demonstração das atividades desenvolvidas durante o ano letivo e promovendo o convívio e a diversão entre alunos, docentes e pais.



Tendo em conta a conjuntura económica que o País atravessa e as dificuldades sentidas pelas famílias, no início do corrente ano letivo verificou-se um nível de pedidos de apoios semelhante ao do ano anterior, o que, conseqüentemente, acarreta um investimento significativo por parte

da autarquia. Para o ano de 2014 é espectável que se mantenha esta tendência nos pedidos de apoio, em resultado das dificuldades financeiras das famílias.

Em relação aos manuais escolares, foram adquiridos, este ano letivo, pelo Município de Bragança, 780 manuais escolares - blocos pedagógicos completos - para os alunos de 1.º escalão do abono de família, tendo participado, ainda, com 50 por cento do valor, a aquisição de manuais para 164 alunos do 2.º escalão do abono de família, apoiando um total de 424 alunos no valor de 19.281.04€, sendo que, no ano letivo anterior, foram apoiados 532 estudantes.



O programa da generalização das refeições no Ensino Pré-Escolar e no 1.º Ciclo do Ensino Básico abrange 1.225 dos 1.352 alunos matriculados, representando uma percentagem 90,6%. De referir, que os alunos do 1.º CEB abrangidos pelo 1.º escalão (283 crianças) beneficiam, também, de um suplemento alimentar constituído por uma peça de fruta, um sumo e uma sandes, a meio do período da manhã.

No total, o Município de Bragança prevê no ano letivo 2013/2014 executar despesa no valor de 811.602,89 euros (no qual se inclui a verba aplicada anualmente pelo município em transportes escolares, dos cerca de 600 mil euros são comparticipados 13% pelo Ministério da Educação, no valor de 522.000,00€).

Durante o ano de 2014, será dada continuação ao processo de renovação/substituição de algum mobiliário que se encontre em más condições.

Pretende-se continuar a contribuir para um ensino de qualidade e mais participativo por parte de todos os agentes ligados à Escola, agrupamentos, pais/encarregados de educação e Ministério da Educação, pelo que o Município marcará presença nos Conselhos Gerais dos três Agrupamentos de Escolas através dos seus três representantes.

Ainda neste âmbito, o Conselho Municipal de Educação continuará a ser privilegiado como um espaço de trabalho, de reflexão, debate e partilha de opiniões e saberes que nos permitam, com mais certeza, encontrar as soluções mais adequadas para os problemas educativos no concelho de Bragança.

Pensando na formação e educação dos jovens, continuar-se-á o plano de divulgação das atividades dirigidas ao público escolar, realizadas no Centro Cultural Municipal Adriano Moreira/Biblioteca Municipal, no Teatro Municipal, no Museu Ibérico da Máscara e do Traje e no Centro de Arte Contemporânea Graça Morais promovendo, no âmbito do serviço educativo, “pacotes” de atividades a propor às escolas do concelho a desenvolver de forma integrada nos diversos equipamentos culturais do município que vão desde as visitas jogo e guiadas às exposições, aos espetáculos musicais e teatrais direcionados para este público, passando por ateliês de máscaras, escrita, dança e leitura, e pelas oficinas pedagógicas, oferecendo, deste modo, um serviço educativo transversal aos vários equipamentos culturais.

No âmbito do protocolo assinado com o Plano Nacional de Leitura, com o objetivo de elevar os níveis de literacia dos portugueses através da promoção da leitura, dar-se-á continuidade ao trabalho em rede com as escolas do concelho na elaboração de um catálogo conjunto, na definição de um plano de atividades conjunto entre as bibliotecas escolares e a biblioteca municipal, promovendo o intercâmbio e a interação dos objetivos comuns, no âmbito do SABE.

Continuaremos a apoiar atividades e projetos das várias escolas do concelho que sejam considerados pedagógicos e relevantes para a comunidade educativa, como a produção de exposições, deslocação de escritores nacionais às escolas e ações de formação para o público escolar.

A preocupação da ocupação dos jovens em momentos de pausa letiva e a necessidade de diversificar a oferta das atividades concretizar-se-á, em 2014, para além das Férias Culturais e Desportivas no mês de Julho, num programa de serviço educativo com visitas guiadas e oficinas pedagógicas realizadas de forma integrada no Teatro Municipal, no Museu Ibérico da

Máscara e do Traje, Centro Cultural Municipal Adriano Moreira/ Biblioteca municipal e no Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, nas pausas letivas do Natal e da Páscoa.

Nos últimos anos, tem-se registado uma procura crescente para participação neste programa, sendo um importante projeto de ocupação dos tempos livres dos jovens, nas semanas que se seguem ao encerramento das atividades letivas, e, conseqüentemente, de apoio às famílias, a que será dada continuidade em 2014.

Conhecendo a dificuldade que os alunos do interior sentem na aquisição de novas oportunidades, na participação em programas de atividades de investigação científica e formação especializada na área das Ciências (IGC), a C.M.B celebrou, em 2009, um protocolo com o Instituto Gulbenkian de Ciência e posteriormente com as escolas secundárias da cidade, com a finalidade de atribuir seis estágios aos melhores alunos da área de Biologia (dois alunos em cada escola secundária), a realizar nas instalações do IGC, contribuindo com os custos da deslocação e alojamento durante o período dos estágios. Foi um projeto pioneiro, e com avaliação extremamente positiva, levando o IGC a alargá-lo a mais concelhos, no entanto serão guardadas anualmente três vagas para alunos do concelho de Bragança e registado, no nome do programa, referências a Bragança – Brigaciência.

No ano de 2014, três alunos terão a oportunidade de estar, em Oeiras, partilhando novas experiências na área de Biologia, confrontando-se com cientistas, professores, investigadores e criando laços que poderão enriquecer as suas vivências e, por conseguinte, enriquecer os seus currícula e o seu futuro.

No decorrer do ano, pretendemos realizar um encontro que congregue os alunos provenientes dos três Agrupamentos de Escolas de Bragança, tendo em vista a discussão de temas e políticas de intervenção que dêem resposta às necessidades da população estudantil.

No âmbito da parceria da CMB com o Programa Escolhas, 5.^a Geração, cuja entidade promotora é o Lar de Infância e Juventude Casa de Trabalho Dr. Oliveira Salazar procuraremos ter uma participação ativa e solidária no sentido de impulsionar a concretização dos objetivos do projeto. O referido programa visa promover a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, tendo em vista a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social.

O Conservatório de Música e Dança de Bragança, criado pelo Município de Bragança e sob gestão e administração da Fundação “Os Nossos Livros”, é um estabelecimento de ensino

especializado da música e da dança que tem vindo, desde o ano letivo 2004/05, a marcar a sua presença de forma positiva e complementando a educação de jovens e adultos na área artística.

Através da assinatura de um protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Bragança e a Fundação “Os Nossos Livros”, em Junho de 2012, a Escola Municipal de Dança foi integrada no Conservatório que passou a ministrar cursos de Dança.

A Escola Municipal de Dança está vocacionada para o ensino de cursos oficiais na área da dança, conferindo o nível 2 do quadro nacional de qualificação.



No corrente ano letivo, o Conservatório conta com 238 inscrições e oferece quatro opções de curso. Curso Pré-escolar: destinado a crianças de 4 e 5 anos; Curso de Iniciação Musical: destinado a crianças dos 6 aos 9 anos; Cursos Básico, em regime supletivo e articulado: destinado a crianças a partir dos 10 anos e Cursos em regime Livre.

Os cursos básicos de Instrumento estão repartidos pelas classes de Piano, Órgão, Violino, Viola de arco, Violoncelo, Guitarra, Flauta Transversal, Clarinete, Trompete.

Numa tentativa de preservar as tradições da região onde o Conservatório está implantado e, também, marcar a identidade única no país neste tipo de estabelecimentos de ensino, o

Conservatório aposta na Classe de Música Tradicional com as vertentes de Gaita-de-foles e percussões.

Desde o ano letivo de 2009/2010 que é possível frequentar os Cursos Básicos de Música em regime articulado e, no presente ano letivo iniciou-se a articulação com o agrupamento de escolas Miguel Torga na frequência dos Cursos Básicos de Dança.



Para frequentar este regime, os alunos devem apresentar os requisitos exigidos pelo Ministério da Educação, o acesso é gratuito e o curso é financiado pelo Fundo Social Europeu através do POPH, sendo o plano de estudos do Conservatório articulado com o plano curricular da escola de ensino regular que os alunos frequentam.

Neste ano letivo de 2013/2014 estão em funcionamento seis turmas neste regime. Cinco turmas do Curso Básico de Música no Agrupamento de Escolas Emídio Garcia e uma do Curso Básico de Dança no agrupamento de Escolas Miguel Torga, num total de 116 alunos.

O Conservatório desenvolve cursos e projetos especiais em sistema de parcerias com instituições, entidades, empresas e órgãos públicos possibilitando o livre acesso da população à produção artística, contribuindo para democratizar os valores da cultura e da arte na comunidade.



O Conservatório de Música e Dança de Bragança é suportado financeiramente pelas propinas pagas pelos alunos, pelos subsídios do Ministério da Educação, via Fundo Social Europeu, e Câmara Municipal de Bragança.

Durante o ano de 2014 será, gradualmente, concluído o equipamento da Escola Municipal de Dança à medida das suas necessidades e conforme a sua evolução.



O Centro Ciência Viva de Bragança (CCVB) tem como missão central a divulgação científica e tecnológica, abrangendo a investigação que se faz nas diversas áreas do conhecimento.

Tendo por base a oferta expositiva permanente, com módulos interativos dedicados a temáticas principais como o Ambiente e a Energia, no Edifício Sede, e o património histórico, cultural e ecológico relativo ao bicho-da-seda, na Casa da Seda, o CCVB propõe-se organizar um conjunto coerente e diversificado de eventos ao longo de todo o ano de 2014. A diversidade da oferta, quer do ponto de vista dos conteúdos científicos, quer do ponto de vista dos públicos a que se destina, pretende tornar a ação de divulgação científica o mais abrangente possível, para os cidadãos em geral e para o público escolar. Uma vez que a maioria dos eventos e atividades propostos é de participação gratuita, o Centro Ciência Viva de Bragança pretende assumir, num período de alguma adversidade económica, um papel de ainda maior importância na sociedade, através de ofertas mais completas e atrativas, também para populações com necessidades acrescidas como os idosos, os deficientes e os alunos carenciados.

Os eixos específicos de orientação propostos para 2014 são os seguintes:

- Renovação e remodelação de conteúdos expositivos, através dos programas de investimento resultantes de candidaturas aprovadas, no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte ON.2;
- Promoção de novas visitas, estimuladas por uma nova oferta de atividades;
- Arranjo da zona de acesso à Microcentral Hidroelétrica do Centro Ciência Viva e desenvolvimento e melhoramento da informação pedagógica disponível;
- Participação em candidatura a financiamento para um projeto de conceção e produção de conteúdos expositivos, em consórcio com outros Centros de Ciência Viva da rede nacional;
- Desenvolvimento de novos programas e atividades, complementando os conteúdos expositivos;
- Participação em projetos nacionais e internacionais de divulgação científica e em articulação com a Agência Nacional Ciência Viva;
- Consolidação da ligação às escolas, com aumento do número de alunos e professores envolvidos no Quiz, na Mostra de Ciência e no Encontro de Ciência para o 1º ciclo;
- Continuação da aposta na formação contínua da equipa, promovendo a participação em oportunidades de formação proporcionadas pela Agência Nacional Ciência Viva e pela European Network of Science Centres and Museums;
- Continuação do acolhimento de estagiários, estudantes de licenciatura e de cursos de especialização tecnológica do Instituto Politécnico de Bragança.

2.1.1.3. Educação de Adultos

A educação de adultos, ensino especial e outros, continuará a ter do Município o necessário envolvimento em parcerias existentes, nomeadamente na integração de alunos estagiários dos Cursos de Educação e Formação e em estreita articulação com os serviços do Ministério da Educação e Ciência, bem como de alunos estagiários do IPB quer dos cursos de licenciatura quer dos de mestrado.

Será mantido o apoio a outros projetos desenvolvidos pelas escolas do nosso concelho ao nível do 2º e 3º ciclos, ensino secundário e ensino superior, apoiando as iniciativas que surjam nesse sentido.

2.2 Saúde

O Município de Bragança, ciente de que a confiança dos cidadãos na disponibilidade e na qualidade dos cuidados de saúde prestados é umas das principais preocupações para quem faz opção de fixar a sua residência e atividade económica no interior, tudo fará para que sejam asseguradas respostas, com qualidade e em tempo útil, que vão de encontro com as necessidades dos cidadãos.

Neste âmbito, continuar-se-á a desenvolver e consolidar o projeto de cuidados de saúde primários de proximidade à população, através da Unidade Móvel de Saúde, em parceria com a Unidade Local de Saúde do Nordeste (ULSN) e a Santa Casa da Misericórdia de Bragança.

Esta iniciativa visa aumentar a acessibilidade, equidade e qualidade dos cuidados prestados, principalmente a grupos mais vulneráveis, com dificuldades de acesso à sede ou extensões do Centro de Saúde, nomeadamente a população com 65 e mais anos.

As principais atividades desenvolvidas por esta Unidade Móvel são:

- Acompanhamento dos utentes em situações de vulnerabilidade;
- Continuação da identificação dos idosos e ou dependentes, em situação de risco, nomeadamente os que vivem sós, os portadores de doenças crónicas e ou incapacitantes, com alta hospitalar recente;
- Prestação de cuidados de enfermagem, de acordo com as necessidades detetadas;
- Articulação com equipas de saúde familiar, serviço social e outros;

- Treino/ensino aos cuidadores informais.

O Município apoiará e participará em outras iniciativas que visem a prevenção e melhoria da saúde dos cidadãos podendo, ainda, no âmbito das suas competências, participar em projetos de melhoria das infraestruturas de saúde.

Continuará a promover iniciativas que promovam a saúde e bem-estar dos cidadãos, nomeadamente caminhadas, assim como ginástica para a população sénior do meio rural.

Por outro lado, será reivindicado, junto do Governo, a melhoria da acessibilidade e dos cuidados de saúde prestados à população, nomeadamente:

- Manter 24 horas de funcionamento do serviço de helicóptero estacionado em Macedo de Cavaleiros, para servir Trás-os-Montes e Alto Douro.
- A ULSN dispor de uma ampla oferta de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica, evitando que os cidadãos tenham que se deslocar a outras Unidades e Regiões, com elevados encargos para os próprios e para o Estado.
- Requalificar e ampliar as instalações da Unidade Hospitalar de Bragança, face ao atual cenário de alguma degradação de determinados espaços e serviços, nomeadamente o Bloco Operatório e Internamento.
- Dotar a ULSN com especialidades médicas fundamentais para os cidadãos, nomeadamente cardiologia 24 horas, e Consultas Externas em determinadas especialidades (Hematologia Clínica, Cardiologia Pediátrica, Dermatologia e Neurocirurgia), atualmente inexistentes na ULSN.
- Garantir que esta área territorial disponha de um Centro de Respostas Integradas e de um novo Laboratório Distrital de Saúde Pública.

2.3. Segurança e Ação Social

2.3.2. Ação Social

Os problemas sociais constituem uma das nossas grandes preocupações, estando conscientes da urgência de um trabalho intenso no sentido de criar um concelho mais solidário, construindo e apoiando a construção de infraestruturas necessárias ao reforço da coesão social.

A situação económica e financeira que o país atravessa, aliada às situações de exclusão social, o envelhecimento da população rural, a desertificação do espaço rural, os problemas sociais com que as famílias se deparam no quotidiano acarretam uma pressão social permanente sobre os serviços sociais que se traduz num aumento dos pedidos de apoio nas mais diversas áreas.

Pretendemos consolidar o amplo processo de partilha de responsabilidades e apostar na promoção de respostas mais adequadas e próximas das necessidades dos munícipes, nas áreas prioritárias da ação social, ação social escolar, habitação social, melhorias das condições de habitabilidade e rede social e medidas de apoio social já promovidas como o Cartão do Múncipe e regularização de dívidas.

Continuaremos a desenvolver ações que permitam o convívio e a inclusão de setores mais fragilizados da nossa sociedade, como o encontro “Bragança e a Comunidade Internacional”, de forma a aproximar e a integrar os imigrantes aqui residentes e fazê-los sentirem-se parte da nossa comunidade. Na edição de 2013, o encontro contou com o maior número de participantes de sempre tendo marcado presença 320 pessoas de 24 nacionalidades diferentes. Pretende-se, em 2014, continuar esta linha de troca de experiências e a colaboração com outras instituições que prestam apoio ou se relacionam com estas comunidades.

De igual forma, com a realização de mais uma edição do Encontro de Gerações, que, do inicial Encontro de Idosos, evoluiu, naturalmente, para um Encontro de Gerações dada a abrangência intergeracional que foi conseguindo, procura-se estabelecer uma relação de maior proximidade entre a população sénior do nosso concelho e, através deles, uma relação entre familiares e amigos de várias gerações. Para a organização destes momentos de animado convívio e de alegre confraternização o município continua a contar com a colaboração das entidades que desde a primeira hora são parceiras imprescindíveis, como as Juntas de Freguesia, as IPSS do Concelho de Bragança, os Bombeiros Voluntários, a Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa e o Centro de Saúde de Bragança.

Nesta linha, e dado o êxito das três edições organizadas nos últimos anos em parceria com a equipa do Contrato Local de Desenvolvimento Social – Centro Social e Paroquial dos Santos Mártires, pretende-se, no ano de 2014, com a colaboração de diversas outras entidades, organizar a IV Feira de Emprego, Educação e Solidariedade Social de Bragança, iniciativa que pretende constituir-se como um espaço de oportunidades de divulgação, de apresentação de ofertas de formação, de emprego e de respostas sociais.

Reconhecendo a importância do trabalho em parceria para conseguir responder aos problemas sociais da população que são da responsabilidade de todas as forças interventoras da sociedade, manteremos a representação e colaboração na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, com a gestão do gabinete destinado exclusivamente à comissão, todo o apoio logístico e a disponibilização de um técnico administrativo a tempo inteiro de modo a acompanhar e apoiar o serviço administrativo e os técnicos que acompanham os casos sinalizados, para além do acompanhamento técnico prestado pelos técnicos do Serviço de Ação Social que integram a Comissão Restrita.

No decorrer de 2014, continuarão a ser desenvolvidas ações de formação parental direcionadas a famílias desestruturadas, tendo em vista trabalhar competências pessoais que se reflitam no seu quotidiano e que pretendem suprimir problemáticas como a negligência, a má gestão doméstica e a ausência de competências parentais, entre outros.

Seguindo esta linha, o município é parceiro do Projeto Pontes de Inclusão - Programa Escolhas, projeto de intervenção social no âmbito do acompanhamento de jovens dinamizado pela Casa de Trabalho.

Dar-se-á continuidade à participação no Núcleo Local de Inserção para intervenção em processos do Rendimento Social de Inserção e acompanhamento de beneficiários que tenham subscrito Programa de Inserção (PI) que incluam ações na área da melhoria habitacional/realojamentos.

Por outro lado, esta autarquia assegurará igualmente a sua participação e representação na Plataforma Supra Concelhia de Alto Trás-os-Montes (Plataforma da Rede Social – NUT's III). Continuaremos a apoiar as Instituições Particulares de Solidariedade Social, no esforço que estas vêm desenvolvendo para que Bragança se assuma como concelho solidário.

No âmbito da ação social escolar, o município tem vindo a fazer um trabalho intenso no sentido de proporcionar um conjunto de medidas de apoio, aos alunos e famílias, destinado a garantir a igualdade de oportunidades de acesso e sucessos escolares a todas as crianças do concelho.

Com esta ferramenta de natureza económica que, no seu todo ou em parte, suporta as despesas em educação dos alunos nela inscritos (transportes, alimentação e manuais escolares) continuaremos a desenvolver ações de apoio aos alunos mais carenciados do concelho.

2.3.2.1. Outros apoios no âmbito social e de cidadania

Neste âmbito os apoios do Município de Bragança, ao nível da despesa corrente e de capital, direcionados para apoiar projetos na área social e de cidadania, estão descritos no Plano de Atividades Municipal, envolvendo 1,59 milhões de euros.

Apoio à construção e conservação de equipamento de instituições e outras do interesse do concelho

No projeto “*apoio à construção e conservação de equipamento de instituições e outras do interesse do concelho*”, plasmado no PAM, estão considerados os investimentos infra identificados:

- Santa Casa da Misericórdia de Bragança: apoio à conclusão das obras de construção e apetrechamento da Unidade de Cuidados Continuados, com capacidade para 60 utentes (30 de longa duração, 15 de média duração e 15 em Unidade de Convalescença). Esta Unidade permitirá a prestação de apoio social e de cuidados de saúde de forma continuada e integrada a pessoas que, independentemente da idade, se encontrem em situação de dependência, promovendo a sua autonomia e bem-estar, resultando num evidente benefício social para a comunidade.
- Requalificação das Igrejas de Coelhooso e Carocedo. Contemplado um valor residual para outras necessidades que surjam durante o ano de 2014.

Apoio à construção de Centros de Convívio (Freguesias)

Para apoio à construção de Centros de Convívios das Freguesias (Proj. 7/2007 do PAM) prevê-se a execução de trabalhos de melhoria em edifícios sítos nas seguintes aldeias: Paredes e Vila Franca (1.ª fase de beneficiação) e Gimonde (trabalhos de acabamento).

Apoio à construção de Centros Sociais e Paroquiais

- O Centro Social e Paroquial dos Santos Mártires está a construir, no Bairro Artur Mirandela, um edifício destinado a três respostas sociais: Lar Residencial (24 lugares), o Centro de Atividades Ocupacionais (30 lugares) e Residências Autónomas (13 lugares), para jovens e adultos com deficiência. Este novo equipamento social, com

início de funcionamento previsto para janeiro de 2014, visa promover a autonomia das pessoas por forma a melhorar a sua qualidade de vida e dos respetivos familiares/cuidadores. O valor global do investimento é de 1.038.375,00€, cofinanciado em 50% pelo programa POPH, prevendo-se a criação de 40 postos de trabalho diretos.

- O Município de Bragança apoiará, ainda, o esforço da comunidade para o pagamento das obras de conclusão da última fase de acabamentos do Centro Social e Paroquial de S. Tiago, projeto já apoiado nas primeiras e segundas fases de construção, em 120 mil euros.

Apoio à construção de Sedes de Juntas de Freguesia

Considerando que todas as Freguesias do Concelho de Bragança dispõem de excelentes condições infraestruturais para o exercício da atividade autárquica pelos eleitos, não está previsto para o ano de 2014 a realização de qualquer investimento.

2.4 Habitação e Serviços Coletivos

2.4.1 Habitação



Nesta data o Município dispõe de 270 fogos de habitação social, sendo que, no Bairro Social da Mãe d' Água existem 124 fogos, no Bairro Social da Coxa 114 e no Bairro Social da Previdência 32.

Durante 2014, o município pretende continuar a reforçar a sua atuação neste âmbito, reconhecendo a importância que uma habitação condigna tem no que toca à igualdade de oportunidades e, mesmo, inclusão social, particularmente na atual conjuntura económica.

É nosso objetivo prioritário, no âmbito da gestão da habitação social, continuar com o processo de recuperação de imóveis que vão sendo disponibilizados pelos anteriores inquilinos ao município para proceder ao realojamento de outros agregados familiares necessitados.

Pretende-se dar continuidade aos processos de atualização dos valores anuais das rendas ao abrigo do Regime de Renda Apoiada, considerando que há vários anos não ocorrem atualizações para mais ou menos, conforme os rendimentos, o que pode ser gerador de injustiças. Pretende-se dar continuidade à execução de planos de pagamento em atraso, assim como garantir legitimidade de ocupação de fogos sociais e promover novos realojamentos.

Dar-se-á continuidade aos apoios no âmbito do programa de melhorias habitacionais prioritárias através do qual, e contando com o importante apoio das juntas de freguesia, se realizam algumas intervenções e outros apoios em obras e materiais para beneficiação de habitações de munícipes em dificuldade.

2.4.2. Ordenamento do Território

2.4.2.1. Planeamento Urbanístico

No âmbito do Planeamento Urbanístico pretende-se continuar a melhorar a informação geográfica municipal, base fundamental para um ordenamento territorial mais eficiente e sustentável.

Na rubrica Outros Estudos e Projetos estão incluídos, para além dos encargos com projetos em desenvolvimento, referentes ao acompanhamento das obras, os projetos a seguir identificados:

- Continuação do estudo de sondagens e estudos Arqueológicos da Torre Velha, em Castro de Avelãs, por forma a dar continuidade ao trabalho desenvolvido nos últimos dois anos, nos meses de julho a setembro, por alunos e professores do Departamento

de História, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no âmbito do protocolo de colaboração assinado com essa Entidade.

No âmbito das escavações já realizadas foi encontrada uma extensa área de necrópole, vestígios de alguns edifícios e um conjunto de objetos associados ao quotidiano de quem aqui viveu, como cerâmica doméstica de uso comum, cerâmica de importação, objetos de adorno, como anéis e contas de colar, e algumas moedas.

- Elaboração do estudo geotécnico necessário ao complemento do estudo de impacte ambiental para ampliação da Zona Industrial das Cantarias.
- Elaboração dos projetos técnicos para requalificação de dois imóveis no Centro Histórico, tendo em vista a instalação de residências universitárias para alunos do ensino superior em programas de mobilidade, contribuindo para a dinamização e revitalização dessa zona.

2.4.2.2. Urbanização

Neste âmbito serão executadas pequenas obras de melhoria dos arruamentos e passeios da cidade identificados, no decurso do ano, como de resolução prioritária.

2.4.3. Saneamento

O Plano Estratégico Nacional de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais, para o período 2007-2013, no contexto da universalidade, da continuidade e da qualidade do serviço, define como objetivo operacional, entre outros, servir cerca de 90% da população total do país com sistemas públicos de saneamento de águas residuais.

No Concelho de Bragança o índice de atendimento é de 92%, sendo no Continente de 84%, na Região Norte de 76% e na NUT Alto Trás-os-Montes de 82% (Anuário Estatístico da Região Norte).

Nos próximos anos, o Município de Bragança continuará a fazer uma clara aposta estratégica na construção de novas redes de drenagem de saneamento, garantindo iguais condições de acesso a todos os cidadãos do Concelho, promovendo a equidade entre consumidores

melhorando o ambiente, a saúde pública e a segurança coletiva das populações, sendo, para tal, necessário garantir o respetivo financiamento no âmbito do Quadro Estratégico Portugal 2020, devido ao elevado investimento associado à construção destas infraestruturas (mais de 50 euros o metro linear).



Nesta data, estão já executados os projetos de saneamento para as seguintes localidades: Vilarinho, Faílde, Fontes de Transbaceiro, Cova de Lua, Freixeda, Carrazedo, Alimonde, Vila Nova, Oleiros, Portela, Mosca, Lanção, Viduedo, Vila Franca, Maçãs, Bragada, Zeive e ainda para remodelação do sistema de emissários e de tratamento de águas residuais na localidade de S. Pedro.

No ano de 2014, e considerando que ainda não será possível obter financiamento através do novo quadro comunitário, que estará em fase de definição, prevê-se a construção da ETAR de S. Pedro de Sarracenos, com fundos financeiros próprios, sendo o custo total estimado de 200 mil euros.

A urgência de execução desse investimento justifica-se pelo considerável aumento populacional verificado nos últimos anos nessa localidade, que aumentou em cerca de 30% no período de 2001-2011, de acordo com os Censos 2011.

Durante o ano, e sempre que se justifique, serão realizados pequenos trabalhos de melhoria e reparação da atual rede de saneamento de águas residuais, por administração direta ou empreitada.

2.4.4. Abastecimento de água

A água é um bem de primeira necessidade, vital para todos os seres vivos, e constitui-se, ainda, como um recurso estratégico para a sustentação económica, onde constitui um indispensável meio de produção.

Deste modo, assegurar o abastecimento de água, em quantidade e qualidade, é uma prioridade que deverá ser salvaguardada pelo Município, através de uma rigorosa e permanente gestão, de modo a garantir a qualidade e evitar desperdícios.

Nos últimos anos o Concelho de Bragança tem sido confrontado com problemas de abastecimento, devido às precárias e insuficientes reservas de água para fazer face ao crescimento da população e da atividade económica.

Esta situação ficará resolvida com construção da Reserva de Água de Montesinho – Barragem de Veiguiñas cuja construção iniciou a 1 de julho de 2013, representando um investimento de 6,8 milhões de euros. Deverão estar concluídas as obras no período de 14 meses, estando a decorrer a bom ritmo e de acordo com o cronograma, e servirá cerca de 50 mil habitantes dos Concelhos de Bragança e Vinhais.





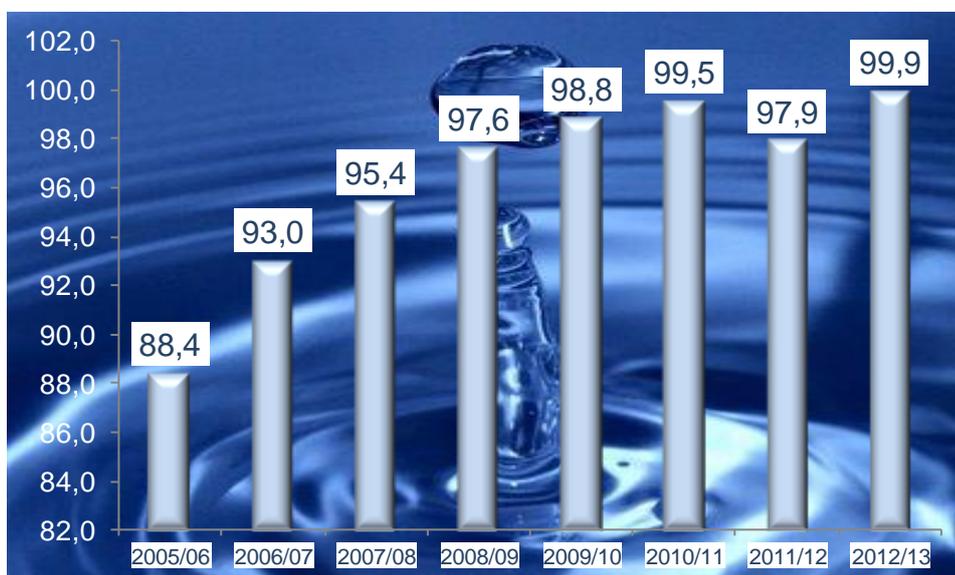
Durante o ano de 2014, será efetuado um trabalho constante de manutenção e beneficiação das redes, de controlo dos consumos e sensibilização de consumidores.

Como principais trabalhos, a realizar em 2014, destaca-se:

- Execução de conduta adutora e reforço do armazenamento de água, entre a caixa de derivação das Quintas do Reconco e o reservatório de Vale de Lamas.. Com esta infraestrutura o abastecimento às localidades de Baçal, Gimonde, Sacoias, Vale de Lamas e ainda ao loteamento do sabor, passará a efetuar-se a partir destes novos reservatórios - Estimativa: 100.000€;
- Execução de novos furos artesianos em Deilão, Vila Boa de Carçaozinho e Coelhooso - Estimativa: 40.000€;
- Construção de novos reservatórios de água em Vale de Lamas e Vila Boa de Carçaozinho - Estimativa: 75.000€;
- Conclusão da substituição das redes de abastecimento de água às seguintes localidades: Parâmio, Lagomar, Terroso, Gondesende, Frieira, Vila Boa;

- Conclusão dos trabalhos de reabilitação em reservatórios de água e instalação de equipamentos de medição e televigilâncias (já instalados 30 sistemas);
- Instalação de centrais para filtração de ferro e manganês, dissolvidos na água, em zonas de abastecimento, sempre que ultrapassados os respetivos limites legais;
- Conclusão da remodelação da adução e instalação de reservatórios nas localidades de Labiados e Martim.
- Aquisição de viatura em substituição do “dumper”.

GRÁFICO 8 – Índice da Qualidade de Água, distribuída no Concelho de Bragança



A melhoria do índice da qualidade da água será, também, uma prioridade, realizando testes permanentes de controlo.

São ainda encarados como objetivos fundamentais para o ano de 2014, a assegurar de forma faseada:

- a) Disponibilizar para os munícipes um novo serviço de recolha de dados de leituras dos contadores de água via telefone.
- b) Concretizar o procedimento que levará à disponibilização da fatura eletrónica, aos utentes dos serviços de água e saneamento, que a solicitem, em alternativa à fatura em papel;

2.4.6. Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza



O Município de Bragança, em consonância com a estratégia Europa 2020, promoverá uma economia sustentável, mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva, assegurando a transição para uma economia verde e amiga do ambiente, aumentando a utilização de fontes de energia renováveis e promovendo a eficiência energética.

Bragança, ecocidade, deverá ser capaz de desenvolver projetos estruturantes e agregadores, que envolvam os agentes locais, capazes de contribuir para um crescimento sustentável, através da introdução de soluções tecnológicas que possibilitem combinar o cumprimento das metas de redução de emissões até ao ano de 2020, em 20%, com o aumento de competitividade e a redução de custos energéticos.

Neste âmbito, o Município de Bragança desenvolverá um conjunto de projetos e medidas, previstos no Plano de Ação para a Eficiência Energética do Município de Bragança – PAES, publicado nos websites da Associação Nacional de Municípios Portugueses (www.anmp.pt) e do Pacto dos Autarcas (http://www.pactodeautarcas.eu/index_pt.html).

Com o objetivo de manter uma relação saudável com o ambiente que nos rodeia, melhorando o bem-estar, a saúde e a qualidade de vida dos cidadãos, no ano de 2014, serão melhorados alguns espaços verdes na cidade, nomeadamente; - arranjo do separador da Av. Pavillons-Sous-Bois e da Av. Sá Carneiro entre a Subestação e Caixa Geral Depósitos; - Arranjo dos jardins do Bairro da Providência.

Será efetuada a manutenção cuidada dos atuais 66 hectares de espaços verdes, através da contratação de serviços externos (31ha) e da utilização de recursos próprios, mantendo o elevado padrão de qualidade dos jardins e espaços verdes, imagem da cidade verde e amiga do ambiente.

Neste âmbito, serão realizadas operações de requalificação de alguns espaços, utilizando espécies existentes em viveiro e mão-de-obra própria, minimizando os custos, nomeadamente nos canteiros do Bairro da Previdência, Bairro social da Mãe de Água e Quinta do Rei, no nicho do Campelo e Vale Churido, através da colocação de sistema de rega automatizado de gota-a-gota, plantação de arbustivas e árvores, minimizando os trabalhos de manutenção e o consumo de água.

A realização de ações de sensibilização ambiental, nomeadamente no Dia da Árvore, Dia do Ambiente, Dia Europeu Sem Carros, Canídeos e outras, contribuirá para um aumento da consciência cidadã e melhoria do ambiente.

Ao nível da limpeza e recolha de resíduos sólidos urbanos serão intensificadas as ações de sensibilização, de fiscalização de situações objeto de contra-ordenação e da prestação de serviços, contribuindo para a melhoria da imagem e salubridade urbana, bem como a diminuição dos custos associados à prestação de serviços.

Pretende-se realizar um folheto de sensibilização, em colaboração com a EIM-Resíduos do Nordeste, para a redução da produção de resíduos, contribuindo para um melhor ambiente e uma redução dos quantitativos de RSU's recolhidos e, por conseguinte, uma redução da fatura mensal com recolha, transporte e tratamento de RSU's.

1. Parques Infantis/Parques Manutenção Física

No ano 2014, pretende-se reforçar a intervenção da equipa de manutenção dos parques infantis e manutenção física, aumentando o grau de eficiência e segurança, através da implementação de um plano mensal de vistorias e preenchimento de ficha de manutenção.

Será, ainda, efetuado um levantamento exaustivo aos equipamentos para a intervenção profunda, eliminação e reconversão.

Relativamente aos parques de manutenção física, considerando que se registam elevadas taxas de utilização, caso seja necessário, serão substituídos os equipamentos com maior desgaste e sujeitos a vandalismo.

Será efetuado o estudo para a criação de um novo parque infantil num bairro periférico da cidade.

2. Manutenção Urbana

Neste âmbito proceder-se-á a trabalhos de manutenção e pintura da via pública.

Será necessário salvaguardar a aquisição de sinalética urbana (sinais, espelhos, prumos e lombas redutoras de velocidade), a qual deverá ser colocada em novos locais ou em reposição de danos ou vandalismo. Será ainda necessário proceder à aquisição de tinta rodoviária e sal, que permitirá proceder à execução de um plano de pinturas rodoviária e responder a situações climáticas adversas, respetivamente. A eficácia da sinalização urbana contribui para a redução dos acidentes viários e velocidade em meio urbano, contribuindo para um melhor ambiente.

A reposição e colocação de novo equipamento urbano (papeleiras, bancos, caldeiras de árvores, pilaretes, bolas, mecos retrácteis, entre outros), bem como a aquisição de peças de substituição para parques infantis, deverá ter continuidade durante o ano de 2014, contribuindo para o aumento da segurança pública e melhoria da fruição do espaço público.

2.4.6.1. Cemitérios

No âmbito dos Cemitérios Municipais, pretende-se proceder a um conjunto de intervenções que melhore significativamente o serviço e aumente o grau de satisfação dos utentes.

Assim, e em consonância com os resultados dos inquéritos de satisfação dos utentes dos Cemitérios Municipais, propõe-se:

- Aquisição de sistema de identificação dos talhões e sepulturas dos Cemitérios Municipais que permitirá uma melhor organização e sistematização da informação, bem como uma maior eficiência nas operações de gestão cemiterial, a executar durante o 1.º semestre de 2014.
- Plantação de árvores e arbustos no interior dos Cemitérios Municipais, aumentando as áreas de sombra, embelezamento do espaço e colmatação de espaços vazios.
- Pavimentação de arruamentos no cemitério do Toural.
- Finalização do muro de suporte e escadaria do último patamar do Cemitério do Santo Condestável, melhorando as condições de manutenção e imagem do espaço.

No meio rural, prevê-se a atribuição de apoios financeiros às Juntas de Freguesia para execução de obras de ampliação dos cemitérios, nomeadamente de Carrazedo e de outros, cuja necessidade justifique uma intervenção de ampliação à beneficiação.

2.4.6.5. Conservação da Floresta, Matas e Espaços de Cedência Municipal

Deverá ser assegurada a continuidade nos trabalhos de conservação da floresta e matas do concelho, nomeadamente através da realização de ações de silvicultura preventiva, onde se enquadram a limpeza de aceiros florestais em zonas de potencial risco de incêndio florestal.

Os trabalhos de limpeza de áreas de cedência, num total de 32 hectares, continuará a ser uma prioridade de intervenção em espaço urbano, melhorando as condições de segurança contra incêndios e as condições de salubridade. Para o cumprimento da legislação de defesa da floresta contra incêndios, será articulado com a PSP, a GNR e os serviços de fiscalização municipal, um conjunto de iniciativas que permitirão melhorar a gestão e limpeza de áreas privadas neste âmbito.



O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios será revisto e adaptado à atual legislação em vigor, introduzindo uma forte componente de georreferenciação e atualização da informação.

Pretende-se fomentar a Criação de "pequenas florestas urbanas", espaços onde poderiam ser facilmente exploradas componentes pedagógicas, lúdicas, desportivas, nomeadamente no espaço envolvente ao Estádio Municipal, espaço envolvente aos depósitos da Mãe D'Água, espaços de cedência na Braguinha, Rica Fé, Fraga Selvagem, entre outros.

3. Atividade Sanitária e Veterinária Municipal

Deverá ser assegurado o fornecimento de consumíveis que permitam o normal funcionamento da atividade de veterinária municipal, nomeadamente ao nível da captura de canídeos errantes.

Será necessário efetuar o pagamento mensal das despesas de funcionamento do Canil Intermunicipal, conforme Protocolo celebrado entre os municípios.

Serão implementadas várias campanhas de sensibilização, referente a canídeos, nomeadamente: - recolha de dejetos caninos; - Alimentação animal na via pública; - Regras de circulação com canídeos na via pública.

As campanhas serão acompanhadas de ações de sensibilização nas escolas, nas ruas e parques verdes, em colaboração com as autoridades locais e associações.

Será implementada uma ação de controlo da população de felinos na cidadela e controlo de natalidade em colaboração com o Instituto Politécnico de Bragança e com o curso de Enfermagem Veterinária.

Terão continuidade as inspeções sanitárias aos talhos e peixarias, bem como a outras unidades de transformação e venda de produtos, estreitando a colaboração com as restantes entidades inspetivas.

Para 2014, prevê-se o início do processo de implementação do regulamento sobre posse, circulação, detenção e alojamento de animais no Município de Bragança.

2.5. Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos

2.5.1. Cultura

O Município de Bragança tem vindo a desempenhar um papel dinamizador, coordenador e de apoio ao associativismo, mantendo um diálogo permanente e disponibilizando, dentro das suas possibilidades, os meios físicos, técnicos, financeiros e humanos necessários ao bom desenvolvimento de atividades que possam divulgar a riqueza cultural da região.

Neste sentido, e tendo o fotógrafo francês Georges Dussaud, artista reconhecido no país e no estrangeiro pelo trabalho fotográfico que, desde 1970, vem realizando em muitos países da Europa, no México, em Cuba, na Índia e, de um modo muito particular, no nosso país, nomeadamente em Trás-os-Montes, manifestado a sua vontade em doar uma significativa coleção de fotografias à Câmara Municipal de Bragança, intitulada “Crónicas Portuguesas”, pelo que no ano de 2013 foi criado o Centro de Fotografia Georges Dussaud.

Este centro instalado nas salas do 1º andar do Edifício Paulo Quintela, permite, a par da exposição permanente da coleção, o desenvolvimento de outras dinâmicas, como a realização de exposições temporárias de fotografia ou outras, como aconteceu em 2013 com a exposição “A árvore”, de Margarida Tengarrinha, que reuniu dezenas de desenhos da artista algarvia, integrada no programa do VII Congresso Florestal Nacional, que decorreu em Bragança.

Durante o ano de 2014, proceder-se-á à dinamização do Centro de Interpretação do Forte São João de Deus, inaugurado aquando dos edifícios sede do município, em agosto de 2013, através da realização de serviço educativo e de visitas guiadas de forma a divulgar de forma interativa a história da presença militar em Bragança.

O Município de Bragança, em parceria com a Cátedra de Estudos Sefarditas “Alberto Benveniste” da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, tem em curso a criação de um Centro de Interpretação da Cultura Sefardita do Nordeste Transmontano, integrado com o Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, a instalar em edifício próprio cuja reconstrução decorrerá durante o ano de 2014, segundo projeto da autoria do arquiteto Souto Moura. Prevê-se um investimento global de 1 milhão de euros.



A criação deste Centro de Interpretação constitui uma forma ativa de preservar a memória e a presença das comunidades judaicas que povoaram a região do Nordeste Transmontano e que desempenharam um papel relevante nas formas de sociabilidade da região e na diáspora.

Paralelamente à preservação e defesa da nossa cultura, da nossa identidade, é essencial o conhecimento de outras realidades e outras culturas, pelo que deverá continuar a ser uma preocupação o garantir um relacionamento equilibrado com entidades e municípios, fomentando, nesta medida, a circulação de obras de arte, artistas e espetáculos que garantam um acréscimo cultural ao nosso concelho.

As parcerias têm sido implementadas, com sucesso, no Teatro Municipal com as diferentes parcerias e coproduções que trazem à cidade vários Festivais, no Museu Ibérico da Máscara e do Traje que tem tido um grande número de visitantes que referem este espaço como único e incomparável e no Centro de Arte Contemporânea Graça Morais com as várias parcerias que têm proporcionado, à população brigantina, excelentes exposições.

A nível das atividades culturais, importa, também, destacar a dinamização dos espaços de exposições, no Centro Cultural Municipal Adriano Moreira, com um número considerável de visitantes, com 4.604 visitantes em 2013, (número recolhido até final de Outubro e projeção para NOV e DEZ), onde estiveram patentes excelentes exposições de artistas locais e nacionais, destacando as exposições dos artistas Zoran, Tereza Trigalhos, António Santos e Ana Carreira, a 1.ª edição da Brigantarte, criações de jovens brigantinos nos mais diversos campos das artes, a exposição “Festas de Inverno”, com representações de Bragança, Zamora (Espanha) e Carnia (Itália), integrada na programação do Carnaval dos Caretos, a exposição Paisagens 2012” – II Salão de Artes Visuais, no âmbito do Programa “O Mundo na Escola”, a exposição “Insetos em Ordem”, e, no âmbito da VI Mascararte, a exposição “Máscaras da Ásia” e a exposição dos trabalhos dos concursos.

Para o próximo ano prevê-se a realização de várias exposições como, entre outras, a da Bienal de Pintura do Eixo Atlântico, Epigrafia Romana do Concelho de Bragança e das escolas do concelho que, assim, têm a oportunidade de mostrar o trabalho realizado durante o ano letivo; o Dia da Poesia, em colaboração com as escolas; o Festival de Tunas Femininas e Masculinas; o Festival da Lombada; o Festival Internacional de Folclore; o Festival Ibérico de Música Popular e o “Corda Perfeita”, realizados estes últimos no Castelo, em colaboração com a União das Freguesias da Sé, Santa Maria e Meixedo; os concursos de presépios e de contos de Natal.



Tendo alterado o formato do Dia Mundial da Criança para criar uma rede de eventos dedicados às crianças, intitulado Tempo para a Infância, onde elas são também sujeitos de criação, escolhemos os primeiros dias de Junho, para organizar, em colaboração com as escolas dos vários níveis de ensino, várias atividades: espetáculos de teatro, dança, magia, ateliers que poderão proporcionar às crianças momentos de convívio, de fruição e de aprendizagem, nos vários espaços culturais (Teatro Municipal, Centro Cultural Adriano Moreira, Biblioteca Municipal, Centro de Arte Contemporânea Graça Morais e Museu Ibérico da Máscara e do Traje) e outros.

Pensando, ainda, no público jovem vamos comemorar o Dia Mundial da Juventude e em colaboração com as Associações de Estudantes das escolas do concelho, organizar uma noite por altura do carnaval dedicada aos jovens.

Foi encontrado um novo formato para a anterior Feira do Livro a que chamamos de “Artes e Livros” onde serão dinamizados encontros com escritores, dando especial atenção aos escritores integrados na Academia de Letras de Trás-os-Montes; oficinas de escrita criativa; de ilustração; exposições bibliográficas; mesas redondas à volta dos livros; recitais e outras atividades em espaços públicos.

É nosso objetivo consolidar os projetos existentes e que aparecem, já, como referência do concelho e suporte da nossa identidade como as Festas da Cidade, que têm dinamizado o centro da cidade, nomeadamente a Praça Camões, com espetáculos musicais e transformando este espaço num ponto de encontro.

A integrar as festas da Cidade, a Festa da História tornou-se um momento alto do mês de Agosto, com uma adesão surpreendente por parte dos artesãos da nossa região que marcam presença com mais qualidade e inovação. Em relação ao número de visitantes, tem-se notado, de ano para ano, um aumento considerável, tendo havido, neste sexto ano da sua realização, um forte aumento da população visitante.

Em 2014, pretende-se trazer novas temáticas e atividades que enriqueçam este evento, procurando, também, a participação da população da cidade, nomeadamente a população estudantil e os grupos de teatro existentes na cidade.



O Museu Ibérico da Máscara e do Traje já conquistou o seu espaço em termos de oferta turística na vertente cultural, tornando-se para o efeito um dos pontos de passagem obrigatórios para quem visita a cidade. O trabalho desenvolvido tem sido uma constante quer em termos de divulgação quer em termos de atividades que propiciem o seu conhecimento e sensibilização para a temática que representa.

Entendemos que a missão deste espaço é sensibilizar, formar e educar para a criação de hábitos, para a instalação de rotinas para o lazer, contribuindo assim para um melhor conhecimento da máscara, dos trajes e das festas a ela associada. Tratando-se de um equipamento cultural dotado de uma exposição permanente, o plano anual de atividades para 2014 tem como meta principal o aumento de visitantes, a conquista de novos públicos, a criação de atividades que potenciem a visita e sirvam de alavanca para uma maior e melhor divulgação do museu.

Continuar-se-á o investimento do espólio com máscaras/trajes de populações em que as manifestações ligadas à temática ressurgiram. Tentar-se-á, também, alargar o âmbito do Museu e o conhecimento/estudo sobre estas representações a nível europeu. Para a concretização desta proposta, a C.M.B., com a colaboração da Academia da Máscara, tem vindo a contactar entidades como Associações, Museus Etnográficos e Ayuntamentos de Espanha de forma a complementar o conhecimento nesta temática. Paralelamente, continuar-se-á a procurar outras manifestações da máscara, na expectativa de criar um projeto que envolva outros países europeus em que a temática da máscara está representada.

O Município de Bragança, em parceria com o Patronato de Turismo da Diputación de Zamora, o Município de Mohács na Hungria e a Comunità Montana della Carnia em Itália, viu aprovada a candidatura apresentada ao Programa Cultura 2007-2014, do projeto “Pre-Christian Masquerades”, com 91 pontos em 100 possíveis, no âmbito do qual se concluirão, durante o ano de 2014, as diversas atividades integrantes do mesmo, como a criação de uma rede europeia de entidades que promovem, protegem e organizam eventos associados às celebrações solsticiais de inverno, a execução de material promocional do projeto e de um catálogo conjunto, a criação de uma página web de âmbito europeu que servirá de base à rede temática e a realização das atividades promovidas pelo parceiro italiano em Cárnia, onde o município se fará representar com uma comitiva que dignifique o concelho e promova as tradições associadas às festas de inverno.



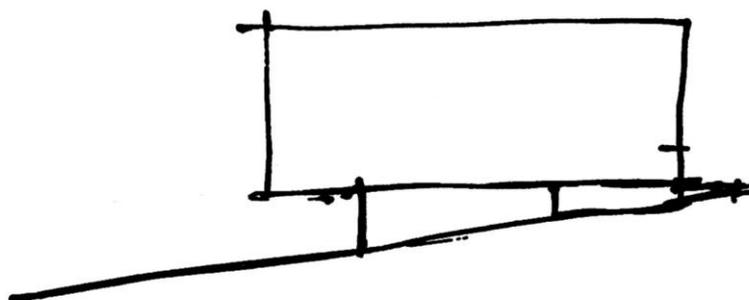
Em colaboração com a Academia Ibérica da Máscara pretende-se continuar com um Plano de Atividades que potencie a divulgação e o conhecimento das tradições ligadas com esta temática, integrando conferências e exposições.

Pretende-se realizar exposições temporárias ligadas à máscara e aos artesãos representados no museu. Cada mês ou mês e meio irão estar expostas algumas das peças mais representativas do artesão convidado. Esta iniciativa irá permitir dar a conhecer o trabalho desenvolvido pelos artesãos, assim como criar uma maior proximidade entre o artesão e o visitante do museu.

Integrando o Serviço Educativo do Divisão de Educação, Cultura e Ação Social far-se-ão, ao longo do ano, oficinas/ateliers com os alunos das escolas do concelho ligadas a eventos ou exposições que estarão patentes em outros espaços, visitas guiadas e outras atividades de modo a dar a conhecer aos mais jovens as nossas tradições.



O Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, nos cinco anos de atividade, tem projetado cultural e turisticamente a nossa cidade a nível nacional e internacional. Este espaço tem sido, desde a sua inauguração, em Junho 2008, uma referência a nível do seu espólio e, obviamente, a nível da sua arquitetura. É amplamente procurado pelos visitantes que se deslocam a Bragança e pelo público escolar que tem aderido amplamente, inscrevendo-se nas visitas guiadas.



CENTRO DE ARTE CONTEMPORÂNEA **GRAÇA MORAIS**

Continuará a desenvolver a sua principal missão que é a sensibilização e promoção do conhecimento da arte contemporânea nacional e internacional, em geral, e da obra da pintora Graça Morais, em particular, através de um programa de exposições temporárias (coletivas e individuais), reforçado por outras iniciativas de âmbito pluridisciplinar, como as oficinas de prática artística, visitas guiadas, palestras, publicações, oficinas, concursos. Na missão do equipamento, está também a constituição de uma coleção de arte, feita a partir de aquisições ou doações.



À semelhança do ano transato, o programa expositivo de 2014 procurará manter a mesma incidência na obra de alguns dos artistas mais significativas da contemporaneidade. Procurará pautar-se pelo mesmo patamar de qualidade que temos vindo a apresentar até aqui.

Prevê-se apresentar, ao longo do ano de 2014, quatro exposições temporárias, sendo, como até aqui, três meses o período médio de exibição para cada. Para cada exposição está prevista a edição de um catálogo. A programação procurará, ainda, sempre em concordância com a artista, a renovação do Espaço Graça Morais a partir de exposições temáticas.

Tendo, sempre, como ponto de partida cada uma das novas exposições, pretendemos este ano, no âmbito do Serviço Educativo, manter atividades como a visita/jogo e a visita guiada e oferecer outro género de atividades, como oficinas temáticas de prática artística para crianças. Estas, como a visita/jogo, terão as exposições como referência ou ponto de partida, e funcionarão em período de pausa letiva, dias temáticos, ou ao fim de semana.

No âmbito do Serviço Educativo fazem ainda parte um conjunto de atividades específicas a serem dinamizadas ao longo de todo o ano em alguns dos dias temáticos como o Dia Internacional dos Museus, o Tempo para a Infância ou as Férias Desportivas e Culturais da CMB.

A ação educativa e formativa deste equipamento passará, também, pela organização de visitas culturais a exposições nacionais e internacionais, oferecendo à comunidade em geral a possibilidade de conhecer outras realidades artísticas e outras localidades.

Os projetos pontuais têm vindo a ocupar um lugar de destaque. Esta rubrica que compreende uma grande diversidade de iniciativas, instalações, concursos, concertos descentralizados do teatro municipal, performance, oficinas/ateliers, conferências entre outras, será também uma área a ter em conta.

À semelhança dos anos anteriores, o dia do 6º aniversário do Centro de Arte, 30 de Junho, será celebrado não apenas com a apresentação de duas novas exposições, mas também com um programa de manifestações artísticas.

Cumprindo-se, em 2014, dez anos do Teatro Municipal de Bragança é tempo de balanço, de reflexão. Há ciclos que se fecham, outros que se abrem. Ao longo destes 10 anos, foi construída a identidade do TMB, conscientes de que éramos obreiros de uma grande mudança cultural na cidade de Bragança. Foram traçados objetivos, definidas estratégias, concretizados

projetos. Vivemos estes 10 anos com intensidade, dedicação, entusiasmo, profissionalismo. Construámos um teatro com identidade. Hoje uma referência de qualidade a nível local e a nível nacional.

Um projeto cultural como o definido para o TMB é um projeto a concretizar a longo prazo e que indelevelmente vai marcando a comunidade onde se insere. Assenta sobretudo na escolha, nos critérios e nas convicções de quem programa, no respeito pelos tempos e ritmos do público, procurando a prestação de um serviço público de qualidade e disponibilizando um teatro aberto à comunidade onde todos se sentem bem, usufruindo deste espaço como um espaço de lazer, de fruição, de cultura.

No ano em que o TMB cumpre 10 anos de atividade queremos ter um Teatro aberto a novas experiências, novos desafios, novas atitudes, mantendo sempre a ideia de prestação de um serviço público de qualidade ao serviço da comunidade, da cidade e da região. Queremos continuar a contribuir para a formação e educação do público, proporcionando o acesso de todos os cidadãos à cultura, porque cultura é educação e educação é a pedra de toque de uma sociedade melhor. Entendemos a cultura como uma forma, talvez a mais nobre, de diálogo entre os povos; é um bem fundamental que devemos preservar, pois só através dela manteremos a nossa identidade, a nossa força, a nossa determinação.





A cultura qualifica e desenvolve não só as pessoas que dela usufruem, mas também as cidades e os territórios onde ela acontece: gera dinâmicas culturais e sociais específicas, promove a qualidade da vida e do espaço urbano, tornando-o mais atrativo para as pessoas; permite, num processo permanente de interação entre o passado, o presente e o futuro, redescobrir e reafirmar todos os dias o valor das identidades locais num mundo globalizado em constante mutação, dando inteligibilidade e sentido ao quotidiano de cada um.

Em 2014 manteremos a programação sistemática e regular ancorada em espetáculos profissionais de qualidade artística indiscutível que abrangem todas as artes de palco, performativas, formativas, multidisciplinares, mas também um conjunto de atividades – talvez menos visíveis mas não menos importantes – a desenvolver na, com e para a comunidade que, estamos certos, trarão frutos não só para a comunidade em geral como para o desenvolvimento do tecido artístico em particular da cidade e da região.

Paralelamente, manteremos um espaço para eventos locais tornando mais visível a presença da comunidade no teatro em particular da comunidade escolar dando às escolas e aos agrupamentos escolares a possibilidade de, ao longo de um mês, poderem mostrar o que de melhor produzem e criam.

A programação regular e sistemática do TMB assenta na apresentação de criações nacionais no âmbito de todas as artes de palco: teatro, música, dança, novo-circo, ópera, musicais e alta comédia. Estes espetáculos são a espinha dorsal de toda a programação e definem a linha de orientação estética do TMB.

No palco do TMB apresentam-se anualmente as companhias de teatro e dança mais prestigiadas a nível nacional, mas também os novos projetos, as novíssimas companhias, as novíssimas criações, as propostas alternativas para pequenos públicos. Programamos os grandes concertos mas também apresentamos jovens valores e músicos exímios em espetáculos de pequeno formato; apresentamos espetáculos de grande formato como os musicais, os bailados clássicos e os espetáculos de alta comédia, ao mesmo tempo que, em pequeno formato, apresentamos projetos alternativos, performativos e multidisciplinares. Queremos em suma apresentar o que de melhor se faz neste país pois entendemos que a distância dos grandes centros urbanos não poderá ser nunca um entrave ao conhecimento, à fruição, e ao consumo de bens culturais. Também culturalmente, a existência de equipamentos culturais como o Teatro Municipal têm por missão exercer um serviço público de qualidade que combata as assimetrias entre litoral e interior, que forme públicos, que crie apetência para o consumo de bens culturais com qualidade.

Ao longo de 10 anos, integradas na programação dita regular e sistemática temos apostado nas coproduções. Com ou sem residência artística, as coproduções trazem mais-valias indiscutíveis ao Teatro, à cidade, à região. A nossa marca, a nossa identidade, viajam com cada espetáculo que coproduzimos. Estes projetos dão-nos visibilidade, projetam-nos no país e fora dele, pois são normalmente projetos com carreira nacional e internacional. Quando as coproduções implicam também residência artística permitem não só uma maior ocupação do espaço como um maior envolvimento da comunidade através das atividades paralelas que os criadores realizam no âmbito dos serviços educativos.

Como projetos âncora do Teatro Municipal de Bragança manteremos as Residências Artísticas e o Teatro e Comunidade conscientes que ambos os projetos marcam a diferença e definem a identidade deste teatro.

Se no primeiro caso estamos disponíveis para continuar a coproduzir projetos de indiscutível qualidade que possam envolver a cidade e os diferentes públicos e projetá-la a nível nacional e internacional, por outro lado estamos empenhadas em manter o projeto de teatro e comunidade que temos vindo a desenvolver com o Teatro da Garagem, conscientes de que é um projeto de, com e para a comunidade que cumpre os objetivos reais do que deve ser o envolvimento da comunidade com uma linha estética, com um projeto artístico que a todos envolve e a todos diz respeito.

Daremos continuidade aos festivais que coorganizamos com o Teatro de Vila Real pela dinâmica criada, pela visibilidade, pela adesão do público, pela economia de escala, enriquecendo-os com atividades complementares paralelas de formação.

Nesta perspetiva manteremos o FAN - festival de ano novo (Janeiro); o Vinte e sete – festival internacional de teatro (Março / Abril); o Douro jazz – festival internacional de jazz (Outubro).

Como produção própria e exclusiva manteremos: Noites frias. Vozes Quentes (Fevereiro); O palco na praça / Concertos de verão (Julho) e recuperaremos o Tempo para a Infância (Julho) e a ver a banda tocar (Julho / Setembro).

No âmbito do serviço educativo, a nossa ação terá como mote: Sensibilizar. Educar. Formar. Fidelizar. Destacaremos como vetores de programação:

- Programação para a infância e Juventude: dirigida a crianças do pré-escolar e 1º ciclo – espetáculos cujo custo tem sido integralmente suportado pela autarquia (pré-escolar e 1º ciclo) o que resulta em entradas livres para todas as crianças; 2º ciclo –

espetáculos com preço reduzido salvaguardando a entrada livre para alunos carenciados.

- Programação para bebés e crianças até aos 3 anos: proporcionando um primeiro contacto com as artes de palco sensibilizando bebés e familiares que os acompanham para a importância nas artes na educação e formação da criança.
- Oficinas / Workshops / Ateliers: Dirigidos a públicos definidos - podem ser a pedra de toque para a relação com as diferentes expressões artísticas; para o diálogo EU «» OUTRO.
- À conversa com... Entendemos importante a relação e o diálogo entre os vários intervenientes no processo artístico, entre os vários agentes culturais envolvidos: atores, encenadores, cenógrafos, bailarinos, músicos, coreógrafos (...). Estas conversas poderão acontecer durante a estada dos referidos artistas em Bragança, antes ou depois da apresentação do espetáculo que vêm apresentar.
- Debates / conferências / mesas redondas: Falar de teatro e da sua importância. Debater o teatro, as políticas culturais, a gestão e formação de públicos, o turismo cultural, a relação do teatro com a economia - A importância destes e outros temas no desenvolvimento de uma cidade, de um país. O objetivo é criar um espaço de diálogo que nos permita refletir sobre alguns temas que poderão marcar a diferença na vida de uma cidade que, entendemos, pode ter dinâmicas culturais muito interessantes criando fluxos de públicos, que contribuirão para a dinamização do comércio tradicional, dos serviços, dos agentes culturais e outros, dos equipamentos existentes, da vida da cidade.

As atividades artísticas das escolas/agrupamentos/comunidade académica terão no TMB as condições para apresentação do trabalho criativo dos diferentes níveis de ensino. O mês de Maio será o mês aberto à comunidade escolar. Retomando o trabalho realizado ao longo de uma década – Mostra de teatro escolar e gala das escolas – e adaptando o projeto à nova realidade educativa, apresentámos já às escolas (no final do ano letivo – Julho 2013) um projeto mais ambicioso: cada agrupamento assumirá a programação de uma semana em Maio que será a montra de toda a atividade das escolas que dele fazem parte: daremos assim visibilidade não apenas ao teatro escolar, mas também à música, às performances, às exposições, a todas as atividades que as escolas pretendam apresentar, com qualidade, neste privilegiado palco. Por ser um importante ano de aniversário do TMB desafiámos também todos os agrupamentos a construírem uma peça/obra de arte alusiva aos 10 anos de teatro que ficará exposta no TMB ao longo de todo o mês de Maio, e que depois disso ficará pertença do TMB fazendo parte a partir de então da memória e da história do TMB.

Abrimos a possibilidade de encetar negociações com uma distribuidora a fim de podermos vir a apresentar ciclos temáticos de cinema/cinema de autor. Não sendo uma atividade contínua, gostaríamos que o cinema marcasse presença através de ciclos temáticos ao longo do ano. Em épocas normais às terças-feiras à noite; em épocas de férias (com vista à ocupação de tempos livres com cinema de qualidade) às terças-feiras à noite e à tarde.

Pontualmente e sempre em regime de exceção poderemos apresentar documentários que normalmente não entram nos circuitos comerciais.

A Biblioteca Municipal de Bragança deve continuar a constituir-se como um centro de leitura e de pesquisa privilegiado para a comunidade. Tem como objetivo primordial fornecer o gosto pela leitura e contribuir para o desenvolvimento literário da população que procura este espaço.

Recebe, diariamente, dezenas de utilizadores, cada vez mais exigentes, tornando-se necessário continuar o melhoramento do acervo da biblioteca e da biblioteca infantil em material livro e não livro, desenvolvendo, paralelamente, projetos de atração dos jovens ao espaço como o concurso do Conto de Natal, a visualização de filmes para crianças, a hora do conto, sempre que solicitada e no espaço da Biblioteca, comemoração de eventos relevantes do ponto de vista sociocultural através da exposição de material informativo, tertúlias com escritores e uma ligação com os outros espaços culturais municipais.

Numa verdadeira concertação de iniciativas com as escolas através do SABE (Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares) daremos prioridade a três pontos fundamentais: fortalecer a articulação Biblioteca Municipal e as Bibliotecas Escolares promovendo o intercâmbio, a interação dos objetivos comuns e a construção de um catálogo comum de modo a que os utentes possam ter conhecimento do acervo de todas as bibliotecas e a não duplicação do material livro e não livro, e a concretização de um plano anual de atividade conjunto; investir, através de atividades lúdicas/pedagógicas na construção de um todo mais igualitário, levando as mesmas oportunidades ao meio rural, ajudando na consolidação e formação de novos leitores, através de ações de incentivo à leitura e à escrita; otimizar os recursos existentes na Biblioteca Municipal através de uma consciente política de aquisição de material livro e não-livro, tornando os serviços da Biblioteca Municipal uma realidade ao serviço da promoção dos Bragançanos e da Cidadania.

Desde a sua abertura, a Biblioteca Municipal tem desenvolvido um trabalho positivo, tornando-se um espaço de estudo, de pesquisa, que tem acolhido cada vez mais utentes.

Várias atividades serão concretizadas, comemorações de dias; semanas ligadas às Bibliotecas; troca de livros entre as bibliotecas e outras com a finalidade de promover o gosto pela leitura nas várias camadas da população, nomeadamente com os projetos o “Livro em Movimento” nas Escolas do concelho e noutras instituições – “Leituras Partilhadas”, os “Escritores vão à Escola” etc. Este espaço deverá, também, servir à divulgação de obras locais e regionais, bem como de todas as publicações da Câmara Municipal de Bragança e de outros Municípios. Dar-se-á continuidade à parceria com a Academia de Letras de Trás-os-Montes através de tertúlias temáticas.

Em 2009, Bragança acolheu um reforço nos equipamentos culturais da cidade, a Biblioteca Adriano Moreira, fruto da generosa doação do Professor Adriano Moreira ao Município de Bragança.

Trata-se de um equipamento cultural para consulta e leitura, dos cidadãos em geral e, de forma muito particular, aos investigadores do Ensino Superior, que já conta com um catálogo editado em formato de papel e on-line na página desta Biblioteca, onde o público poderá consultar o espólio desta Biblioteca.

2.5.2. Desporto, Recreio e Lazer



O Município de Bragança continuará a investir na área do desporto, como forma de promover a saúde e bem-estar dos cidadãos de todas as idades.

Será dada continuidade à política desportiva do município cimentada na colaboração com os clubes e associações desportivas, apoiando-os logística e financeiramente, tendo por base a contratualização de ações e objetivos. Contudo, esta colaboração assenta num espírito de exigência e de rigor na avaliação do cumprimento dos termos dos acordos, no sentido de uma maior seletividade nos apoios a conceder e na exigência da aplicação dos recursos públicos.

Continuaremos a apostar na realização de eventos desportivos de elevado nível, de modo a estimular a prática desportiva na área da competição e a adesão dos cidadãos, integrando um grupo de atividades especiais, em que o Município desenvolve animações pontuais aproveitando as datas comemorativas temáticas da saúde e do desporto, concentrando num local, um vasto conjunto de atividades abertas a toda a população, correspondendo a momentos de destaque do programa e simultaneamente divulgação do mesmo.

Promoveremos a comemoração do Dia do Desporto, com a realização de várias atividades, incluindo o II Passeio de BTT Noturno, concedendo acesso gratuito a todos os equipamentos desportivos a fim de sensibilizar e incentivar a população para a prática da atividade física.

Procurando repetir os êxitos das edições anteriores, será dada continuidade à organização da “Maratona de Fitness Cidade de Bragança”, trazendo a dança e o movimento para a rua, apostando na presença de instrutores de alto nível, e à organização do Torneio Internacional de Natação Cidade de Bragança em que, enquadrada nas atividades promovidas pela Associação Regional de Natação do Nordeste, a Câmara Municipal convida clubes e escolas de natação para participar com os atletas federados na Associação Regional de Natação do Nordeste/Federação Portuguesa de Natação numa jornada de convívio e de teste às capacidades individuais.

Assegurar-se-á o apoio e a colaboração necessários ao Ginásio Clube de Bragança para a organização de mais uma edição da “Milha das Cantarinhas”, nas suas várias componentes (Milha Escolar/Mini-Milha, Milha Popular e Milha Principal), prova de Atletismo de carácter nacional que conta com a participação dos melhores atletas nacionais da categoria.

Na perspetiva de procurar que as gerações mais novas possam dar continuidade à tradição de várias gerações e de permitir que os mais velhos possam reviver bons momentos passados, será organizada mais uma edição do Encontro de Jogos Tradicionais.

Numa tentativa de despertar a atenção de um maior número de pessoas para a prática da Hidroginástica, como disciplina promotora da melhoria da coordenação motora e de relaxamento, contribuindo para uma melhor qualidade de vida dos indivíduos, organizaremos uma Maratona de Hidroginástica, na Piscina Municipal, aberta a toda a comunidade brigantina.

O Pavilhão e as Piscinas Municipais de Bragança serão o palco da 7ª edição do projeto “Bragança Ativa”, com o objetivo de sensibilizar os participantes para os benefícios da prática regular da atividade física, contribuindo para uma sociedade mais saudável, mais ativa e com mais qualidade de vida, de promover a socialização e o convívio entre os participantes, bem como de ensinar a melhorar a postura corporal no dia-a-dia. Decorrerá no mês de Maio, mês dedicado ao coração e aos doentes hipertensos, que conta com o apoio técnico nas áreas da dietética e da fisioterapia na realização de uma sessão de esclarecimentos sobre regras alimentares, aquisição de estilos de vida saudáveis e na avaliação e minimização de problemas relacionados com movimento do corpo humano. A 6.ª edição, realizada em 2013 contou com a participação de 120 pessoas.

Nesta perspetiva da melhoria da saúde e da qualidade de vida da população da cidade de Bragança, de Janeiro a Junho e de Outubro a Dezembro de 2014, decorrerá o programa de atividade física regular Mexa-se em Bragança, direcionado para indivíduos entre os 35 anos e os 65 anos de idade, que promove o aumento da prática regular de atividade física e a prevenção secundária da Diabetes Mellitus Tipo 2.

Ainda neste âmbito de proporcionar hábitos de vida saudável para toda a população, o projeto Bragança Saudável foi uma aposta ganha com as suas diversas atividades, principalmente nas caminhadas realizadas na área rural do concelho, momentos de exercício, de contacto com a natureza e de convívio entre os vários intervenientes e as Juntas de Freguesia que se associaram a este projeto.

Sendo um programa inicialmente elaborado para quatro anos, face à adesão e ao sucesso deste projeto, foi decidido continuar a desenvolver este projeto procurando integrar um conjunto de parcerias com diversos clubes, associações desportivas, estabelecimentos de ensino e outras entidades da área do desporto e da saúde.

O Bragança Saudável continuará a estimular a população a fazer atividade física como meio de ocupação dos seus tempos livres, numa vertente de recreação e lazer, promovendo um conjunto de atividades desportivas cuja relação direta com a natureza está muito próxima.

Deste modo, os participantes poderão explorar os espaços naturais do concelho e, simultaneamente, melhorar a sua saúde e viver momentos de agradável e salutar convívio, através da criação de hábitos de prática de uma atividade desportiva regular.



Pretendemos, contudo, evoluir neste projeto, trazendo a população da área rural a percursos urbanos, complementando-os com visitas aos espaços culturais da cidade e com atividades de interesse, retribuindo, assim, os momentos que esta área geográfica tem vindo a oferecer ao longo dos percursos rurais.

Dispensando um conjunto de serviços, no âmbito da aprendizagem, do aperfeiçoamento e do desenvolvimento das atividades aquáticas através da natação para bebés, adaptação ao meio aquático, aprendizagem das técnicas, aperfeiçoamento e escola de natação, bem como na componente lúdico-recreativa através da hidroginástica e deep water, a Piscina Municipal procura atingir uma diversidade de utentes cada vez maior atendendo às particularidades dos vários segmentos etários.

Apesar das dificuldades existentes na deslocação de crianças/jovens, devido à implementação da Escola a Tempo Inteiro, que se manifestaram, nos últimos anos, na falta de grupos dos ATL na piscina, em regime livre, tem aumentado o número de utilizadores das piscinas.

Prosseguindo com os objetivos de dinamização do desporto, de prática da atividade física e da ocupação dos tempos livres de crianças, jovens e adultos, as associações e clubes desempenham uma função social fundamental, induzindo comportamentos, desenvolvendo vocações e proporcionando aos seus associados e atletas gratificantes experiências de participação e envolvimento comunitário.

É, por isso, nuclear para o interesse público que o Município de Bragança durante o ano de 2014 continue a apoiar e cooperar com estas associações e clubes, através da concessão de apoios financeiros, técnicos ou logísticos, de forma criteriosa, a exemplo do que vem fazendo ao longo dos últimos anos.

Numa perspetiva de promoção da igualdade de oportunidades entre a população residente na cidade, vila e aldeias do concelho, pretende-se dar continuidade ao projeto, iniciado no ano transato, de atividades desportivas para a população sénior do concelho de Bragança, em colaboração com as Juntas de Freguesia, e um torneio de Futsal Inter-Freguesias do Concelho de Bragança visando a promoção da prática da atividade desportiva e do convívio saudável e generalizado a toda a população das freguesias, o desenvolvimento das competências individuais e o fomento do sentimento da amizade.

Na componente de manutenção e beneficiação das infraestruturas desportivas serão realizados trabalhos de manutenção do relvado do Estádio Municipal, do Campo do CEE, do Campo do IPB (mediante protocolo de colaboração celebrado entre as duas instituições o IPB permite a utilização do equipamento por cidadãos e instituições do concelho – no ano de 2013 foi utilizado por 5.296 utentes), da Piscina Municipal e Pavilhão Municipal.

No que concerne aos subsídios a conceder às Associações Desportivas será aumentado o valor a atribuir, comparativamente ao ano de 2013.

Durante o mês de julho de 2014 não podemos deixar de destacar as Férias Culturais e Desportivas, que têm vindo a proporcionar, a mais de três centenas de jovens dos 6 aos 16 anos, novas experiências e hábitos de vida saudáveis associados a momentos de diversão e de vivências culturais e desportivas. É um projeto importante de ocupação dos tempos livres dos jovens, nas semanas que se seguem ao encerramento das atividades letivas, e, consequentemente, de apoio às famílias.

Funções Económicas

3.1. Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca



O Concelho de Bragança é um território maioritariamente rural, assumindo o setor primário uma grande importância socioeconómica para muitas famílias, nomeadamente a fileira da castanha, estimando-se que a sua comercialização represente, anualmente, entre 15 a 20 milhões de euros, tornando este produto agrícola o mais sustentável e rentável da atividade rural desta sub-região, gerador de riqueza, emprego, empreendedorismo, investigação e inovação.

Assim, será dada uma especial atenção a este setor, promovendo iniciativas que visem uma maior valorização dos produtos locais e, conseqüentemente, para uma melhoria dos rendimentos e bem-estar das famílias do espaço rural.

Será definida uma estratégia sustentada que apoie as atividades primárias, contribuindo para a sustentabilidade e dinamização do espaço rural:

- Iniciar o processo para a realização da feira mensal do gado, no novo recinto de valorização de raças autóctones, em estreita articulação com as associações do setor, criando novas oportunidades de negócio para os criadores.
- Incentivar e apoiar a realização de feiras e certames, nas freguesias rurais (Coelhoso, Parada, Rabal, S. Pedro de Sarracenos, Izedo, e outras), para promoção e divulgação dos produtos da terra e raças autóctones.
- Valorizar a fileira da castanha e o setor cinegético através da realização da Feira Norça, Norpesca e Norcastanha.
- Reivindicar, junto do Ministério da Agricultura e do Mar, a concretização dos seguintes projetos de melhoria da produtividade agrícola do Concelho: - Construção de barragem de Rega na Serra da Nogueira para servir as Freguesias de Rebordãos, Zoio e Nogueira. - Melhoria do sistema de rega da barragem de Castanheira, com substituição do sistema de alagamento por rega de pressão, reduzindo custos e melhorando a eficiência na utilização da água; - Construção de uma barragem de rega em Parada, para servir as freguesias contíguas, estando já o projeto feito, assim como o estudo de impacto ambiental; - Construção de uma reserva de água em Macedo do Mato, para rega do amplo olival existente nas freguesias da parte sul do Concelho de Bragança e freguesias contíguas do Concelho de Macedo de Cavaleiros.
- Promover o Concurso Concelhio Bovino de Raça Mirandesa e o Concurso de Ovinos de Coelhoso.

Em colaboração com as Juntas de Freguesia o Município de Bragança continuará a apoiar a construção de pontões e charcas, e a proceder ao enchimento e limpeza de caminhos agrícolas, entre outros trabalhos de importância para a atividade agrícola dos cidadãos residentes no meio rural.

No setor cinegético é reconhecido o valiosíssimo património natural da Zona de Caça da Lombada (ZCNL), que não está a ser aproveitado em benefício das populações locais, da região e do país, tendo todas as condições para gerar fluxos turísticos e assim dar um importante contributo para a dinamização da atividade económica local.

Assim, será reivindicada à Secretaria de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural a definição de uma nova forma organizativa de exploração da ZCNL, permitindo rentabilizar um “diamante bruto” que se encontra por polir.

3.2. Indústria e Energia

3.2.1. Iluminação Pública



Nesta área pretende-se continuar os trabalhos de melhoria da iluminação pública no concelho, por intervenção direta do Município ou em colaboração com outras entidades, nomeadamente a EDP Distribuição, destacando-se em 2013, a substituição, na zona rural, de 188 lâmpadas obsoletas “brancas” de 80W para lâmpadas mais eficientes “amarelas” com 50W. Foi efetuada uma melhoria e reestruturação do reforço de rede nas aldeias de Lanção, Sacoias, Meixedo, Rio Frio e na Estrada do Turismo. Foram ainda remodelados o PT no Largo de Izeda e na Zona industrial.

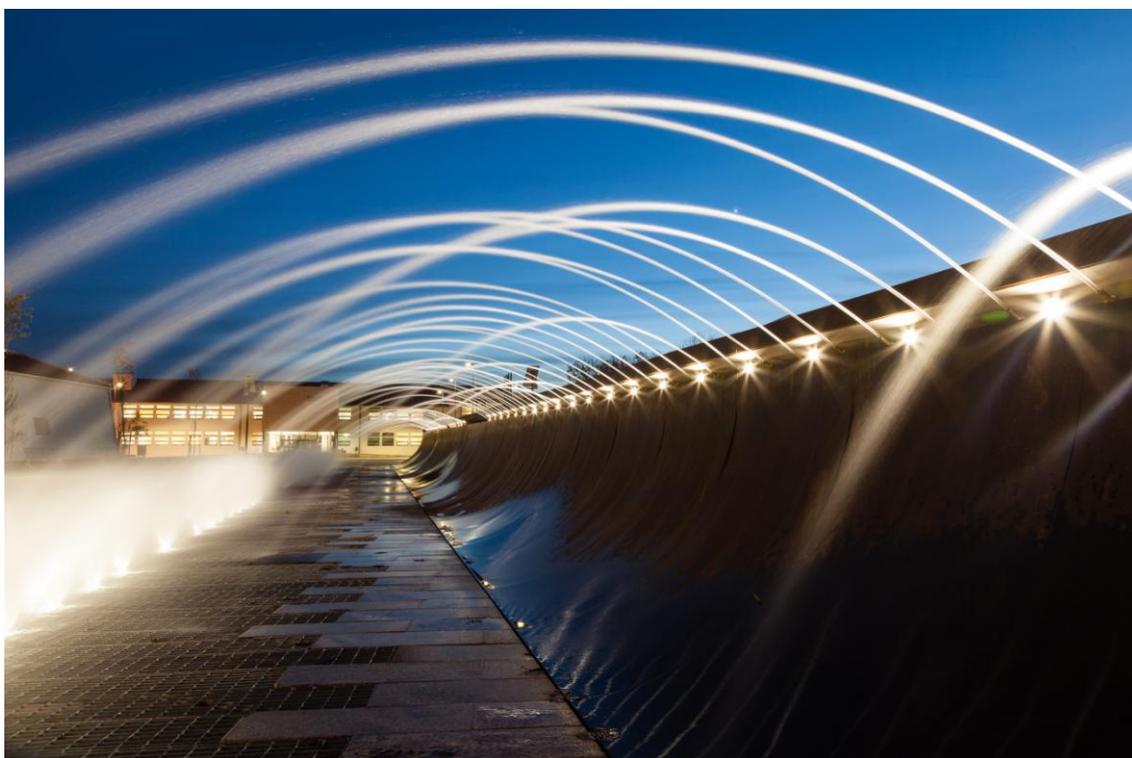
No âmbito da concessão, as previsões de investimento a efetuar pela EDP no ano de 2014, compreendem, entre outros, a construção de novos postos de transformação nas aldeias de Vila Franca, Alfaião e Quintas das Carvas. Está ainda previsto a construção de uma linha AT (60 KV) entre as subestações dos Olmos (Macedo de Cavaleiros) e Bragança.

O município de Bragança aderiu à “Campanha Led” da EDP com a instalação, a título experimental, de 27 luminárias Leds na Rua D. Afonso V e 42 luminárias Leds na Rua Amaro da Costa. A implementação desta campanha, será alargada a outras zonas, durante o primeiro semestre de 2014.

No ano de 2012, foi levada a cabo uma campanha de verificação exaustiva da Iluminação Pública, com intuito de identificar situações de iluminação desnecessárias, no sentido de diminuição da fatura energética do Município. Com a colaboração das Juntas de freguesias foram identificados 1235 pontos de luz (646 na zona rural e 589 na zona urbana) que foram desligados totalmente ou a partir da meia-noite. Esta medida permite uma poupança anual de cerca 70.000€.

Foi aprovada uma Candidatura ao QREN, através da Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano: “Redução da fatura energética na rede de iluminação pública – instalação de reguladores de fluxo luminoso”, no valor 418.075,12€, cofinanciado em 85% pelo FEDER, na qual está prevista a instalação de 50 equipamentos em Postos de transformação da aérea urbana, que permitirá uma redução, de cerca de 30%, da faturação de iluminação pública.

3.2.2. Energia



Como já referido, será dada eficácia ao Plano de Ação para a Eficiência Energética do Município de Bragança (PAES).

Este Plano visa dar resposta aos compromissos assumidos pela autarquia no âmbito da adesão ao Pacto dos Autarcas em 2010, uma iniciativa lançada pela Comissão Europeia no seguimento da adoção do Pacote Clima e Energia da União Europeia em 2008.

O Pacto dos Autarcas surgiu como um dos maiores desafios para a política energética de médio prazo, responsável e sustentada, contra o aquecimento global e tem como principal objetivo a redução das emissões em mais de 20% até 2020, através da aplicação de medidas de eficiência energética e da promoção de energias renováveis suportadas no PAES.



Na visão estratégica para a intervenção no município de Bragança no domínio da energia e das emissões de gases de efeito de estufa, foram incluídas ações infraestruturais, que implicam alterações tanto no edificado como nos equipamentos, e ações comportamentais, que implicarão alterações de comportamentos nos stakeholders (agentes locais). No total foram identificadas 47 iniciativas distribuídas pelos diversos setores do concelho.

Considerando o objetivo final de redução estabeleceram-se metas de redução setoriais, de onde se destacam:

- 65% nos transportes públicos;
- 47% nos edifícios e equipamentos municipais;
- 44% na iluminação pública;
- 34% na frota municipal;
- 26% no residencial;
- 21% nos transportes privado e comercial;
- 8% nos edifícios e equipamentos terciários.

No total, o PAES permitirá uma redução de 20,1% das emissões do município até 2020, face ao ano de referência, 2009, apenas com aplicação de medidas de sustentabilidade energética e de produção de energia nos edifícios. Considerando o potencial energético do concelho no setor das energias renováveis, as perspetivas futuras de novas instalações poderão permitir reduções de emissões na ordem dos 88,6%.

O investimento estimado, até 2020, para colocar em prática as ações definidas no PAES é sensivelmente de 13 milhões de Euros.

Tendo em vista a diminuição da fatura energética do Município de Bragança e contribuir para a redução de emissões de CO2 prevê-se, para 2014, a implementação das seguintes medidas:

- No seguimento da alteração de regime de faturação da energia reativa prevê-se, no primeiro semestre de 2014, a instalação de equipamentos de correção da energia reativa em 5 equipamentos municipais onde se verifica uma elevada fatura de energia reativa (Teatro Municipal, Piscinas e Pavilhão Municipal, Mercado Municipal, Centro de Arte contemporânea, Centro Cultural Adriano Moreira e Biblioteca Municipal).
- Instalação de equipamentos de tecnologia de LEDs minimizando assim os consumos de energia nos semáforos.
- Substituição de uma das 3 caldeiras instaladas nas piscinas municipais por um equipamento energeticamente mais eficiente para funcionamento no período de verão, em complemento com o sistema solar já instalado.

Consciente de que o futuro das gerações vindouras dependerá em grande parte das ações adotadas de imediato, a Câmara Municipal de Bragança considera que uma gestão ambiental proactiva é geradora de valor e constitui dever de qualquer agente socialmente responsável.

Serão asseguradas as tarefas associadas à gestão dos vários equipamentos municipais nomeadamente, dos semáforos, das fontes luminosas, e outros equipamentos elétricos e mecânicos sob responsabilidade da Câmara Municipal.

3.2.3. Estabelecimentos Industriais

O emprego e, conseqüentemente, a população tendem a fixar-se com maior expressão nos aglomerados urbanos e nas cidades, que desempenham um papel estruturante quando configuram projetos diferenciadores e capazes de gerar valor económico e bem-estar para as populações.

As empresas mais sofisticadas e inovadoras ponderam, com grande relevância, os fatores do conforto urbano aquando da escolha da sua localização.

Neste contexto, as autarquias desempenham uma importância fulcral nos processos de criação de valor e de criação de emprego e, logo, nos processos de desenvolvimento económico, assumindo-se como atores estratégicos do desenvolvimento, organizando o espaço sob sua responsabilidade.

É reconhecido que Bragança é, hoje, uma cidade moderna, bem infraestruturada, de perfil europeu, com um elevado padrão de qualidade de vida, reunindo todas as condições para ancorar e captar projetos de investimento direto estrangeiro, em atividades de valor acrescentado, capazes de criar riqueza e emprego.

Para além disso, o Município de Bragança apresenta vantagens competitivas a vários níveis, nomeadamente: é a porta da europa, com acessibilidades melhoradas com a construção da Autoestrada Transmontana, estando próximo das principais plataformas logísticas; ao nível fiscal não é aplicado o imposto municipal sobre o lucro tributável às empresas – derrama.

Perante estas vantagens competitivas e à previsível procura, decorrente da conclusão das novas acessibilidades à região e de acolhimento de iniciativas industriais não enquadráveis no Parque de Ciência e Tecnologia, torna-se premente executar o projeto de ampliação da Zona Industrial das Cantarias, a Norte da já existente.

Este projeto é estruturante e constituirá um vetor de desenvolvimento e modernização, gerador de emprego e riqueza que, no futuro deverá evoluir para uma Área de Localização Empresarial, criando as condições para o desenvolvimento de plataformas empresariais de grande dinamismo.

Assim, no ano de 2014, sendo possível o financiamento através de fundos comunitários, serão iniciadas as obras, estando nesta data em fase de conclusão os estudos de impacte ambiental, prevendo-se que no segundo semestre de 2015 estejam reunidas as condições para o início de instalação de empresas.

O projeto prevê a constituição de 46 lotes, cuja venda ocorrerá a preços simbólicos, destinados 45 deles a indústria e um posto de abastecimento de combustível, bem como a criação de infraestruturas capazes de servir diretamente o espaço urbano e as edificações, designadamente arruamentos viários e pedonais, redes de esgotos, abastecimento de água, eletricidade, gás e telecomunicações, e ainda espaços verdes e outros espaços de utilização coletiva.

Melhor economia. Mais coesão social e territorial.



O Parque de Ciência e Tecnologia de Trás-os-Montes – Brigantia Ecopark concentrará talento e conhecimento e terá como missão o acolhimento de empresas de base tecnológica e indústrias de baixo impacto ambiental, nos clusters da ecoenergia, da ecoconstrução, do ecoturismo e dos produtos tradicionais, disponibilizando serviços de elevada qualidade e apresentando condições favoráveis à criação de redes de colaboração entre as instituições nele instaladas.

Este projeto pretende afirmar-se nacional e internacionalmente como um espaço moderno, com preocupações ambientais, aberto ao estabelecimento de relações com o exterior, criador de emprego, nomeadamente especializado, riqueza e desenvolvimento económico para a região, ajudando a diversificar e a fortalecer o tecido empresarial e a reforçar a atratividade do Concelho e da Região, com base nas suas características endógenas.



Para fazer face a parte das necessidades de autofinanciamento global do projeto foi incluído no PAM o montante de 200.000,00€, destinados ao aumento da participação do Município de Bragança no Fundo Social da referida Associação.

Nesta data o Município de Bragança subscreve 1.600 Unidades de Participação (UP), correspondente a 800.000,00€, o Instituto Politécnico de Bragança 800 UP (400.000,00€), o Município de Vila Real 4 UP (2.000,00€), a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro 4 UP (2.000,00€) e a PortusPark 10 UP (5.000,00€).

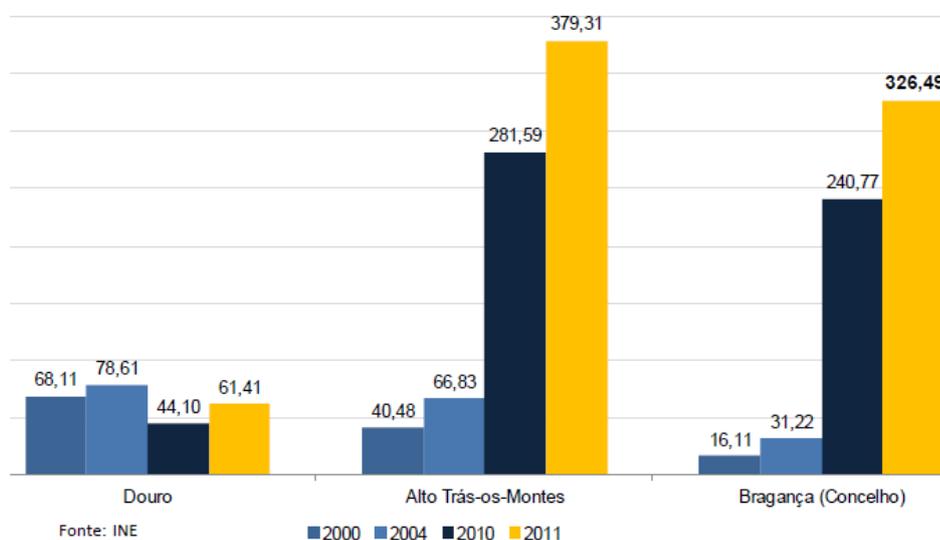
Investigação, Desenvolvimento e Inovação para a atividade Empresarial.

Na última década o tecido empresarial de Bragança ganhou dimensão exportadora e tornou-se mais competitivo.

Bragança no ano de 2000 representava 0,14% das exportações da Região Norte. Em 2011 representou 2,04%.

Verifica-se que o Concelho de Bragança, em 2011, exportou cinco vezes mais do que a NUT Douro, seis vezes mais que os restantes municípios da NUT Alto Trás-os-Montes e 74,08% dos 33 municípios que integram as duas NUT em análise, o que evidencia que Bragança consolidou na transição do milénio a sua atratividade e liderança regional ao nível das atividades económicas exportadoras.

GRÁFICO 9: Volume de exportações (2000, 2004, 2010, 2011)



3.3. Transportes e Comunicações

3.3.1. Transportes Rodoviários

3.3.1.1. Rede Viária e Sinalização

A mobilidade e conectividade são preponderantes na estratégia do Município de Bragança e relacionam-se diretamente com o êxito ou inêxito de outras prioridades, das quais se refere a do desenvolvimento económico e da qualificação do sistema urbano e rural.

Assim, destaca-se neste capítulo a execução, em 2014, dos trabalhos de beneficiação e repavimentação das vias a seguir identificadas, desde que garantidos os recursos financeiros, conforme previstos, sendo que neste âmbito não haverá comparticipação de fundos comunitários dado não serem elegíveis.

- EM 537 de Santa Comba de Rossas a Pinela: 0,45 M€ ;extensão de 6 km;
- CM 1061 Mós-Valverde-Paredes(em fase de concurso); 0,78 M€; extensão de 8,7 km.

INVESTIMENTO TOTAL: 1, 23 milhões euros; extensão de 14,7 km

O Município de Bragança continuará a reivindicar a criação de novas ligações rodoviárias estruturantes para a região, nomeadamente a ligação entre Bragança e Puebla de Sanábria, aproveitando a presença na Associação Autovía León-Bragança, por forma a permitir a integração plena do Interior Norte nas redes viária ibérica e transeuropeia de transportes, assegurando um acesso rápido e eficaz à rede ferroviária de alta velocidade – AVE, garantindo assim uma tripla integração modal da região (modo rodoviário, ferroviário e aéreo).

A concretização desta via rodoviária é fundamental para a promoção do desenvolvimento económico, competitividade e para a coesão das duas regiões, prevendo-se que venha a captar 20 a 40 por cento do tráfego pesado que cruza, atualmente, as fronteiras de Verín e de Salamanca, o que evidencia a natureza estruturante desta via na ligação Porto-Bragança-León.

Importa, também, continuar a reivindicar, em articulação com os parceiros de Espanha, a continuidade da Autoestrada A-11 desde Zamora até à Fronteira com Portugal, que gerará novas oportunidades económicas com importantes benefícios para a indústria, o turismo, o comércio e a hotelaria.

A conclusão do túnel do Marão, uma das principais barreiras na acessibilidade entre Trás-os-Montes e Alto Douro e o Litoral, e a melhoria da ligação concelhia entre Bragança e Vinhais, e entre Bragança-Vimioso, estarão, sempre, presentes na atuação reivindicativa do Município de Bragança.

3.3.3. Transportes Aéreos

Pretendemos continuar a desenvolver esta importante infraestrutura aeroportuária regional de âmbito transfronteiriço, como estratégica do ordenamento do território, como infraestrutura essencial no que respeita à integração turística, entre o destino turístico Douro, as áreas protegidas do Nordeste Transmontano e as áreas próximas de Castela e Leão.

Assim, como prioridade imediata assume-se o restabelecimento urgente da ligação aérea Bragança/Vila Real/Lisboa, constituindo-se uma mais-valia regional inquestionável.

No médio prazo deverá ser definido um plano de expansão do Aeródromo para Aeroporto Regional, com a construção de pista com 2.300 metros e 60 de largura, para operação de B737-800, e novo terminal com capacidade para 200 passageiros em hora de ponta.

A logística é vital para a reestruturação económica, para o aumento de fluxos e redução de stocks numa dimensão espacial que vai par além da localização de uma indústria.

Entendemos que a centralidade potencial de Bragança e a sua constituição como uma plataforma intermodal da região transmontana, justificam o investimento logístico no Aeródromo de Bragança de modo a assegurar maior facilidade de entrada e saída de produtos de e para a região e o reforço do *hinterland* portuário da Região Norte.

Esta intermodalidade é o imperativo assegurado de otimização produtiva pelo que a logística surge como uma necessidade lógica para a dinamização e aumento da atração de atividades industriais para a região melhorando a articulação com a indústria raiana de Espanha, criando riqueza e emprego, nomeadamente para os mais jovens.

Esta unidade logística de distribuição visa, essencialmente, a prossecução de dois objetivos – atrair mais e melhor investimento para a região; - aumentar os serviços de valor acrescentado de distribuição para o setor agroindustrial existente na região de ambos os lados da fronteira, de modo a aumentar a sua eficácia e competitividade na distribuição dos produtos.

Os projetos supra referidos apenas serão exequível se obtido o financiamento com recurso ao Quadro Estratégico 2014-2020.

Para o ano de 2014 estão previstos os seguintes investimentos:

- Repinturas da pista;
- Aquisição de novos equipamentos para estação meteorologia (teto de nuvens e visibilidade);
- Atualização do RX.

3.4. Comércio e Turismo

3.4.1. Mercados e Feiras

O projeto de requalificação do Forte de S. João de Deus contempla, também, a requalificação e a adaptação do espaço, que foi ocupado pelo Batalhão de Caçadores nº 3, para ali ser instalada a feira.

Para além da realização da feira, o local poderá ser utilizado para outras atividades, desde espetáculos ao ar livre a manifestações culturais e outras, como os Circos que até hoje nunca tiveram um local apropriado para a sua permanência na cidade, até à realização de exposições ou outros eventos com necessidades especiais em termos de espaço.



Com uma área de 13.000 m² irá permitir albergar, em excelentes condições, os cerca de 130 vendedores que montam os seus locais de venda no espaço atualmente utilizado para a realização da feira, em condições pouco condignas, ocupando um total de cerca de 6.000 m².

A conclusão dos trabalhos de construção do novo espaço da feira e edifício de apoio, que incluirá uma Porta da Terra Fria, espaço de excelência para promoção dos agro-produtos da Terra Fria, está prevista para o 1.º trimestre de 2014. Este espaço terá um importante papel na promoção dos produtos locais e na divulgação da riqueza gastronómica Bragançana e Transmontana.

Porque entendemos o sector agrário como um pilar do desenvolvimento de qualquer região ou país, continuamos a lutar para que este sector, tão importante no nosso concelho, não seja abandonado e que a as suas organizações sejam mais fortes, que a paisagem rural se mantenha humanizada e as condições de vida no meio rural sejam melhores.

Iremos iniciar em 2014, no Recinto de Valorização das Raças Autóctones, a Feira de Gado. Esta infraestrutura será um espaço privilegiado para a promoção e desenvolvimento da pecuária concelhia, permitindo a realização do Concurso de Bovinos de Raça Mirandesa, a tradicional Chega de Touros de Raça Mirandesa, o Concurso de Cão do Gado Transmontano, o Concurso de Animais de Raça Churra Galega, entre muitas outras e variadas iniciativas.



As feiras de Artesanato e das Cantarinhas constituem eventos de referência a nível regional e nacional, que continuarão a obter o apoio da autarquia bem como outras feiras temáticas (Norçaça, Norpesca e Norcastanha, Festival do Butelo e das Casulas) impulsionadoras do comércio e da valorização dos produtos locais.

Uma aposta reforçada na temática da castanha, nomeadamente através do reforço no investimento na Norcastanha, Festa do Castanheiro em Flor e outras iniciativas municipais, permitirá alavancar toda a fileira de um produto que é determinante na economia agrária do nosso concelho.



3.4.2. Turismo

A elevada qualidade ambiental e paisagística, a riqueza monumental e cultural, a gastronomia, o artesanato, a hospitalidade das nossas gentes, permitem uma oferta diversificada junto do potencial turista que procura o concelho de Bragança como destino de férias.

A dimensão cultural e a qualidade patrimonial existentes em Bragança são uma alavanca para o desenvolvimento local, permitindo dinamizar atividades que representem uma mais-valia para a economia do concelho.

Bragança tem criado as condições necessárias para se diferenciar como um destino turístico de eleição capaz de fidelizar e incentivar a procura de potenciais turistas nacionais e estrangeiros de modo a que estes permaneçam na região, dinamizando a economia através do setor do turismo.

O Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, o Museu Ibérico da Máscara e do Traje, o Museu Abade de Baçal e o Museu Militar constituem hoje uma oferta turística de referência na região, contribuindo assim para uma maior atratividade da cidade.

Aliado a este facto, a organização de eventos e atividades culturais como a Bienal da Máscara, o Carnaval dos Caretos, a Festa da História e a Norçaça, Norpesca e Norcastanha são motivos para a cidade de Bragança se projetar como um fator de motivação de visita.

O Centro de Arte Contemporânea Graça Morais contribuiu também para uma maior notoriedade da cidade quando este equipamento em 2009 foi galardoado a nível nacional, pelo Instituto de Turismo de Portugal, e internacional, pelo "The Chicago Athenaeum Museum of Architecture and Design" (Estados Unidos da América), em parceria com o "The European Centre for Architecture and Urban Studies", que elegeu o Centro de Arte Contemporânea entre os mais de mil projetos de todo o Mundo que participaram no concurso, ajudando assim para a criação de um núcleo de visitantes que se deslocam a Bragança com o intuito específico de visitar/conhecer este equipamento cultural.

O Município de Bragança, em parceria com a Cátedra de Estudos Sefarditas "Alberto Benveniste" da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, irá criar um Centro de Interpretação Sefardita do Nordeste Transmontano, integrado com o Centro de Arte Contemporânea Graça Morais a instalar em edifício próprio a reconstruir segundo projeto da autoria do arquiteto Souto Moura.

A criação do Centro de Interpretação constitui uma forma ativa de preservar a memória e a presença das comunidades judaicas que povoaram a região do Nordeste Transmontano e que desempenharam um papel relevante nas formas de sociabilidade da região e na diáspora.

No r/c do edifício será instalada a loja interativa de turismo, em colaboração com a Entidade de Turismo Porto Norte Portugal, com um investimento de 385.741,00€, para facilitar o acesso à informação por parte dos turistas e permitir uma maior agilização da informação prestada. As novas tecnologias terão uma forte componente no investimento, acompanhando as tendências do turista atual e dos mecanismos de promoção turística que se verificam nos países mais desenvolvidos.

Com o objetivo de promover e divulgar turisticamente a zona histórica, procedeu-se à implementação de um serviço de visitas áudio de modo a permitir ao visitante/turista efetuar a visita de acordo com as suas necessidades, interesses e vontades.

Este sistema de visita áudio é constituído por 20 unidades de equipamentos, nos quais a informação disposta se encontra em 4 idiomas (português/ espanhol/inglês/francês).

A implementação deste serviço teve grande receptividade por parte dos visitantes cumprindo a sua função de ajuda à interpretação dos locais de visita (património arquitetónico e histórico) da cidade.

Em complemento deste projeto será reformulada a sinalização dos equipamentos e dos elementos do património cultural da zona histórica da cidade que permitirá rever e atualizar a informação disponibilizada e substituir alguns totens com sinais de deterioração derivados das condições climatológicas extremas a que estão expostos.

Pretende-se continuar a promover os produtos locais através da realização da Semana Gastronómica da Caça, Pesca e Castanha, da Carne de Qualidade e o fim de semana do Butelo e da Casula.



A gastronomia continuará a ser uma aposta na XIII Edição da Norçaça, Norpesca e Norcastanha.

Será apoiada a implementação do roteiro religioso, em articulação com as entidades eclesíásticas.

Procurar-se-á no ano de 2014 identificar uma estratégia coordenada que permita uma promoção do Concelho e produtos locais na vizinha Espanha, nomeadamente nas províncias de Zamora, Valladolid, Salamanca e León.



Todos os produtos de disseminação turística serão alvo de uma uniformização e desenvolvimento de uma marca coerente e potenciadora da promoção turística do concelho, incluindo a disponibilização dessa informação em espanhol e inglês.

Para 2014 continuaremos a colaborar com as Instituições, direta ou indiretamente, ligadas ao sector do turismo, com as Câmaras Municipais do distrito, os municípios vizinhos da Província de Zamora, potenciando as relações que podem ser geradas a partir da Comunidade de Trabalho Bragança/Zamora, em articulação com a Comunidade de Trabalho Norte de Portugal/Castela e Leão, também no âmbito da Associação das Cidades do Eixo Atlântico do Norte Peninsular, no sentido da promoção eficaz da região num espaço mais amplo de cooperação.

8. Colaboração com as Juntas de Freguesia

O paradigma da territorialidade defende que o objetivo do desenvolvimento é a satisfação das necessidades básicas (materiais e imateriais) de toda a população de uma unidade territorial, dispondo, de forma integral e integrada, dos recursos endógenos naturais, humanos e instituições.

Neste contexto, as Juntas de Freguesia pela proximidade e conhecimento que têm dos recursos locais, dos problemas e anseios das população são os principais agentes de desenvolvimento local, e o seu papel é fundamental no quadro do paradigma da territorialidade, na medida em que a pequena escala – a dimensão local – é a privilegiada para desenvolver estratégias de desenvolvimento.

Pese embora o corte de 2,76% nas transferências que o Governo efetuará para as autarquias, previsto no orçamento de Estado para 2014, o Município de Bragança continuará a apoiar financeiramente as Juntas de Freguesia, de forma significativa, por considerar que estas são um parceiro estratégico para a promoção da coesão territorial, social e ambiental, contribuindo para o bem-estar dos cidadãos.

Assim, daremos o apoio técnico e o financeiro possível, em trabalhos identificados como prioritários na satisfação das necessidades e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, sendo a tomada de decisão assente no rigor, responsabilidade e prudência, devido ao atual contexto de escassez de recursos financeiros.

As transferências previstas neste orçamento para apoiar financeiramente a atividade das Juntas de Freguesia são no valor de 1.018.600,00 euros, sendo 35.000,00 euros para transferências correntes e 983.600,00 euros de transferências de capital, incluindo estas, o valor das transferências contempladas no PAM (350.500,00 euros).

De referir que as verbas de capital previstas, no quadro 23, apenas serão transferidas com base na justificação prévia de aplicabilidade em investimentos concretos e validados pelo Executivo Municipal, havendo a obrigatoriedade de entrega dos documentos justificativos da despesa e pagamento.

De registar que no corrente ano de 2013, até 30 de novembro, as transferências (de capital e correntes) operadas para as Juntas de Freguesia, foram de 1.235.325,59 euros.

QUADRO 22: Previsões de transferências de Capital para as Freguesias

Freguesia	Valor
Alfaião	5.000
Babe	6.100
Baçal	6.700
Carragosa	5.700
Castro de Avelãs	4.700
Coelhoso	6.500
Donai	5.300
Espinhosela	7.400
França	8.800
Gimonde	5.000
Gondesende	4.300
Gostei	6.200
Grijó de Parada	6.900
Macedo do Mato	5.400
Mós	4.400
Nogueira	5.200
Outeiro	7.600
Parâmio	6.000
Pinela	5.600
Quintanilha	6.000
Quintela de Lampaças	5.700
Rabal	5.200
Rebordãos	7.100
Salsas	7.100
Samil	6.000
Santa Comba de Rossas	4.700
São Pedro de Sarracenos	4.900
Sendas	5.000
Serapicos	6.300
Sortes	5.700
Zoio	5.400
União das Freguesias de Aveleda e Rio de Onor	15.600
União das Freguesias de Castrelos e Carrazedo	10.200
União das Freguesias de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova	19.600
União das Freguesias de Parada e Faílde	13.600
União das Freguesias de Rebordainhos e Pombares	7.800
União das Freguesias de Rio Frio e Milhão	12.200
União das Freguesias de São Julião de Palácios e Deilão	13.600
União das Freguesias de Sé, Santa Maria e Meixedo	97.400
	371.900

Valor em euros

9. Colaboração com as Associações

A Câmara Municipal, atenta ao relevante trabalho desenvolvido pelas diversas Associações, continuará a apoiar as atividades de âmbito cultural, desportivo, recreativo e social, contribuindo para o reforço da cidadania ativa e a construção de uma maior solidariedade no Município.

Estas ações/ atividades têm por base acordos de colaboração previamente celebrados, incidindo uma parte significativa das verbas no apoio à construção e conservação de equipamentos.

Estão previstas transferências de verbas no valor global de 1.100.700,00 euros, sendo 9876.700,00 euros de origem corrente e 224.000,00 euros de capital. Destes montantes, 773.600,00 euros encontram-se refletidos no Plano de Atividades Municipal.

Às instituições particulares de solidariedade social (IPSS) continuaremos a prestar uma atenção especial tendo em conta o trabalho que desenvolvem a favor dos mais esquecidos, marginalizados e excluídos socialmente do processo de desenvolvimento e daqueles que, por impossibilidades físicas e outras, necessitam de apoios especiais.

Neste âmbito, em parceria com outras instituições, estão inscritas verbas para as seguintes entidades: - Santa Casa da Misericórdia de Bragança, para apoio à conclusão das obras de construção e apetrechamento da Unidade de Cuidados Continuados; - Centro Social e Paroquial dos Santos Mártires para conclusão de um novo equipamento social, destinado a três respostas sociais (Lar Residencial, Centro de Atividades Ocupacionais e Residências Autónomas), para jovens e adultos com deficiência; - Construção do Centro Social e Paroquial de S. Tiago.

Continuando a colaborar com as Comissões Fabriqueiras para a recuperação do património religioso edificado, um dos mais proeminentes na área do Município, cujos investimentos foram devidamente identificados no ponto 2.3.2.1. Outros apoios no âmbito social e de cidadania do presente documento.

10. Participações detidas pelo Município em outras Entidades



O Município de Bragança integra ou participa, no âmbito das suas competências, no capital social das seguintes empresas:

QUADRO 23: Entidades societárias participadas

Denominação das entidades societárias participadas	Objecto	Participação subscrita	
		Valor	%
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	Concessionária do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais de Trás-os-Montes e Alto Douro	1.070.867,00 €	3,82
Laboratório Regional de Trás-os-Montes, Lda.	Químicos / Análises Químicas	3.741,00 €	4,55
Mercado Municipal de Bragança, E.M.	Administração de imóveis por conta de outrém	1.848.027,82 €	100,00
Municipia - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	Topografia / Mapas e Plantas	24.950,00 €	0,77
PENOG - Parque Eólico de Nogueira, Lda.	Produção de electricidade de origem eólica, geotérmica, solar e de origem	2.000,00 €	4,00
Resíduos do Nordeste, E.I.M.	Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	18.500,00 €	37,00
Terra Fria Carnes, Lda.	Agricultura e Pecuária / Matadouros	635.000,00 €	100,00

Integra, ainda, as seguintes associações:

QUADRO 24: Entidades não societárias participadas

Denominação das entidades não societárias	Participação subscrita e/ou realizada Quota Anual		Observ.
	Valor	%	
AMTAD - Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro			
AMTFNT - Associação de Municípios Terra Fria do Nordeste Transmontano	74.026,15 €		0,5% sobre as transferências do OE para o MB, cf. nº 1 do art.º 30.º dos Estatutos da Associação
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	4.756,00 €		Quota Anual
Associação "Fórum Ibérico das Cidades Amuralhadas"			
Associação "Cidades Saudáveis"			Quota de 0,014% sobre as transferências do OE para o MB
Associação "Amigos de Pedro e Inês"			
Associação Centro Ciência Viva de Bragança	156.197,72 €		Transferência para despesas de funcionamento
Associação de Municípios de Fins Múltiplos – Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes – CIM-TM			
Associação do Exo Atlântico do Noroeste Peninsular	6.000,00 €		Quota Anual
Associação Norte Cultural			
Associação para o desenvolvimento do Brigantia Ecopark – Parque de Ciência e Tecnologia	200.000,00 €		50% do Fundo Social da Associação (400 UP - cada UP 500,00€)
Associação para o desenvolvimento do Régia Douro Park – Parque de Ciência e Tecnologia		0,04	
Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	548,68 €	0,86	
Associação Técnica e de Municípios da Via Rápida Léon - Bragança			
Associação "Agência de Energia de Trás-os-Montes"			
Corane - Associação de Desenvolvimento da Raia Nordeste			Participação detida pela e através da AMTFNT - Associação de Municípios Terra Fria do Nordeste Transmontano
Entidade Regional de Turismo do Norte "Turismo do Porto e Norte de Portugal"	1.500,00 €		Quota Anual
Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto (PortusPark)			
Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial ZASNET			no qual o Município participa através da AMTFNT

Participa, também, na "Fundação Rei D. Afonso Henriques" e preside à direção da Fundação

QUADRO 25: Fundações instituídas, em parte, pelo Município de Bragança

Denominação das fundações instituídas	Integra
Fundação "Os Nossos Livros"	a Direção, a qual preside
Fundação Hispano - Portuguesa Rei D. Afonso Henriques	a Comissão Executiva Delegada




Bragança